

AUTOAVALIAÇÃO e PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PPGD 2023 – DOCENTES

RELATÓRIO DA PESQUISA (formação discente e produção intelectual)

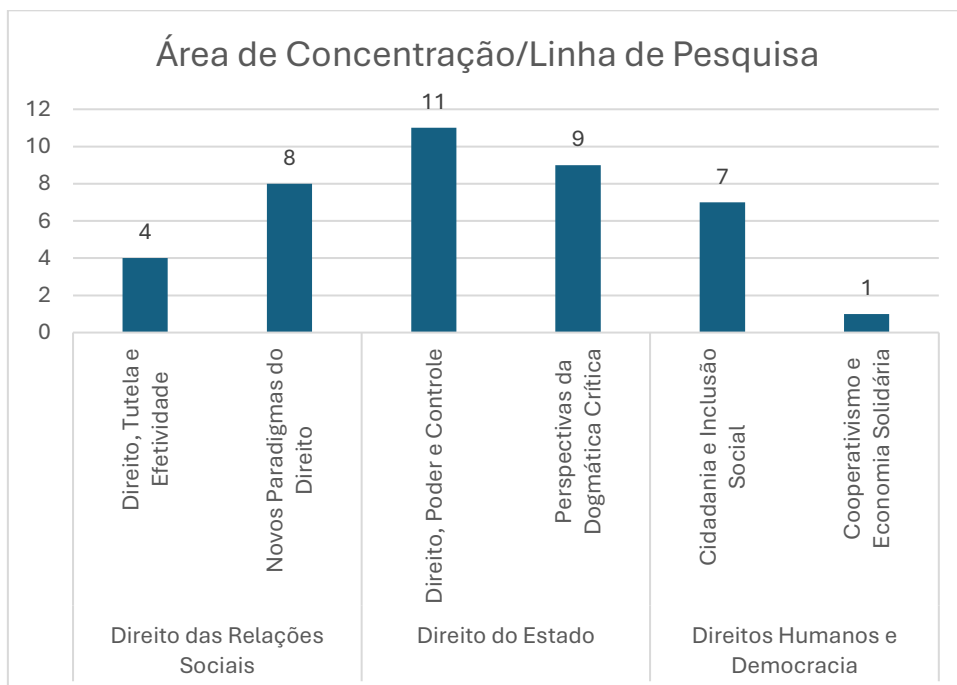
Período da pesquisa: 19/02 a-11/03/2024.

Respondentes: 40 docentes.

(*) Dados completos e detalhados do levantamento no arquivo “PPGD_UFPR base de dados Autoavaliação e Planejamento Estratégico 2021_23.xls”.

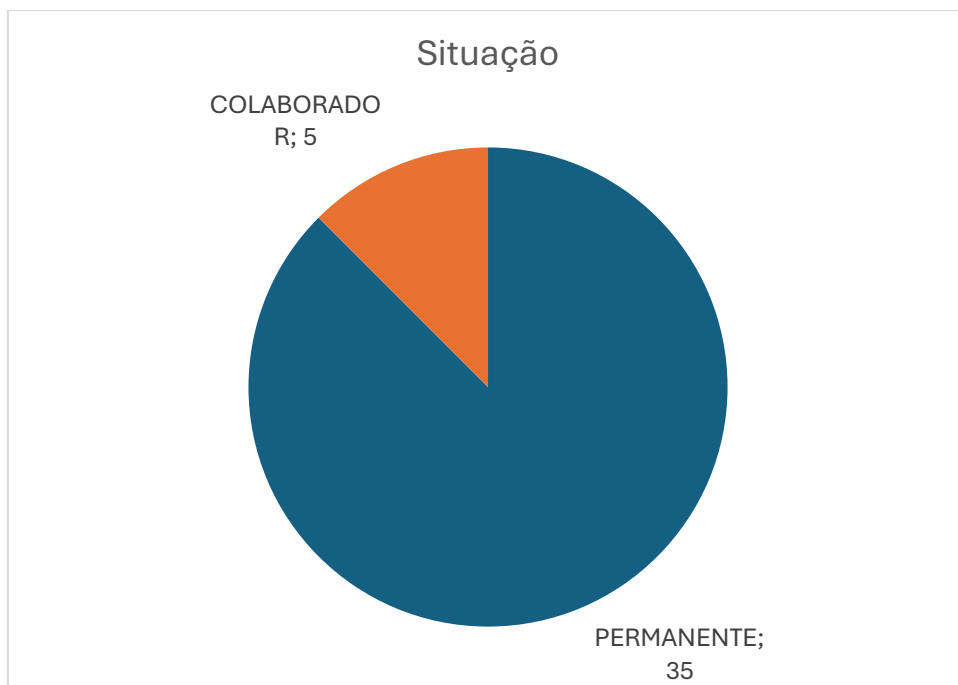
Identifique a principal Área e Linha de Concentração do PPGD que concentra sua atuação docente (oferta de disciplinas, orientação, etc.) e como pesquisador (núcleos/grupos/projetos de pesquisa/extensão, produção e divulgação acadêmica e científica, etc.).

Área/Linha	n
Direito das Relações Sociais	12
Direito, Tutela e Efetividade	4
Novos Paradigmas do Direito	8
Direito do Estado	20
Direito, Poder e Controle	11
Perspectivas da Dogmática Crítica	9
Direitos Humanos e Democracia	8
Cidadania e Inclusão Social	7
Cooperativismo e Economia Solidária	1
Total	40



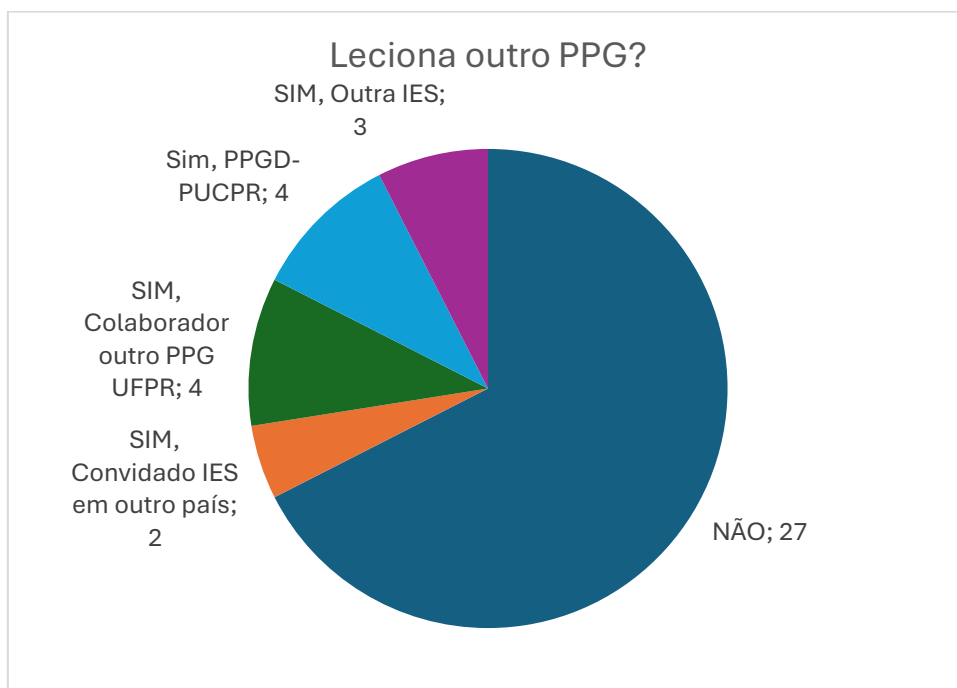
Situação docente no PPGD–UFPR: (PERMANENTE OU COLABORADOR)

Situação	n
PERMANENTE	35
COLABORADOR	5
Total Geral	40



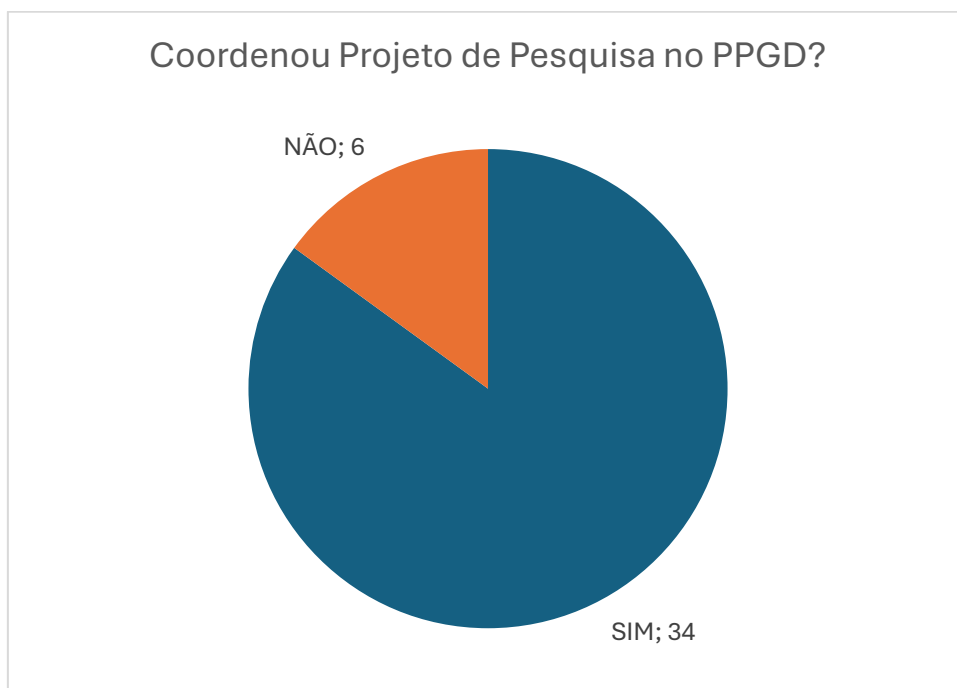
Leciona em outro programa de pós-graduação? Se sim, qual?

Situação	n
NÃO	27
SIM, Convidado IES em outro país	2
SIM, Colaborador outro PPG UFPR	4
Sim, PPGD-PUCPR	4
SIM, Outra IES	3
Total Geral	40



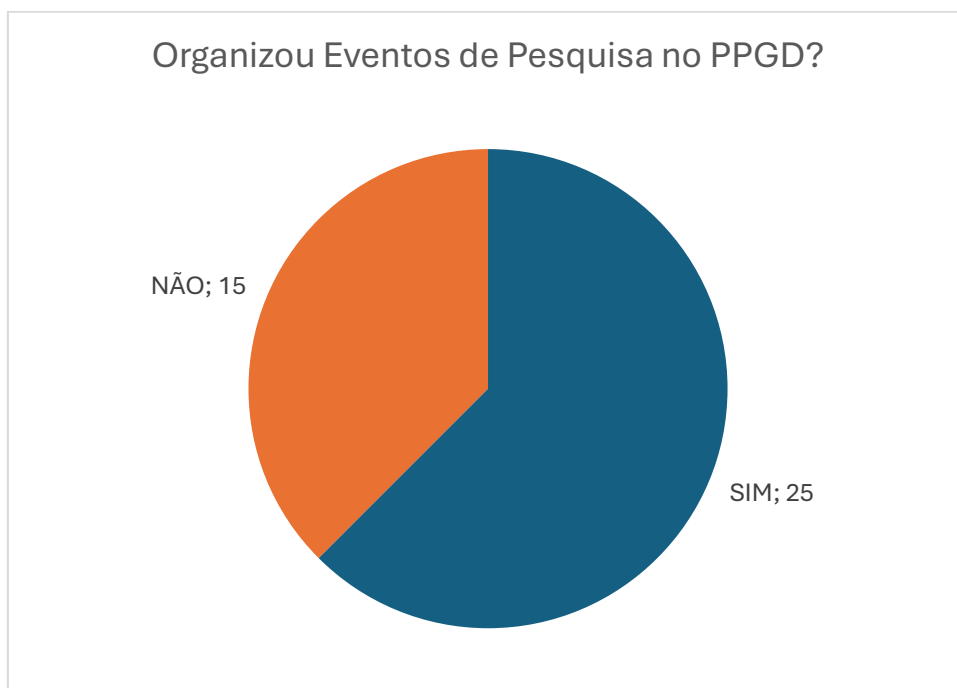
Produção Intelectual: **Coordenou, no ano informado, algum projeto de pesquisa no PPGD-UFPR?**

Coordena	n
SIM	34
NÃO	6
Total Geral	40



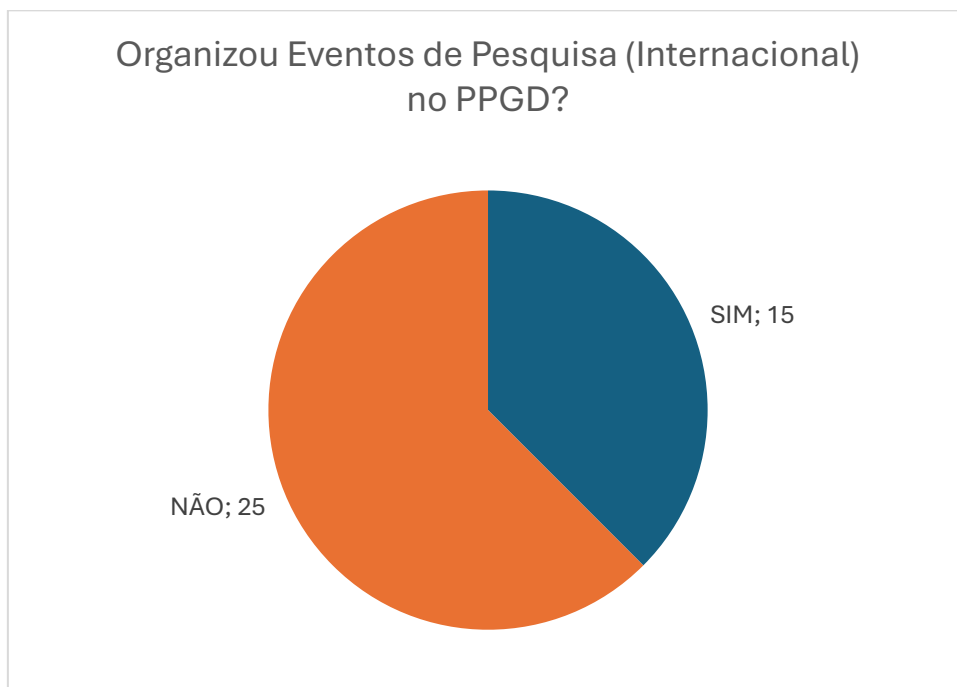
Produção Intelectual: **Organizou, no ano informado, eventos de divulgação de resultados de pesquisas no PPGD–UFPR?**

Organização de Evento	n
SIM	25
NÃO	15
Total Geral	40



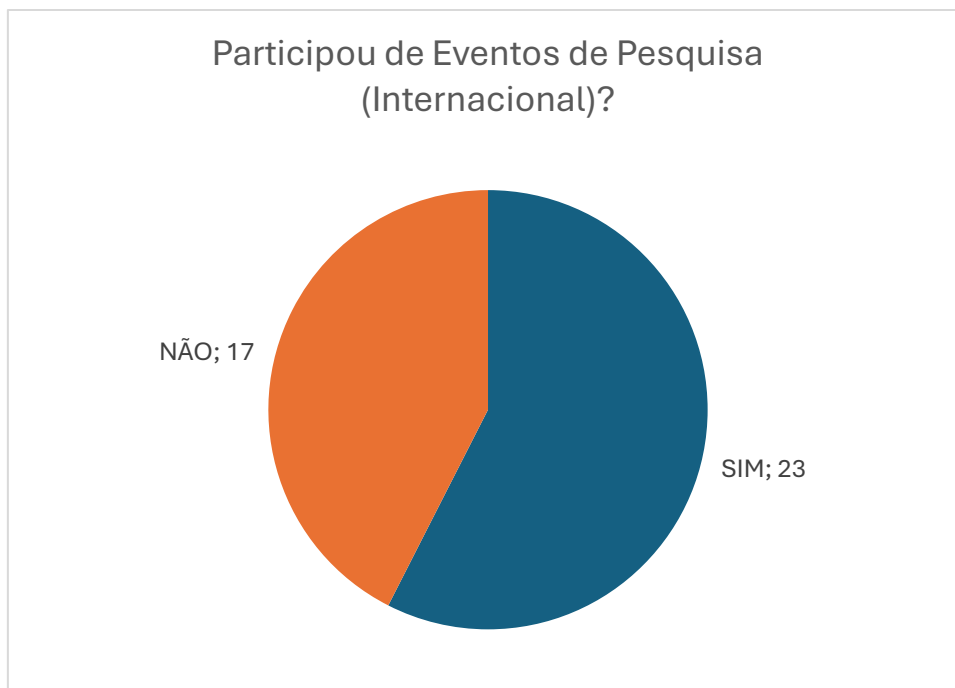
Produção Intelectual: **Organizou, no ano informado, eventos de divulgação de resultados de pesquisas no PPGD–UFPR com participação de docente vinculado a IES de outros países (internacionalização)?**

Organização de Evento	n
SIM	15
NÃO	25
Total Geral	40



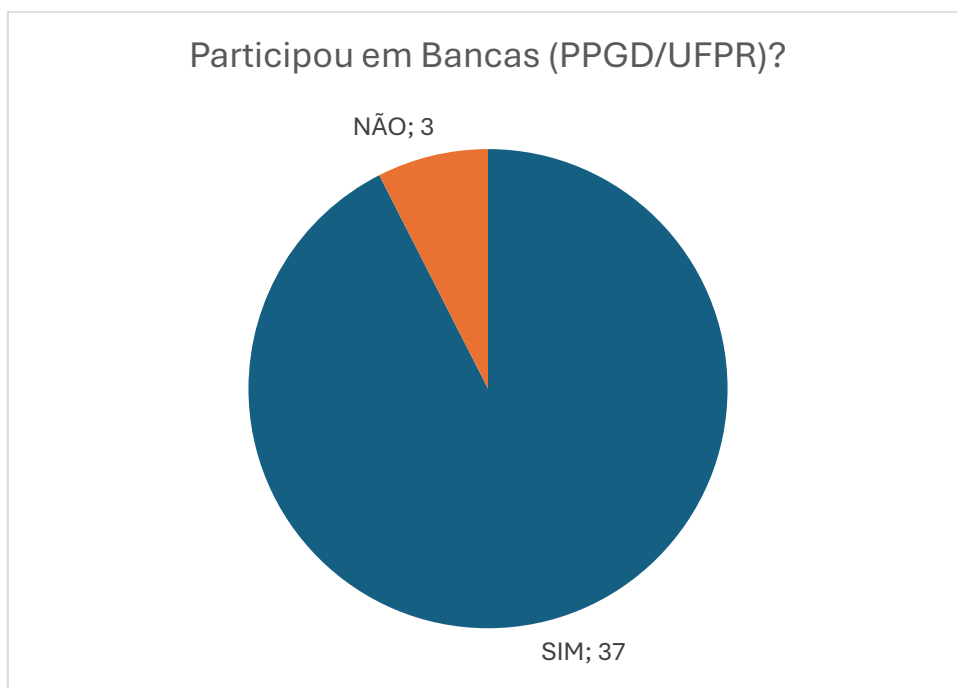
Produção Intelectual: **Participou, no ano informado, em eventos de divulgação de resultados de pesquisas promovidos por Organizações Científicas Internacionais e/ou Universidades de outros países (internacionalização)?**

Participação em Evento (Internacional)	n
SIM	23
NÃO	17
Total Geral	40



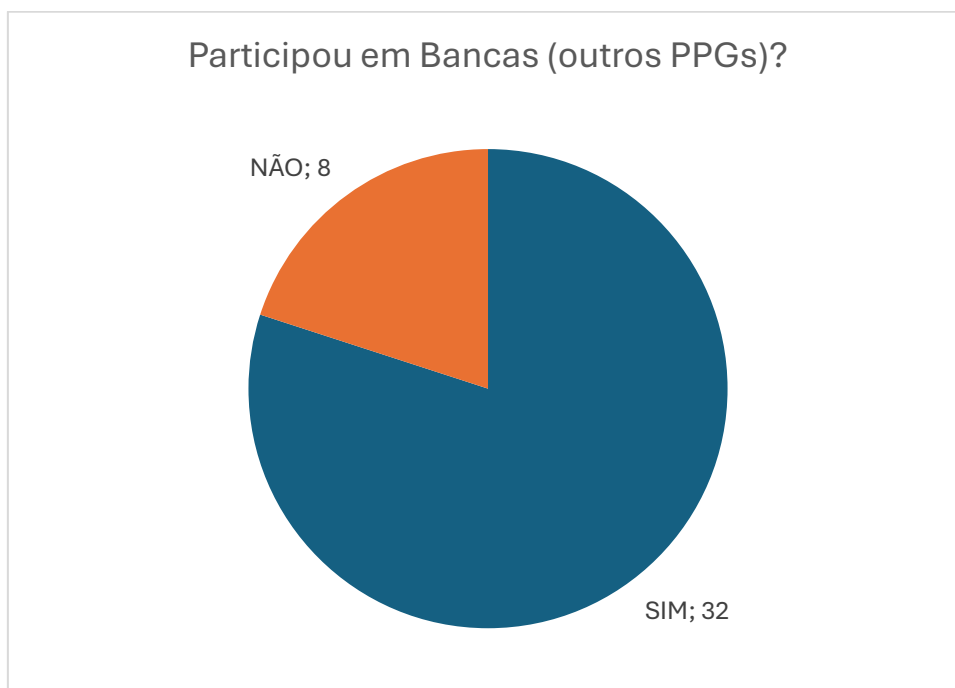
Formação Discente: **Participou, no ano informado, de bancas de mestrado ou doutorado no PPGD–UFPR?**

Participação Bancas PPGD/UFPR	n
SIM	37
NÃO	3
Total Geral	40



Formação Discente: **Participou, no ano informado, de bancas de mestrado ou doutorado em outros PPGs (de outras IES)?**

Participação Bancas PPGD/UFPR	n
SIM	32
NÃO	8
Total Geral	40



Produção Intelectual: **Relacionar os ARTIGOS publicados em 2023 e indicar os de maior destaque e relevância..**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Artigos aceitos para publicação1. MARANHÃO, Clayton de Albuquerque; ARAGÃO, Suélyn Mattos de J)NEUROLAW E RESPONSABILIDADE MEDICA: COMO REDUZIR O IMPACTO DAS FALSAS MEMÓRIAS NOS PROCESSOS JUDICIAIS?. REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM. , 2023Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)1. MARANHÃO, Clayton de AlbuquerqueJurisdição Constitucional Brasileira: as técnicas decisórias no controle abstrato de constitucionalidade In: 11 Sistemadella Giustizia in Italia e in Brasile, 2022, Palermo - Itália.Annali del Simposio Italo-brasiliano. Palermo - Italia: Universita Degli Studi di Palermo, 2023. v.1. p.10 -

EDUARDO TALAMINI

1. TALAMINI, E. Adjudicação compulsória extrajudicial: pressupostos, natureza e limites, REVISTA DE PROCESSO, v. 336, p. 319-339, 2023. 2. TALAMINI, E. Fundamentação da sentença arbitral e devido processo. REVISTA DE PROCESSO, v. 344, p. 433-458, 2023. 3. TALAMINI, E.; BUENO, C. S.; YARSHALL, F. L.; LUCON, P. H. S.; APRIGLIANO, R.; DOTTI, R. F.; CRAMER, R.; CREMASCO, S. Memorial do IBDP como amicus curiae na ADPF 1050/DF sobre o dever de revelação dos árbitros. REVISTA DE PROCESSO, v. 345, p. 473-484, 2023. 4. TALAMINI, E.; CARDOSO, A. G. Smart contracts, 'autotutela' e tutela jurisdicional. REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (RIO DE JANEIRO), v. 89, p. 45-93, 2023. 5. TALAMINI, E. Desconsideração da personalidade jurídica, execução e convenção arbitral. REVISTA DE ARBITRAGEM MEDIACÃO, v. 78, p. 49-78, 2023.

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

B3 1. RIBEIRO, M. C. P.; DALMUT, L.A INCLUSÃO DAS CLÁUSULAS DE HARDSHIP NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS SOB A PERSPECTIVA DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL. RSDE. REVISTA SEMESTRAL DE DIREITO EMPRESARIAL. , v.31, p.43 - 62, 2023. (3)Referências adicionais: Português. Volume do segundo semestre 2022 publicado em janeiro de 2023C 2. RIBEIRO, M. C. P.; FERNANDES, R. R.A (in)constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1.085 do Código Civil. REVISTA DIREITO EMPRESARIAL (CURITIBA). , v.20 n3, p.33 - 47, 2023. (3)Referências adicionais: Português. B3 3. RIBEIRO, M. C. P.; MANN, R. C.A NECESSIDADE DA DELIMITAÇÃO MATERIAL, ESPACIAL E TEMPORAL DA CLÁUSULA DE NÃO CONCORRÊNCIA. RSDE. REVISTA SEMESTRAL DE DIREITO EMPRESARIAL. , v.32, p.43 - 79, 2023. (1)Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[https://rsde.com.br/wp-content/uploads/2023/08/RSDE-32-6A-P.pdf\]](https://rsde.com.br/wp-content/uploads/2023/08/RSDE-32-6A-P.pdf)A4 4. RIBEIRO, M. C. P.; FICKNER, M. H.; RUARO, M. D.CONSIDERAÇÕES DE DIREITO COMPARADO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA DEFINIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA. , v.Ano 9 v 5, p.1715 - 1757, 2023. (3)Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [\[https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2023/5/2023_05_1715_1757.pdf\]](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2023/5/2023_05_1715_1757.pdf)Q1 5. CIELO, IVANETE DAGA; RIBEIRO, MARCIA CARLA PEREIRA; ROCHA JÚNIOR, WEIMAR FREIRE DA; FRAGOSO, RUI MANUEL DE SOUSA; SCHMIDT, CARLA MARIAGeneration of Renewable Energy (Biogas) in the Western Region of Paraná/Brazil-A Multicase Study from the Viewpoint of Contracts. Sustainability. , v.15, p.1458 - 1471, 2023. (2)Referências adicionais: Inglês. Meio de divulgação: Meio digitalA3 6. CASTRO, B. F.; RIBEIRO, M. C. P.O blockchain, a teoria institucional de Douglass North e os impactos no Direito. ECONOMIC

ANALYSIS OF LAW REVIEW. , v.13 n3, p.1 - , 2023. (3)Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11204]Volume publicado em maio de 2023, correspondente ao n.3 de 2022A4 7. RIBEIRO, M. C. P.; CECY, M. D.“O Estado de Pré-Insolvência Empresarial e o Tratamento Precoce à Crise da Empresa. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA. , v.9 n2, p.1199 - 1240, 2023. (3)Referências adicionais: Português. . Home page: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2023/2/2023_02_1199_1240.pdf]A3 8. GODRI, J. P. A.; RIBEIRO, M. C. P.Registro Empresarial, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e Eficiência Econômica: Um Olhar Sob o Pensamento de Douglass Nort. ECONOMIC ANALYSIS OF LAW REVIEW. , v.14 n1, p.65 - 78, 2023. (3)Referências adicionais: Português.

MARCOS WACHOWICZ

WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão ; GONCALVES, L. R. . Curso Avançado Inteligência Artificial e Propriedade Intelectual. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2023. v. 1. 255p.WACHOWICZ, MARCOS; KRETSCHMANN, A. (Org.) . Saúde e Propriedade Intelectual. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2023. v. 1. 301p.WACHOWICZ, MARCOS . LGPD aplicação da proteção de dados pessoais para os setores jornalístico, artístico e acadêmico. 1. ed. Curitiba: Ioda Editora, 2023. v. 1. 68p.WACHOWICZ, MARCOS; KRETSCHMANN, A. (Org.) . Marcas e patentes: inovação e sociedade. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2023. v. 1. 296p .

Novos Paradigmas do Direito

CÉSAR ANTONIO SERBENA

1.SERBENA, CÉSAR ANTÔNIO. Roberto J. Vernengo (1926-2021) e Eugenio Bulygin (1931-2021): um testemunho biográfico. ETHIC@ (UFSC), v. 21, p. 754-771, 2023.2.SERBENA, CESAR ANTONIO; BARBOZA, Priscila da Silva . Ayda I. Arruda e Itala M. Loffredo D’Ottaviano, da UFPR à Unicamp: itinerário histórico e contexto biográfico de duas pioneiras da lógica no Brasil. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 67, p. 37-70, 2023.

EROULTHS CORTIANO JUNIOR

CORTIANO JUNIOR, EROULTHS; MIRANDA, Natália M W . Mediação familiar intergeracional e autonomia progressiva natomada de decisões. REVISTA NACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, v. 55, p. 31-44, 2023.CORTIANO JUNIOR, EROULTHS; QUEIROZ, P M . Eficácia do pacto antenupcial como contrato de convivência. REVISTANACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, v. 52, p. 29-52, 2023.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

GEDIEL, JOSE ANTONIO PERES; BARBOSA, F. C. M.Sujeito de direito migrante: igualdade e discriminação. REVISTA DIREITO E PRAXIS. Fator delmpacto(2022 JCR): 0,2000, v.14, p.1960 - 1982, 2023.Palavras-chave: Direito da antidiscriminagdo, Igualdade, Migrantes, Direitos Politicos, QualificagaoprofissionalAreas do conhecimento: Direitos EspeciaisSetores de atividade: Outras atividades profissionais, científicas e técnicasReferências adicionais: — Português. Meio de divulgação: Vários Home page:[https://www.scielo.br/j/rd7Yp /rcab/Q8PXpcfzkXvPACIHg/Z][doi:10.1590/2179-8966/2023/74424(JGEDIEL, J. A. P. ; GOMES, M. T. U. ; LOUREIRO, M. F. B. ; OKAMOTO, A. P. S. B. ; GARCIA,M. . TECNOLOGIA, DIREITO E INOVACAO ? INDEXACAO A AGENDA 2030 NO SISTEMADE JUSTICA: A JURISPRUDENCIA COMO MATERIAL EMPIRICO DA PESQUISAJURIDICA. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 67, p. 167-197-197, 2023.

MARCELO MIGUEL CONRADO

CONRADO, MARCELO. O apagamento da história da arte pelo abuso dos direitos autorais.In: 42º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 2023, Rio de Janeiro. Anais do 42ºColóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro deHistória da Arte, 2023. p. 112-122.

VICENTE DE PAULA ATAIDE JUNIOR

1. CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA PARA UMA NOVA ESTRUTURA TEÓRICA DA CAPACIDADE PROCESSUAL – DOI 10.22456/2317-8558.123438; 2. Morfometria em mamíferos: bases anatômicas, aplicações clínico-cirúrgicas e forenses – revisão de literatura – DOI 10.46919/archv4n3-020; 3. Novos sujeitos, novos demandantes: A defesa dos direitos animais em juízo no Brasil – Revista LusTech Revista de Derecho y Tecnología (estrangeira) – ISSN 2718-9023; 4. Sucessão processual dos animais – DOI 10.26668/IndexLawJournals/2525-9695/2022.v8i2.9207

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

CLARA MARIA ROMAN BORGES

BORGES, C. M. R.; AMORIM, F. P.; PUGLIESI, R. C. M. Critical analysis of the use of Family Constellations as a restorative practice in cases of violence against women. *Ragion Pratica*, v.2, p.575 - 599, 2023.

DANIEL WUNDER HACHEM

1. SILVA, Lucas Reis ; HACHEM, Daniel Wunder ; LOPES, Andrea Roloff . A responsabilizagéo administrativa de empresas terceirizadas por acidentes de trabalho após a reforma trabalhista. *DIREITOS, TRABALHO E POLITICA SOCIAL*, v. 9, p. 220-255, 2023. (Qualis A2) 2. GALLO APONTE, William Iván ; BRAVO, Enrique Diaz ; HACHEM, Daniel Wunder . Empresas de energías renovables y derechos humanos en América Latina. *REVISTA CATALANA DE DRET AMBIENTAL*, v. 14, p. 1-43, 2023. (Qualis A1) *Artigo de maior destaque, publicado em revista estrangeira A1 em coautoria com autor estrangeiro da Universidad de Sevilla. 3. HACHEM, Daniel Wunder; JURUENA, Cynthia Gruending ; FRITSCH, Bruna . A proteção de direitos humanos das mulheres pelo Poder Judiciário mediante aplicagéo de tratados internacionais: análise empírica da jurisprudência brasileira. *REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO IMED*, v. 19, p.4898, 2023. (Qualis A2)

EMERSON GABARDO

1. MENENGOLA, Everton; GABARDO, EMERSON; GONZÁLEZ SANMIGUEL, NANCY NELLY. The proposal of the european regulation on artificial intelligence. *SECUENCIA*, v. 43, p. 1-27, 2023.

ENEIDA DESIREE SALGADO

GONCALVES, J. A. F. ; SALGADO, Eneida Desiree . Representação e representatividade no Congresso Nacional e a Lei n. 14.192/2021, que versa sobre a violência política contra mulheres. *ESTUDOS ELEITORAIS*, v. 16, p. 72-95, 2023.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

1. Castro, Bruna Azevedo ; ARGUELLO, Katie Silene Céceres ; COSATE, Tatiana Moraes . O reconhecimento facial automatizado como técnica de controle sobre o corpo negro. *REVISTA DIREITO E PAZ*, v. v.2, p. 79, 2023. 2. REIS, W. P. S. ; ARGUELLO, K.S.C. . Policição da identidade profissional dos agentes penitenciários: para além do controle disciplinar e da segurança prisional. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v. v.6, p. 3511-3525, 2023. 3. ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; PRATEANO, V. F. ; ROMFELD, V. S. . Vitimologia e gênero: considerações crítico-feministas a partir da sentença do caso Mariana Ferrer. *CAPTURA CRÍPTICA (ONLINE)*, v. 12, p. 259-292, 2023. 4. ARGUELLO, Katie Silene Céceres. Guerra às drogas e racismo: letalidades do sistema de justiça criminal. *CAPTURA CRÍPTICA (ONLINE)*, v. 12, p. 363-380, 2023. Os artigos de maior relevância são os dois últimos, o 3 e o 4.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

1. FREITAS, Jéssica F. O.; NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio . Interseções entre colonialismo e processo penal na América Latina: uma proposta epistemológica e político-crimal. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS*, v. 199, p. 153-175, 2023. (Qualis A1) 2. COMAR, D. N. M. ; NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio . O juiz de garantias e o Supremo Tribunal Federal: uma vitória de Pirro. *BOLETIM DO IBCCRIM*, v. 31, p. 24-26, 2023. (Qualis B) Os dois tiveram destaque e relevância.

PAULO CESAR BUSATO

Todos tem maior relevância, pois todos são Qualis A1 (um nacional e dois internacionais):1) BUSATO, P. C.. Actos preparatorios y tentativa: el sacrificio de la legalidad en nombre de la seguridad antiterrorista en la legislación brasileña, in *Cadernos de Direito Actual* no 20. Núm.Extraordinario (2023), pp.176-190 ·ISSN 2340-860X ·ISSNe 2386-5229.2) BUSATO, P. C.. La crisis de la verdad y de la ciencia en el Derecho penal, in *Cadernos DeDereito Actual.*, v.21, p.159-174, 2023. ·ISSN 2340-860X ·ISSNe 2386-5229.3) BUSATO, PAULO CÉSAR; DALL'AGNOL DE SOUZA, EDUARDO EMANOEL Uma abordagem crítica à noção de verdade jurídico-penal a partir da análise da linguagem, in *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais.*, v.24, p.173 - 206, 2023.

PRISCILLA PLACHA SA

** Placha Sá, Priscilla; AMARAL MACHADO, BRUNO ; DA ROSA MENDES, SORAIA . -Mãemorta, pai preso-: Crianças e adolescentes em contextos de feminicídio no estado do Paraná.ONATI SOCIO - LEGAL SERIES ser, v. 13, p. 1711-1733,2023.MEIRELLES, K. F. ; SÁ, PRISCILLA PLACHA .A “resposta” é do “faxina”: uma análise da autoria das assunções de culpa e da dinâmica de negociações em prisões sob o comando do Primeiro Comando da Capital no Complexo Penitenciário de Piraquara. *REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS*, v. 88, p. 154-177,2023.

RUI CARLO DISSENHA

DISSENHA, R. C.; KOSAK, A. P. . Do processo-Rocco ao processo-risco: o paradigma negocial tornando démodée a constitucionalização do processo penal brasileiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 13, p. 163-181, 2023

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

DA (IM)POSSIBILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUANDO DA ANÁLISE SUBJETIVADO SUJEITO NA JUSTIÇA RESTAURATIVA. In: *REVISTA DO DIREITO (SANTA CRUZ DO SUL.ONLINE)*, n. 70, p. 55-70.DOI 10.17058/rdunisc.vi67.ISSN 1982-9957<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/index>

EGON BOCKMANN MOREIRA

OREIRA, Egon Bockmann; PALMA, J. B. de. Os desafios dos acordos de leniência na Era Complexidade administrativa. *REVISTA DE DIREITO PÚBLICO DA ECONOMIA*, v. 82, p. 75-110, 2023.MOREIRA, Egon Bockmann. Autorregulagdo profissional da OAB: inexistência de constitucional para a fiscalizagdo ADMINISTRATIVO, v. 282, p. 291-298, 2023. AVILA, NATALIA pelo TCU. *REVISTA DE DIREITO RESENDE ANDRADE*; MOREIRA, Egon Bockmann; CORDEIRO NETTO, OSCAR DE MORAES. Governanga regulatória: uma proposta a luz do setor de saneamento basico brasileiro. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO (UFPR)*, v. 68, p. 107, 2023. MOREIRA, Egon Bockmann. Memorabilia de Direito Administrativo (1984-2022). *REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS*, v. 9, p. 810-828, 2023. MOREIRA, Egon Bockmann; CAGGIANO, H. C.. Portos brasileiros, autorizagdes de servigo publico e abuso de direito. *Revista de Direito Administrativo - PT*, v. 18, p. 99-104, 2023. O trabalho de maior destaque e relevancia é: MOREIRA, Egon Bockmann; CAGGIANO, H. C.. Portos brasileiros, autorizagdes de servigo publico e abuso de direito. *Revista de Direito Administrativo - PT*, v. 18, p. 99-104, 2023.

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

Artigos aceitos para publicação (**** no prelo) TOMIO, F. R. L.; ROBL FILHO, I. N.; KANAYAMA, R. L.DEMOCRACY AND RELATIONS OF THE EXECUTIVE AND JUDICIAL BRANCHES: THE COVID-19 PANDEMIC AND INSTITUTIONAL CHANGES IN THE ROLE OF THE BRAZILIAN FEDERAL SUPREME COURT. *NUOVE AUTONOMIE.*, 2023.

KATYA KOZICKI

KOZICKI, Katya; PUGLIESE, William S. Estreitamento de precedentes: origem, cabimento e aplicabilidade no Brasil. *Revista de Processo*, v. 335, p. 309-330, 2023.A1, ISSN 0100-1981, fonte Qualis/CAPES (2020) – DestaqueKOZICKI, Katya; MIRANDA, P. F. M. A sala de máquinas da Constituição de 1988 e sua desigual triangulação democrática. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 47, p. 1-39, 2023.B2, ISSN 0101-7187, fonte Qualis/CAPES (2020)

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

RAMINA, LARISSA; SOUZA, Lucas Silva de . Dos -olhos da lei- doméstica aos da comunidade internacional: cegueira ou lucidez da justiça no Direito Penal Internacional?. Revista de Direito Internacional, v. 20, p. 315-342, 2023.

MIGUEL GUALANO DE GODOY

GODOY, MIGUEL GUALANO DE; TRANJAN, Renata Naomi . Supremo Tribunal Federal e federalismo: antes e durante a pandemia. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) , v. 19, p. 1-31, 2023. MAIOR RELEVÂNCIA2.GODOY, Miguel Gualano de.; COSTA, Igor Pires Gomes da . Poder Judiciário na era do populismo: como o último guardião pode tornar-se a maior ameaça à democracia. REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, v. 60, p. 43-61, 2023.

RODRIGO LUÍS KANAYAMA

FOGACA, A. R. ; ROBL FILHO, I. N. ; KANAYAMA, R. L. . POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA E ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO. CADERNOS DE DIREITO ACTUAL (ONLINE), v. 22, p. 73-90, 2023. TOMIO, F. R. L.; ROBL FILHO, I. N.; KANAYAMA, R. L. DEMOCRACY AND RELATIONS OF THE EXECUTIVE AND JUDICIAL BRANCHES: THE COVID-19 PANDEMIC AND INSTITUTIONAL CHANGES IN THE ROLE OF THE BRAZILIAN FEDERAL SUPREME COURT. NUOVE AUTONOMIE. , 2023.

VERA KARAM DE CHUEIRI

DE LARA, GUSTAVO DALPUPO ; DE CHUEIRI, VERA KARAM . RAMO RECONSTRUTIVO, MINICONSTITUIÇÕES E BYPASSES INSTITUCIONAIS:. REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS , v. 9, p. 241-263, 2023. (DESTAQUE)2. CHUEIRI, V. K. de; ANDRADE, E. X. C. . Uma teoria da liberdade de expressão como participação democrática: considerações a partir de Robert Post e James Weinstein. ETHIC@ (UFSC), v. 22, p. 1015-1043, 2023. Chueiri, Vera K. de .

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

MATOS, A. C. H. Braga de Araújo, Honácio. Combate à discriminação de autistas e LGBTI+ à espera de adoção. Rebeh. , v.6, p.235 - 259, 2023. DHMATOS, A. C. H.; SILVA, F. M. F.; VIEIRA, D. F. La regulación de la convivencia familiar: criterios para la protección de los derechos no disponibles de niños y adolescentes. Misión Jurídica - Revista de Derecho y Ciencias Sociales. , v.16, p.30 - 44, 2023. DH

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

FOGACA, A. R. ; ROBL FILHO, I. N. ; KANAYAMA, R. L. . POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA E ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO. Cadernos De Direito Actual , v. Ordinario, p. 73-90, 2023. Indico esse como mais relevante e importante. ROBL FILHO, I. N.. Il potere dell'agenda nella giurisdizione costituzionale digitale: il caso brasiliano. La Cittadinanza Europea On-Line: Rivista di Studi e Documentazione sull'integrazione Europea, v. Speciale, p. 85-94, 2023

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

1. KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; ANDRADE, G. V. . Direitos da natureza. INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 9, p. 589-600-600, 2023. 2. KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; MASO, T. F. . As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. REVISTA DIREITO E PRÁXIS , v. 14, p. 458-485, 2023. (destaque)3. MASO, Tchenna Fernandes; HEEREN FALKIEWICZ, Ana Maria; MACHADO, Daiane; MENEGAZZO, Gabriel Bernardes Fonseca Diório; GRACIANO RODRIGUES, Hellen Gonçalves; FOGAÇA KIAULENAS, Juliana; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; CATTANIPERRONI, Letícia; BARBIERI, Paula Gabriela. Parecer técnico: audiência pública sobre os direitos das populações atingidas por barragens. In SURGência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 1, p. 709-736, 2023. DOI:10.26512/revistainsurgencia.v9i1.44130. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/44130>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

2.SERAU JUNIOR, M. A.. Lei 14.441: panorama das alterações nos benefícios por incapacidade e ampliação do Pente Fino. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v. 403, p. 85-89, 2023.3.SERAU JUNIOR, M. A.. Lei n. 14.463/2022: reabertura de prazo para adesão ao FUNPRESP. REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, v. 506, p. 32-35, 2023.4.SERAU JUNIOR, M. A.; CAMILO, A. P. . Panorama das Normas Brasileiras de Proteção (Trabalhista e Previdenciária) às pessoas com Câncer (Lei 14.238/2021). Revista Jurídica de San Juan, v. 7, p. 11-MVCDXLIII-6-1, 2023.5.SERAU JUNIOR, M. A.. Inclusão previdenciária no contrato de trabalho intermitente. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO), v. 230, p. 187-204, 2023.6.SERAU JUNIOR, M. A.; LUZ, I. H. S. . A Reforma do Militar Temporário das Forças Armadas em Caso de Incapacidade. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 76, p. 89-104, 2023.7.SERAU JUNIOR, M. A.; CAMILO, A. P. . Considerações e efetividade em relação às decisões legislativas afirmativas que buscam equidade entre homens e mulheres (Lei 14.611/2023). Revista Brasileira de Direito Social, v. 6, p. 87-105, 2023.8.SERAU JUNIOR, M. A.. Igualdade salarial entre mulheres e homens no Direito brasileiro. Revista Jurídica de San Juan, v. 8, p. 1-20, 2023.

MELINA GIRARDI FACHIN

TAQUES, JOÃO DANIEL VILAS BOAS; FACHIN, MELINA GIRARDIA interpretação evolutiva no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO. , v.24, p.1 - 18, 2023.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/30782/18455>]BRAGA, F. R.; ARAUJO, M. O.; FACHIN, Melina Girardi FEMINIST CONSTITUTIONALISM AS A INSTRUMENT FOR THE EDUCATIONAL TRANSFORMATION OF SPACES OF INTELLIGIBILITY IN LAW. Revista Brasileira de Políticas Públicas. , v.13, p.359 - 373, 2023.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/8678>][doi:10.5102/rbpp.v13i3.8678]FACHIN, Melina Girardi; KIRCHHOFF, R. S.Liberdade de aprender e ensinar: reflexões a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. REVISTA DIREITO E PRÁXIS. , v.XX, p.1 - 31, 2023.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/69425>]publicação Ahead of print.OLIVEIRA, F. A.; FACHIN, Melina Girardi MULHERES, EMPRESAS E ESTEREÓTIPOS: DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL-SISTÊMICA E INTERSECCIONALIDADE NO CASO FÁBRICA DE FOGOS VERSUS BRASIL. DIREITO E LIBERDADE.. , v.25, p.101 - 139, 2023.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [https://http://www2.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/2599]CAMBI, E.; NOSAKI, L. A. P.; FACHIN, MELINA GIRARDI Tutela judicial das vulnerabilidades femininas: o papel do Poder Judiciário brasileiro na efetivação do constitucionalismo feminista. Revista do CNJ. , v.7, p.57 - 72, 2023.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/453>]

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

FRIEDRICH, T. S.; BERTOLDO, J. . REFÚGIO E UNIVERSIDADE: um estudo de casos sobre políticas de acesso à educação superior para pessoas refugiadas. MOMENTO - DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO, v. 32, p. 220-243, 2023.

TAYSA SCHIOCCHET

SCHIOCCHET, T.; ARAGAO, S. M. . Panorama jurisprudencial da violência obstétrica e análise discursiva das decisões judiciais do sul do Brasil. REVISTA DIREITO GV (ONLINE)scx, v. 19, p. 1, 2023. SCHIOCCHET, T.; PARIS, M. S. ; TIDRE, J. F. . Litigância estratégica das Clínicas de Direitos Humanos no Supremo Tribunal Federal: análise a partir da ADPF 442. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENEUTICA E TEORIA DO DIREITOscr, v. 15, p. 1, 2023. DEBORA . SCHIOCCHET, TAYSA; MATTOS DE ARAGAO, SUELLYN ; HAKENHAAR, PAOLA ; SIMOES DA SILVA, EXTEMPORANEO E O INCONSTITUCIONAL DA EXIGENCIA DE CONSENTIMENTO DO CONJUGE PARA FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA, v. 17, p. 1, 2023. DE BIASIO KLEPA, ESTERILIZACAO CIRURGICA. DIREITOS VICTORIA ; MEIRA LIMA PAIVA, LIVIA ; BELLENZANI, RENATA; SCHIOCCHET, TAYSA ; BARROS DE OLIVEIRA, MARIA HELENA . SAUDE MENTAL E ABORTO DECORRENTE DE VIOLENCIA SEXUAL: UMA REVISAO INTEGRATIVA DE

LITERATURA. DIVERS@! (MATINHOS), v. 16, p. 294, 2023. SCHIOCCHET, T.; CASTILHO, N. M. ; ARAGAO, S. M. ; ORTIZ, E. M. . Objeção de consciência em situações de aborto legal no Brasil: como compatibilizar esses direitos?. Cadernos De Direito Actualicr, v. 22, p. 350-372, 2023.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

1. PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito e marxismo em Cárcova e a rebelião do leitor: um pêndulo entre teoria crítica e pós-positivismo. Revista latinoamericana de sociologia jurídica, v. IV, p. 67-97, 2023.2. PAZELLO, Ricardo Prestes; UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli; FARIA, José Ricardo Vargas de. Botocudos, atingidos e extrativismo: ensaio sobre a estranha ordem geométrica da territorialização do capital nos territórios de Barra Longa (MG). REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 14, p. 486-516, 2023.3. PAZELLO, Ricardo Prestes. Uma experiência antimatemática de educação jurídica insurgente: o caso da CPP da Turma Nilce de Souza Magalhães (Direito/UFPR/PRONERA). Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito, v. 25, p. 54-74, 2023.4. PAZELLO, Ricardo Prestes. Teorias críticas do colonialismo. INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 9, p. 601-615, 2023.

Produção Intelectual: **Relacionar os ARTIGOS publicados em 2023 e indicar os de maior destaque e relevância.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Direito, tutela e efetividade

EDUARDO TALAMINI

(vazio)

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

(vazio)

MARCOS WACHOWICZ

(vazio)

Novos Paradigmas do Direito

CÉSAR ANTONIO SERBENA

Linha: Novos paradigmas do Direito / Área de pesquisa: Filosofia do Direito

EROLTHS CORTIANO JUNIOR

(vazio)

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

Direitos Humanos e Justiça - Saúde, igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades - Agenda 2030 no STF DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA Cidadania e Inclusão Social Biotec - Direito, biotecnologia e sociedade RELAÇÕES SOCIAIS Novos Paradigmas do Direito

MARCELO MIGUEL CONRADO

Direito das Relações Sociais

MARILIA PEDROSO XAVIER

Direito das Relações Sociais – Novos Paradigmas do Direito

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

(vazio)

RODRIGO XAVIER LEONARDO

(vazio)

VICENTE DE PAULA ATAÍDE JUNIOR

NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

DIREITO DO ESTADO

CLARA MARIA ROMAN BORGES

Análises feministas descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal nos casos de violência de gênero - Cidadania e Inclusão Social - Direitos Humanos e Democracia Observatório do Pacote Anticrime — Direito, poder e controle — Direito do Estado

DANIEL WUNDER HACHEM

1. Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos: uma análise empírica do Poder Judiciário brasileiro — Linha: Cidadania e inclusão social 2. Instrumentos administrativos de tutela igualitária dos direitos sociais com vistas ao desenvolvimento — Linha: Direito, Poder e Controle

EMERSON GABARDO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITO Direito, poder e controle Direito do Estado CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS Direito, poder e controle Direito do Estado

ENEIDA DESIREE SALGADO

Direito do Estado – Direito, poder e controle.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

Todos os meus projetos de pesquisa que se referem à questão das drogas estão vinculados à linha de pesquisa “o fenômeno das drogas como questão de política criminal, bem como à política criminal de drogas, linha de pesquisa do Núcleo de Criminologia e de Política Criminal PPGD/UFPR/CNPq. Os demais projetos estão vinculados à linha de pesquisa em “Criminologia e Política Criminal”. Os projetos de pesquisa dos meus orientandos e orientandas se enquadram tanto na linha de “Criminologia e de Política Criminal” quanto eventualmente em alguma das linhas de pesquisa conforme o edital do Núcleo de Criminologia e de política criminal.

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Área de Pesquisa - Direito do Estado Linha - Direito, poder e controle. (para ambos os projetos)

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

1. Núcleo de Direito e Saberes Psi - PPGD/UFPR - Área: Direito do Estado e Linha: Direito, Poder e Controle 2. O diafragma entre as fases da investigação e do processo Parte 2: a Lei Anticrime e a etapa intermediária no processo penal brasileiro - Área: Direito do Estado e Linha: Direito, Poder e Controle 3. Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social - PPGD/UFPR - Área: Direito do Estado e Linha: Direito, Poder e Controle 4. Núcleo de Criminologia e Política Criminal - PPGD/UFPR - Área: Direito do Estado e Linha: Direito, Poder e Controle

PAULO CESAR BUSATO

- Ambos os projetos pertencem ao Núcleo Sistema Criminal e Controle social, da linha de pesquisa Estado, Poder e Controle, vinculada à área de Direito do Estado.

PRISCILLA PLACHA SA

- Direito do Estado — Direito, Poder e Controle - Núcleo de Pesquisas Sistema Criminal e Controle Social (UFPR), sob a coordenação do Prof. Doutor Paulo César Busato.

RUI CARLO DISSENHA

- A internacionalização do poder punitivo e as perspectivas modificadoras do Direito Penal (PPGD-UFPR): Direito do Estado (direito, poder e controle)

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

1- Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PROPOLIS Área: Direito do Estado Linha: Perspectivas da Dogmática Crítica 2- Clínica de Direito e Arte Área: Direitos Humanos e Democracia Linha: Cidadania e inclusão social 3- Direito em tempos de

pandemia. Impactos nos direitos humanos no Brasil. Análise das medidas jurisdicionais e outras emergenciais no contexto da COVID-19 no âmbito federal, estadual e seus reflexos
Área: Direito do Estado
Linha: Direito Poder e Controle
4- Mecanismos de controle da Administração Pública
Área: Direito do Estado
Linha: Perspectivas da Dogmática Crítica
Área: Direito do Estado
Linha: Direito Poder e Controle

EGON BOCKMANN MOREIRA

(vazio)

FABRICIO RICARDO DE LIMA TOMIO

Instituições políticas, processo legislativo e controle abstrato de constitucionalidade: estudo comparativo das relações Executivo/Legislativo, da Jurisdição Constitucional e da produção legislativa nas unidades subnacionais
Direito do Estado/PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA (*) (*) Suponho que estou listado nessa linha de pesquisa de Direito do Estado (pelo menos por parte da descrição da linha, “...a partir de conhecimentos empíricos e teóricos das estruturas sociais”; e creio que a coordenação propôs a redefinição do nome e da descrição da linha).

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1. Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial - NPDTE/UFPR. Área de Concentração: Direito do Estado. Linha de Pesquisa: Perspectivas da Dogmática Crítica. 2. Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. Área de Concentração: Direito do Estado. Linha de Pesquisa: Perspectivas da Dogmática Crítica.

KATYA KOZICKI

Populismo, erosão democrática e crise constitucional - Direito do Estado, Perspectivas da Dogmática Crítica

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

A Guerra jurídica - lawfare no contexto das guerras híbridas no Brasil e na América Latina. Um olhar a partir das Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional - TWAIL Vinculado a DIREITO DO ESTADO, DIREITO, PODER E CONTROLE; DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

MIGUEL GUALANO DE GODOY

Ambos vinculados à Área de Direito do Estado e Linha Perspectivas da dogmática crítica

RODRIGO LUÍS KANAYAMA

(vazio)

VERA KARAM DE CHUEIRI

indicado na célula anterior

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

Virada de Copérnico - Linhas de pesquisa: Famílias; Relações Jurídicas Familiares e Sucessão; Área de pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas; Direito ● Direitos Humanos e Vulnerabilidades - Linha de pesquisa: Direitos Humanos e Vulnerabilidades; Área de pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas; Direito

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

IV.2. Indique, para cada projeto em que participa, a qual linha e área de pesquisa o projeto está vinculado. Instituições políticas, processo legislativo e controle abstrato de constitucionalidade: estudo comparativo das relações Executivo/Legislativo, da Jurisdição Constitucional e da produção legislativa nas unidades subnacionais. A minha linha de pesquisa no PPGD/UFPR é DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

Ekoa: Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. Área: Direitos Humanos e Democracia. Linha: Cidadania e Inclusão Social

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

Direitos Humanos e Democracia – Cidadania e Inclusão

MELINA GIRARDI FACHIN

CENTRO DE ESTUDOS DA CONSTITUIÇÃO - DIREITOS HUMANOS E DIREITO DO ESTADO

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul - Direitos Humanos e Democracia/Direito do Estado - Linhas de pesquisa: Cidadania e Inclusão Social e Perspectivas da Dogmática Crítica

TAYSA SCHIOCCHET

Todos estão vinculados a Linha de pesquisa: Cidadania e Inclusão Social.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

Área de Concentração em Direitos Humanos e Democracia; linhas de pesquisa: Cooperativismo e Economia Solidária; Cidadania e Inclusão Social



Produção Intelectual: **Associe a produção bibliográfica e técnica de 2023 aos respectivos projetos.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Artigos aceitos para publicação1. MARANHÃO, Clayton de Albuquerque; ARAGÃO, Suélyn Mattos de NEUROLAW E RESPONSABILIDADE MÉDICA: COMO REDUZIR O IMPACTO DAS FALSAS MEMÓRIAS NOS PROCESSOS JUDICIAIS?. REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM. , 2023. Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)1. MARANHÃO, Clayton de Albuquerque Jurisdição Constitucional Brasileira: as técnicas decisórias no controle abstrato de constitucionalidade In: Il Sistem della Giustizia in Italia e in Brasile, 2022, Palermo - Italia. Annali del Simposio Italo-brasiliano. Palermo - Italia: Università Degli Studi di Palermo, 2023. v.1. p.10 Capítulo de livro publicado:1. MARANHÃO, Clayton de Albuquerque; MIURA, Artur Mitsuo Prova estatística no processo estrutural ambiental In: Estudos sobre razonamiento probatorio: un homenaje a Jordi Ferrer Beltran. 1 ed. Cidade do México: Editorial Ceji - Ubijus Editorial, 2023, v.1, p. 71-91.

MARCOS WACHOWICZ

Toda a produção bibliográfica referida está associada ao projeto de pesquisa indicado acima

Novos Paradigmas do Direito

CÉSAR ANTONIO SERBENA

1. SERBENA, CÉSAR ANTÔNIO. Roberto J. Vernengo (1926-2021) e Eugenio Bulygin (1931-2021): um testemunho biográfico. ETHIC@ (UFSC), v. 21, p. 754-771, 2023. 2. SERBENA, CESAR ANTONIO; BARBOZA, Priscila da Silva . Ayda I. Arruda e Itala M. Loffredo D'Ottaviano, da UFPR à Unicamp: itinerário histórico e contexto biográfico de duas pioneiras da lógica no Brasil. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 67, p. 37-70, 2023. CAPÍTULOS DE LIVRO SERBENA, CESAR ANTONIO. A DISPUTA ENTRE HANS Kelsen E ALF ROSS SOBRE O REALISMO JURÍDICO. In: Valterlei da Costa; Maurício Timm do Valle. (Org.). Estudos Sobre a Teoria Pura do Direito: Homenagem aos 60 Anos da Publicação da 2ª Edição da Obra de Hans Kelsen. 1ed. São Paulo: Almedina, 2023, v. 1, p. 405-426.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

Direitos Humanos e Justiça - Saúde, igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades - Agenda 2030 no STF GEDIEL, I. A. P. ; GOMES, M. T. U. ; LOUREIRO, M. F. B. ; OKAMOTO, A. P. S. B. ; GARCIA, M. . TECNOLOGIA, DIREITO E INOVAÇÃO ? INDEXAÇÃO A AGENDA 2030 NO SISTEMA DE JUSTIÇA: A JURISPRUDÊNCIA COMO MATERIAL EMPÍRICO DA PESQUISA JURÍDICA. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 67, p. 167-197-197, 2023.

RODRIGO XAVIER LEONARDO

1. LEONARDO. Rodrigo Xavier. O contrato built to suit. In: CARVALHOSA, Modesto. (Org.). Contratos empresariais. 3ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2023, v. 4, p. 363-394. 2. LEONARDO. Rodrigo Xavier. Os contratos coligados, os contratos conexos e as redes contratuais. In: CARVALHOSA, Modesto. (Org.). Tratado de Direito Empresarial. 3ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2023, v. 4, p. 395-424.

VICENTE DE PAULA ATAÍDE JÚNIOR

1. CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA PARA UMA NOVA ESTRUTURA TEÓRICA DA CAPACIDADE PROCESSUAL – DOI 10.22456/2317-8558.1234382. Novos sujeitos, novos demandantes: A defesa dos

direitos animais em juízo no Brasil – Revista lusTech Revista de Derecho y Tecnología (estrangeira) – ISSN 2718-90233. Sucessão processual dos animais – DOI 10.26668/IndexLawJournals/2525-9695/2022.v8i2.92074. Animais em juízo – DOI 10.22350/9786585725453 (do livro que contém o capítulo)5. Reflexões críticas acerca da capacidade processual: por uma estrutura teórica pós-humanista – Livro: Direito, ação & jurisdição: estudos em homenagem à Ministra Rosa Weber (ISBN 9786500742787)

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

-

CLARA MARIA ROMAN BORGES

Análises feministas descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal nos casos de violência de gêneroBORGES, C. M. R.; AMORIM, F. P.; PUGLIESI, R. C. M. Critical analysis of the use of Family Constellations as a restorative practice in cases of violence against women. *Ragion Pratica*, v.2, p.575 - 599, 2023. BORGES, C. M. R.; SCHIOCCHET, T.; FACHIN, M. G. A violência de gênero na Universidade, 2023. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho) BORGES, C. M. R.; SOUZA, F. A. de Desafios do combate & violência transfêbica na era digital, 2023. (Congresso, Apresentação de Trabalho) BORGES, C. M. R.; SOUZA, F. A. de; AMORIM, F. P. Pensando Limites e possibilidade do discurso jurídico: uma análise descolonial das produções acadêmicas sobre gênero na pós-graduação em direito da ufpr, 2023. (Seminário, Apresentação de Trabalho) Observatório do Pacote Anticrime Jurisdição e Competência. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

DANIEL WUNDER HACHEM

1. SILVA, Lucas Reis ; HACHEM, Daniel Wunder ; LOPES, Andrea Roloff . Aresponsabilizagdo administrativa de empresas terceirizadas por acidentes de trabalho apdsa reforma trabalhista. *DIREITOS, TRABALHO E POLITICA SOCIAL*, v. 9, p. 220-255, 2023.(Qualis A2)Projeto: Instrumentos administrativos de tutela igualitaria dos direitos sociais com vistas aodesenvolvimento — Linha: Direito, Poder e Controle2. GALLO APONTE, William Ivan ; BRAVO, Enrique Diaz ; HACHEM, Daniel Wunder .Empresas de energias renovables y derechos humanos en América Latina. *REVISTACATALANA DE DRET AMBIENTAL*, v. 14, p. 1-43, 2023. (Qualis A1)Projeto: Comportamento judicial em relação & Convengéo Americana de Direitos Humanos:uma andlise empirica do Poder Judiciario brasileiro — Linha: Cidadania e inclusao social3. HACHEM, Daniel Wunder; JURUENA, Cynthia Gruending ; FRITSCH, Bruna . Aproteção de direitos humanos das mulheres pelo Poder Judiciario mediante aplicação detratados internacionais: análise empirica da jurisprudência brasileira. *REVISTABRASILEIRA DE DIREITO IMED*, v. 19, p. 4898, 2023. (Qualis A2)Projeto: Comportamento judicial em relação à Convengéo Americana de Direitos Humanos:uma analise empirica do Poder Judiciario brasileiro — Linha: Cidadania e inclusão social4. HACHEM, Daniel Wunder; CAPITANT, David (Org.). Direitos fundamentais eigualdade: dialogos franco-brasileiros. 2. ed. Curitiba: ithala, 2023. 519p .Projeto: Instrumentos administrativos de tutela igualitaria dos direitos sociais com vistas aodesenvolvimento — Linha: Direito, Poder e Controle5. HACHEM, Daniel Wunder; Conselho Nacional de Justiga; Pontificia Universidade Catolicado Parana. Comportamento judicial em relação a Convengao Americana sobre DireitosHumanos: uma andlise empirica do Poder Judiciario brasileiro. 1. ed. Brasilia: CNJ,2023. 310pProjeto: Comportamento judicial em relação & Convengéo Americana de Direitos Humanos:uma andlise empirica do Poder Judiciario brasileiro — Linha: Cidadania e inclusão social

EMERSON GABARDO

ProduçãoProjetoLinhaÁreaToda a produção técnicaCAPES/PRINT-ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado MENENGOLA, Everton; GABARDO, EMERSON; GONZÁLEZ SANMIGUEL, NANCY NELLY. The proposal of the european regulation on artificial intelligence. *SECUENCIA*, v. 43, p. 1-27, 2023.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito,

poder e controleDireito do Estado GABARDO, EMERSON; BITENCOURT, Caroline Muller; BARRERA, Teresita Rendón Huerta. Administração Pública, Novas Tecnologias e Políticas Públicas. Curitiba: Ithala, 2023, v.1. p.542. – 978-65-5765-203-9ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito, poder e controleDireito do Estado GABARDO, Emerson; ZOCKUN, Maurício Garcia Pallares. Novas leis: promessa de um futuro melhor? Belo Horizonte: Fórum, 2023, v.1. p.459. – 978-65-5518-581-2CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado GABARDO, EMERSON. Princípio de eficiencia en la función pública Brasileña In: Retos y perspectivas de la función pública del futuro: una revisión en Europa e Iberoamérica. Madrid: INAP - Instituto Nacional de Administración Pública, 2023, v.1, p. 143-167. – 978-84-7351-768-3(maior relevância)CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado GABARDO, EMERSON. Comentário ao Art. 68 do EOAB In: Comentários às Normas da Advocacia. Londrina: Thoth, 2023, p. 813-827. – 978-65-5959-636-2CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado GABARDO, Emerson; BITENCOURT, Caroline Muller. Governo Eletrônico, Serviços Públicos Digitais e Participação Popular: um caminho democrático a ser percorrido pela Administração Pública brasileira In: Administração Pública, Novas Tecnologias e Políticas Públicas. Curitiba: Ithala, 2023, v.1, p. 197-229. – 978-65-5765-203-9CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado GABARDO, Emerson; CORCOVADO, João Miguel França. Infraestrutura e planejamento como instrumentos da promoção do desenvolvimento econômico sustentável In: Direito Administrativo entre tradição e transformação. Belo Horizonte: Dialética, 2023, v.1, p. 287-300. – 978-65-252-9385-1CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado GABARDO, EMERSON; WATZKO, N. A. M. Requisição Administrativa, interesse público e direitos fundamentais em tempos de Covid In: Direitos Fundamentais e Igualdade: diálogos franco-brasileiros. 2 ed. Curitiba - PR: Íthala, 2023, v.1, p. 309-328. – 978-65-5765-204-6CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

Castro, Bruna Azevedo ; ARGUELLO, Katie Silene Caceres ; COSATE, Tatiana Moraes . O reconhecimento facial automatizado como técnica de controle sobre o corpo negro. REVISTA DIREITO E PAZ, v. v.2, p. 79, 2023. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa de “Segurança Pública” do NCPC/PPGD/UFPR/CNPq e no projeto de pesquisa de “Criminologia e Política Criminal”. 2. REIS, W. P. S. ; ARGUELLO, K.S.C. . Policição da identidade profissional dos agentes penitenciários: para além do controle disciplinar e da segurança prisional. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. v.6, p. 3511-3525, 2023. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa de “Segurança Pública” do NCPC/PPGD/UFPR/CNPq e no projeto de pesquisa de “Criminologia e Política Criminal”. 3. ARGUELLO, Katie Silene Caceres; PRATEANO, V. F. ; ROMFELD, V. S. . Vitimologia e gênero: considerações crítico-feministas a partir da sentença do caso Mariana Ferrer.. CAPTURA CRIPTICA (ONLINE), v. 12, p. 259-292, 2023. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa de “Criminologia e Feminismo” do NCPC/PPGD/UFPR/CNPq e no projeto de pesquisa de “Criminologia e Política Criminal”. 4. ARGUELLO, Katie Silene Caceres. Guerra às drogas e racismo: letalidades do sistema de justiça criminal. CAPTURA CRIPTICA (ONLINE), v. 12, p. 363-380, 2023. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa de “Política Criminal de Drogas” e também na linha de pesquisa “Criminologia e racismo” do NCPC/PPGD/UFPR/CNPq e no projeto de pesquisa de “Política de guerra às drogas no Brasil: uma abordagem criminológica”. Capítulos de livro: ARGUELLO, Katie Silene Caceres. Selvino Assmann, para além da filosofia como vocação.. In: Moira Helena Assmann. (Org.). Viva, Selvino! uma homenagem ao Prof. Selvino Assmann. 13ed. Florianópolis: Ed. dos Autores, 2023, v. , p. 71-88. 1. Este trabalho se enquadra na linha de “Criminologia e política criminal” e no projeto de “Criminologia e política criminal” porque, apesar de ser uma obra em homenagem a um filósofo, nesta homenagem eu faço uma crítica à operação

“ouvidos moucos”, responsável pela morte do Reitor da UFSC (caso Cancellier). ARGUELLO, Katie Silene Caceres; SATER, Fernanda. Mulheres aprisionadas pela política de guerra às drogas no Brasil. In: Rafael Boldt; Elda Coelho de Azevedo Bussinguer. (Org.). Direitos Fundamentais e Segurança Pública. 12ed. São Paulo: Dialética, 2023, v. , p. 171-196. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa de “Política Criminal de Drogas” e de “Criminologia e Feminismo” do NCPD/PPGD/UFPR/CNPq e no projeto de pesquisa de “Política de guerra às drogas no Brasil: uma abordagem criminológica”. Trabalhos técnicos: ARGUELLO, Katie Silene Caceres. Parecer técnico sobre artigo científico Revista Brasileira de Estudos Políticos da UFMG. 2023.2. ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Parecer avaliativo de artigo científico da Revista FIDES. 2023.3. ARGUELLO, Katie Silene Caceres. Parecer ad hoc avaliativo de artigo científico para a Revista Antropolítica. 2023.4. ARGUELLO, K.. Parecer avaliativo de artigo científico da Revista Brasileira de Estudos Políticos,. 2023. Todas essas avaliações foram dentro das linhas de pesquisa do NCPD/PPGD/UFPR e podem ser vinculadas ao projeto de pesquisa de “Criminologia e Política Criminal”

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

2. FREITAS, Jéssica F. O.; NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. Interseções entre colonialismo e processo penal na América Latina: uma proposta epistemológica e político-criminal. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, v. 199, p. 153-175, 2023.- Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social (o texto foi apresentado como produto de pesquisa do SCCS)3. COMAR, D. N. M.; NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. O juiz de garantias e o Supremo Tribunal Federal: uma vitória de Pirro. BOLETIM DO IBCCRIM, v. 31, p. 24-26, 2023. Núcleo de Direito e Saberes Psi (o texto envolve estudos de psicologia comportamental relacionados ao processo decisório e foi produzido como atividade do NDPSI)4. NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. A era pós-acusatória do processo penal: outra lição da obra de Franco Cordero para a reforma do Código de Processo Penal brasileiro. In: MIRANDACOUTINHO, J. N. et al. (Org.). Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil: escritos em homenagem ao Prof. Dr. Franco Cordero. Volume 6. 1ed. Curitiba: Observatório da Mentalidade Inquisitória, 2023, v. 6, p. 231-240. Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social3.5. NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio; CARVALHO, G. R. De los modelos hispanoamericanos reformados para (re) pensar la cadena de custodia de la prueba en Brasil. In: GONZALEZ POSTIGO, Leonel; SCHIAVO, Nicolas. (Org.). Nueva Doctrina Penal. 1ed. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 2023, v. 2023, p. 101-118. Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social

PAULO CESAR BUSATO

1) Projeto Sistema criminal significativo - a teoria do delito a partir da filosofia da linguagem2.1.) Artigos completos publicados em periódicos a) BUSATO, P. C.. La crisis de la verdad y de la ciencia en el Derecho penal, in Cadernos De Direito Actual, v.21, p.159-174, 2023. ·ISSN 2340-860X - ·ISSN 2386-5229.b) BUSATO, PAULO CÉSAR; DALL'AGNOL DE SOUZA, EDUARDO EMANOEL Uma abordagem crítica à noção de verdade jurídico-penal a partir da análise da linguagem, in Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, v.24, p.173 - 206, 2023.2.2) Capítulos de livros publicados a) BUSATO, P. C. Liberdade de ação versus neurociências, in Dez Questões fundamentais da política criminal. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023, v.1, p. 153-182. ISBN: 9786559086023

PRISCILLA PLACHA SA

Placha Sá, Priscilla; AMARAL MACHADO, BRUNO; DA ROSA MENDES, SORAIA. Mãe morta, pai preso: Crianças e adolescentes em contextos de feminicídio no estado do Paraná. ONATISOCIO - LEGAL SERIES, v. 13, p. 1711-1733, 2023.- O referido artigo científico conjuga parte dos estudos de envolvidos no Projeto de Pesquisa, quanto ao estágio de Pós-Doutorado por mim realizado nos anos de 2021-2022, junto ao Centro Universitário de Brasília.

RUI CARLO DISSENHA

- Organização do evento “Discussões Contemporâneas sobre a Internacionalização do Poder Punitivo - Realização pelo Núcleo de Estudos em Internacionalização do Poder Punitivo do PPGD-UFPR –

NEIPP”. Vinculação ao projeto “A internacionalização do poder punitivo e as perspectivas modificadoras do Direito Penal” (PPGD-UFPR).

Perspectivas da Dogmática Crítica

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1. Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial - NPDTE/UFPR. Produção Associada: 1.1 Evento: II Encontro: Direito Tributário e Teoria do Direito. Modalidade: Presencial e Virtual. Âmbito: Nacional. Realizado: PPGD da Universidade Federal do Paraná — UFPR. Coordenação: Prof. José Roberto Vieira e Prof. Valterlei Aparecido da Costa. Data: 20.11.2023. Conferencistas: Prof. Paulo de Barros Carvalho (Titular da USP e da PUC/SP) e Prof. Gregorio Robles Morchedo (Catedrático da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas de Espanha). 1.2 Livro: VIEIRA, José Roberto e COSTA, Valterlei Aparecido da (coordenadores). Direito Tributário e Linguagem. São Paulo: Almedina, 2024 (no prelo) — O livro é composto por 12 (doze) artigos, produzidos pelos participantes regulares e especiais do Núcleo de Pesquisa. 1.3 Livro: COSTA, Valterlei Aparecido da. Teoria Trilógica do Tributo: Um Estudo Normativo sobre Tributação, Competência e Lançamento. São Paulo: Noeses, 2024. 1.4 Estágio de Investigação (doutorado sanduíche): Valterlei Aparecido da Costa. Instituição: Universidad Autónoma de Madrid — UAM, Espanha. Orientação: Diego Marin-Bamuevo Fabo (Professor Catedrático de Direito Financeiro e Tributário). Período: 12.09.2022 a 28.02.2023. Atividades Realizadas: Presença nas aulas semanais do professor orientador, investigação dos temas das aulas semanais, conversas semanais com o orientador, exposições eventuais aos alunos espanhóis, investigações relativas à tese de doutorado, elaboração de pesquisa orientada, elaboração de trabalho resultante da pesquisa. Financiamento: bolsa da Fundação Coordenado de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. 1.5 Artigo: COSTA, Valterlei da. Norma de Competência Tributária. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, RT, nº 38, jul./set. 2023, p. 151-177. 1.6 Artigo: VIEIRA, J. R.. Interpretado Jurídico e Linguagem: De Kelsen a Dworkin, Um Pouco do Juiz Hércules e Muito do Jurista Davi. In: COSTA, Valterlei da; TIMM DO VALLE, Mauricio. (Org.). Estudos Sobre a Teoria Pura do Direito: Homenagem aos 60 Anos de Publicação da 22ª Edição da Obra de Hans Kelsen. São Paulo - BR: Almedina, 2023, p. 285-335. 1.7 Artigo: CUNHA, Carlos Renato. Direito, Estado e Estrutura: O Leviatã sob a Perspectiva da Teoria Pura do Direito. In: COSTA, Valterlei da; TIMM DO VALLE, Mauricio. (Org.). Estudos Sobre a Teoria Pura do Direito: Homenagem aos 60 Anos de Publicação da 22ª Edição da Obra de Hans Kelsen. São Paulo - BR: Almedina, 2023, p. 225-248. 1.8 Artigo: FOLLADOR, Guilherme Broto. Kelsen e as Normas de Competência. In: COSTA, Valterlei da; TIMM DO VALLE, Mauricio. (Org.). Estudos Sobre a Teoria Pura do Direito: Homenagem aos 60 Anos de Publicação da 22ª Edição da Obra de Hans Kelsen. São Paulo - BR: Almedina, 2023, p. 411-437. 1.9 Artigo: TREVISAN, Rosaldo. Para Entender Kelsen... (E os Riscos do “Telefone Sem Fio”). In: COSTA, Valterlei da; TIMM DO VALLE, Mauricio. (Org.). Estudos Sobre a Teoria Pura do Direito: Homenagem aos 60 Anos de Publicação da 23ª Edição da Obra de Hans Kelsen. São Paulo - BR: Almedina, 2023, p. 575-604. 1.10 Trabalhos de conclusão de Curso (Graduação): 6 (seis) TCCs concluídos em 2023, mencionados abaixo, no item IV.4, todos orientados pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR. 1.11 Trabalhos de conclusão de Curso (Graduação): 2 (dois) TCCs em andamento em 2023, mencionados abaixo, no item IV.4, todos orientados pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR. 1.12 Dissertações (Mestrado): 3 (três) dissertações em andamento em 2023, mencionadas abaixo, no item IV.4, todas orientadas pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR. 1.13 Teses (Doutorado): 3 (três) teses em andamento em 2023, mencionadas abaixo, no item 1.4, todas orientadas pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR. 2 Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. Produção Associada: 2.1 Evento: Congresso sobre Benefícios Fiscais. Modalidade: Presencial e Virtual. Âmbito: Nacional. Realização: Universidade Católica de Brasília — UCB. Coordenação: Prof. Maurício Dalri Timm do Valle e Prof. Armindo Madoz. Datas: 28, 29 e 30.09.2023. Participação de 33 professores de todo o país. Palestra Magna: Prof. José Roberto Vieira. 2.2 Livro: TIMM DO VALLE, Mauricio Dalri (coord.). Benefícios Fiscais: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. São Paulo: Almedina, 2024 (no prelo) — Obra composta por artigos, produzidos pelos participantes do Projeto de Pesquisa. 2.3 Artigo: VIEIRA, José Roberto e TIMM DO VALLE, Mauricio Dalri. Incentivos Tributários do Imposto de Renda: Cavalos de Tréia

da Igualdade. In: TIMM DO VALLE, Mauricio Dalri (coord.). Benefícios Fiscais: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. São Paulo: Almedina, 2024 (no prelo). 2.4 Trabalho de conclusão de Curso (Graduação): 1 (um) TCC em andamento em 2023, mencionado abaixo, no item 1V.4, orientado pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR. 2.5 Dissertação (Mestrado): 1 (uma) dissertação em andamento em 2023, mencionadas abaixo, no item V.4, orientada pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR. 2.6 Tese (Doutorado): 1 (uma) tese em andamento em 2023, mencionada abaixo, no item 1V.4, orientada pelo Prof. José Roberto Vieira, na UFPR.

KATYA KOZICKI

Constitucionalismo, Democracia e Populismo: nas fronteiras entre o direito e a política/ Populismo, erosão democrática e crise constitucional Palestra: Democratic erosion and authoritarian populism: socio-political polarization in Brazil, 14th Annual Constitutional Law Colloquium, Loyola University Chicago, School of Law, Chicago/EUA, 2023

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Implicações geopolíticas da Operação Lava Jato 2023 Participações em eventos DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS ECOLONIALIDADE(S): Um estudo sobre resquícios 2023 Prefácio Posfáciocoloniais na contemporaneidade do refúgio Dos olhos da lei doméstica aos da comunidade internacional: cegueira ou lucidez da justiça no Direito 2023 Artigo publicado em periódicos Penal Internacional? Lawfare y contexto histórico: EE. UU. y la construcción paulatina del marco normativo e institucional para la 2023 Livro ou capítulo de livro Lucha contra la corrupción ENCUADRANDO O CONCEITO DE TWAIL: "ABORDAGENS DO TERCEIRO MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL" La guerra judicial contra Cristina Fernandez Kirchner en 2023 el contexto de la guerra híbrida GUERRAS JURÍDICAS CONTRA LA DEMOCRACIA El lawfare en América Latina GUERRAS JURÍDICAS CONTRA LA DEMOCRACIA El lawfare en Brasil 2023 Livro ou capítulo de livro Livro ou capítulo de livro 2023 Livro ou capítulo de livro

MIGUEL GUALANO DE GODOY

GODOY, MIGUEL GUALANO DE; TRANJAN, Renata Naomi. Supremo Tribunal Federal e federalismo: antes e durante a pandemia. REVISTA DIREITO GV (ONLINE), v. 19, p. 1-31, 2023. PROJETO: O Supremo Tribunal Federal, suas disfuncionalidades e déficits: que caminho tomar? 2. GODOY, Miguel Gualano de.; COSTA, Igor Pires Gomes da. Poder Judiciário na era do populismo: como o último guardião pode tornar-se a maior ameaça à democracia. REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, v. 60, p. 43-61, 2023. PROJETO: Constitucionalismo e Democracia: filosofia e dogmática constitucional contemporâneas

VERA KARAM DE CHUEIRI

DE LARA, GUSTAVO DALPUPO; DE CHUEIRI, VERA KARAM. RAMO RECONSTRUTIVO, MINICONSTITUIÇÕES E BYPASSES INSTITUCIONAIS. REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, v. 9, p. 241-263, 2023. Projeto: constituição radical, ideias e práticas para a jurisdição constitucional: constitucionalismo progressista, política radical e experimentalismo. PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO CHUEIRI, V. K. de; ANDRADE, E. X. C. Uma teoria da liberdade de expressão como participação democrática: considerações a partir de Robert Post e James Weinstein. ETHIC@ (UFSC), v. 22, p. 1015-1043, 2023. Projeto: Democracia constitucional e (m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO CHUEIRI, V. K. de. Direito e Moral na Teoria Pura do Direito e o que lhe escapa. In: Valterleida Costa; Maurício Timm do Valle. (Org.). Estudos sobre a Teoria Pura do Direito. Homenagem aos 60 anos de publicação da 2ª edição da obra de Hans Kelsen. 1ed. São Paulo: Almedina, 2023, v. 1, p. 1-651. Democracia constitucional e (m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO SILVA, J. P.; CHUEIRI, V. K. de. Feminism for a future of Brazilian Constitution. In: Irene Spigno; Valentina Rita Scotti; Janaína Penalva da Silva. (Org.). The rights of women in comparative constitutional law. 1ed. London and New York: Routledge, 2023, v. 1, p. 1-296. Projeto: Digitally mediated far-right discourse

in Brazil and its effects on the rights of women and LGBTQ+ community CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL/DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA / Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO BENVINDO, J. Z. ; ACUNHA, F. ; GODOY, MIGUEL GUALANO DE ; CHUEIRI, V. K. de . Brazil (constitutional reform). In: Luis Roberto Barroso; Richard Albert. (Org.). The 2022 International Review of Constitutional Reform. 1ed. Austin: Constitutional Studies Program at the University of Texas at Austin, 2023, v. 1, p. 1-344. Projeto: Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO CHUEIRI, V. K. de 'Sertão is where the strong and the shrewd call the tune': From Guimarães Rosa's novel Grande Sertão Veredas to Mendonça Filho e Juliano Dornelles's Film Bacurau. LawArt. , v.4, p.23 - 46, 2023. CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL/DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA / destaque

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

Virada de Copérnico - Linhas de pesquisa: Famílias; Relações Jurídicas Familiares e Sucessão; Área de pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas; Direito MATOS, A. C. H.; CAMARA, H. V. F. Direitos reprodutivos da mulher gestante e planejamento adicional do nascituro In: A invisibilidade da criança e do adolescente: ausência de direitos fundamentais. 1 ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2023, p. 387-404. MATOS, A. C. H.; PEREIRA, Jacqueline Lopes . Outorga Conjugal e Aval no Casamento. In: Ana Carolina Brochado Teixeira; Renata de Lima Rodrigues. (Org.). Contratos, Famílias e Sucessões: Diálogos interdisciplinares. 3ed. São Paulo: Editora Foco, 2023, v. 1, p. 237-257. MATOS, A. C. H.; LIMA, F. E. N. Reflexões sobre o discurso jurídico androcêntrico da guarda compartilhada In: Transformações das relações familiares e a proteção da pessoa humana: vulnerabilidades, questões de gênero, tecnologias e solidariedade. 1 ed. Indaiatuba: Foco, 2023, p. 103-114. Debatedora de mesa no evento "Sucessões por elas". 2023. OAB nacional. Famiglia nella Costituzione Federale Brasiliana del 1988 e Unione Omofamiglia, 2023. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho). País: Itália. Direito Civil na Legalidade Constitucional, novos desafios e outras possibilidades. 2023. (Congresso, Apresentação de Trabalho). A evolução do Direito de Família no Brasil e a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, 2023. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho). A justa medida entre os direitos fundamentais e a autonomia privada do Direito das Famílias, 2023. (Congresso, Apresentação de Trabalho). Separação de fato e suas consequências no direito de família e sucessões, 2023. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho). ● Direitos Humanos e Vulnerabilidades - Linha de pesquisa: Direitos Humanos e Vulnerabilidades; Área de pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas; Direito MATOS, A. C. H. Braga de Araújo, Honório. Combate à discriminação de autistas e LGBTI+ à espera de adoção. Rebeh. , v.6, p.235 - 259, 2023. MATOS, A. C. H.; SILVA, F. M. F.; VIEIRA, D. F. La regulación de la convivencia familiar: criterios para la protección de los derechos no disponibles de niños y adolescentes. Misión Jurídica - Revista de Derecho y Ciencias Sociales. , v.16, p.30 - 44, 2023. MATOS, A. C. H.; BATISTA, L. M. B. Comentários à súmula N. 09/2019/COP: importante instrumento institucional para o combate à violência contra a mulher In: Comentários às normas da advocacia. 1 ed. Londrina: Toth, 2023, v. II, p. 556-574. MATOS, A. C. H.; CASTRO, I. S. Repercussões da separação de fato no direito sucessório brasileiro In: Direito das sucessões: problemas e tendências. 2 ed. Indaiatuba: Foco, 2023, p.23-43. MATOS, A. C. H.; LIMA, F. E. N. . Repensando a aplicação da guarda compartilhada enquanto regra geral: reflexões a partir de contextos de violência doméstica e do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. In: Fabiana Rodrigues Barletta; Vitor Almeida. (Org.). Vulnerabilidades e suas dimensões jurídicas. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2023, v. 1, p.69-82. MATOS, A. C. H.; Responsabilidade civil e violência doméstica In: Responsabilidade Civil e a Luta pelos Direitos Fundamentais. 1 ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2023, v.1, p. 1-12. Aspectos Jurídicos da Intersexualidade e Gênero Neutro, 2023. (Simpósio)

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

IV.3. Associe a produção bibliográfica e técnica de 2023 aos respectivos projetos. FOGACA, A. R. ; ROBL FILHO, I. N. ; KANAYAMA, R. L. . POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EMEVIDÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA E ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO. Cadernos De DereitoActual , v. Ordinario, p. 73-90, 2023. Indico esse como mais relevante e importante. ROBL FILHO, I. N. El Poder de la Agenda en la Jurisdicción Constitucional Digital: Reflexiones aPartir del Caso Brasileño. In: CALLEJÓN, Francisco Balaguer; SARLET, Ingo Wolfgang; STRAPAZZON, Carlos Luiz; ROBL FILHO, Ilton Norberto; CALAHORRO, Augusto Aguilar; MIRÁS, Antonio Pérez. (Org.). Derechos Fundamentales y Democracia en el Constitucionalismo Digital. 1ed. Pamplona: Editorial Aranzadi, 2023, v. 1, p. 157-171.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

MASO, Tchenna Fernandes; HEEREN FALKIEWICZ, Ana Maria; MACHADO, Daiane; MENEGAZZO, Gabriel Bernardes Fonseca Diório; GRACIANO RODRIGUES, Hellen Gonçalves; FOGAÇA KIAULENAS, Juliana; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; CATTANIPERRONI, Letícia; BARBIERI, Paula Gabriela. Parecer técnico: audiência pública sobre os direitos das populações atingidas por barragens. In: SURGÊNCIA: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 1, p. 709-736, 2023.

DOI:10.26512/revistainsurgencia.v9i1.44130. Disponível

em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/44130>. Acesso em: 11 mar.

2024. Schwendler, S., Teixeira, C. F., Isaguirre-Torres, K. R., Estades, N. P., Wisniewski, J. N. M., do Amaral, M. R., Guilherme, S., Garcia e Silva, V. H., Tomal, V. R. (2023) The Climate Emergency and its Relation to Education, Law and the Environment. Transforming Universities for a Changing Climate, Working Paper Series No. 18. ISSN 2754-0308. Disponível em: <https://www.climate-uni.com/working-paper>

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; ANDRADE, G. V. Direitos da natureza. INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 9, p. 589-600-600, 2023. KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; MASO, T. F. . As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 14, p. 458-485, 2023. KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES. Feminismo camponês e popular: tecendo resistências e construindo direitos para outra relação com a natureza. In: SILVA, Liana Amin Lima da; HELD, Thaisa Maria Rodrigues; GUIMARAES, Veronica Maria Bezerra.

(Org.). Direitos e fronteiras planetárias: feminismo emergente. 1ed. Appris: Curitiba, 2023, v. 1, p. 100-

120. KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; ANDRADE, G. V. ; RIGHETE, M. A. . Reservas extrativistas: o direito de ser e de existir dos Povos da floresta. In: X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, 2023, Curitiba. Anais do X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. Curitiba: Cepedis, 2023. v. 7. p. 47-47. CARGNIN, L. P. D. ; KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES . A agroecologia no enfrentamento da

fome e da emergência climática. In: X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, 2023, Curitiba. Anais do X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. Curitiba: Cepedis, 2023. v. 7. p. 53-53. KATYA

REGINA ISAGUIRRE-TORRES; HOSHINO, T. A. P. . Territorialidade e direitos humanos: um relato de experiência na formação em direito socioambiental. In: X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, 2023, Curitiba. Anais do X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. Curitiba: Cepedis, 2023. v. 7. p. 116-116. BASSO, J. ; FONTOLAN, M. V. ; BERNARDO, M. A. T. ; Isaguirre-Torres, Katya Regina . Processo

de aprovação do cultivo de trigo transgênico no Brasil: uma crítica à modernização socioecológica. In: IV Congresso Internacional de Direito Agrário do PPGDA/UFG. I Congresso Plurinacional de Direito Agrário Brasil/Colômbia/Bolívia e I Congresso Internacional de Políticas e Questões Fundiárias de África, 2023, Goiânia. Caderno de anais de resumos ? IV Congresso Internacional de Direito Agrário do PPGDA/UFG. I

Congresso Plurinacional de Direito Agrário Brasil/Colômbia/Bolívia e I Congresso Internacional de Políticas e Questões Fundiárias de África. Goiânia: CLV, 2023. p. 108-108. BERNARDO, M. A. T. ;

Isaguirre-Torres, Katya Regina . O desenvolvimento das sementes e desconstrução das variedades crioulas no imaginário dos agricultores. In: IV Congresso Internacional de Direito Agrário do PPGDA/UFG. I

Congresso Plurinacional de Direito Agrário Brasil/Colômbia/Bolívia e I Congresso Internacional de Políticas e Questões Fundiárias de África, 2023, Goiânia. Caderno de anais de resumos. IV Congresso

Internacional de Direito Agrário do PPGDA/UFG. I Congresso Plurinacional de Direito Agrário Brasil/Colômbia/Bolívia e I Congresso Internacional de Políticas e Questões Fundiárias de África. Goiânia:

CLV, 2023. p. 101-101. MASO, T. F. ; FALKIEWICZ, A. M. H. ; MACHADO, D. ; MENEGAZZO, G. B. F. D. ;

RODRIGUES, H. G. G. ; KIAULENAS, J. F. ; KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES ; PERRONI, L. C. ; BARBIERI, P. . Parecer técnico: audiência pública sobre os direitos das populações atingidas por barragens. 2023. ALMEIDA, A. V. B. ; SOUZA FILHO, C. F. M. ; Isaguirre-Torres, Katya Regina ; ROSSITO, F. D. ; ANDRADE, G. V. ; ANDRADE, J. P. ; KUERTEN, A. C. ; HOSHINO, T. A. P. ; PEREIRA, D. A. ; SANTOS, J. A. . Considerações ao projeto de lei que institui o sistema estadual de unidades de conservação. 2023. CAMARA, H. F. ; Isaguirre-Torres, Katya Regina ; MENESES, A. M. ; MIYASHIRO, A. J. A. ; ALMEIDA, A. P. C. ; CORDEIRO, D. O. ; WILWOCK, E. ; ANDRADE, G. V. ; FRASSETTO, H. T. ; RIGHETE, M. A. ; FONTOLAN, M. V. ; VENCELOSKI, J. S. ; SAKANO, S. R. . Amicus Curiae à solicitação de opinião consultiva formulada pela república da Colômbia e pela república do Chile sobre emergência climática e direitos humanos. 2023.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

Toda a produção bibliográfica referida está associada ao projeto de pesquisa indicado acima

MELINA GIRARDI FACHIN

TODA PRODUÇÃO ACIMA VINCULADA AO CCONS

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul FRIEDRICH, T. S. ; BERTOLDO, J. . REFÚGIO E UNIVERSIDADE: um estudo de casos sobre políticas de acesso à educação superior para pessoas refugiadas. MOMENTO - DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO, v. 32, p. 220-243, 2023. FRIEDRICH, T. S. ; SANTOS, G. M. Migração, Gênero e Raça: mulheres negras migrantes e o acesso à cidadania e aos direitos trabalhistas, sociais e políticos na cidade de Curitiba/PR. In: JUBILUT, L. L. et al. (Orgs). Direitos Humanos e Vulnerabilidade e Cidadania. Boa Vista: Editora da UFRR, 2023.

TAYSA SCHIOCCHET

As produções bibliográficas e técnicas elencadas se associam aos seguintes projetos: - Litigância e advocacy como estratégia de pesquisa e popularização dos direitos sexuais e reprodutivos; - do Impacto da pandemia do Covid-19 no acesso ao aborto legal por meninas e mulheres usuárias SUS: avaliação diagnóstica e estratégias de atuação na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos; - a - Aborto legal, advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal; Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso saúde a partir de demandas por direitos; Evolución de la gestación por sustitución en el marco internacional: cuestiones esenciales para su configuración legal; - Novos direitos e gestão biopolítica dos corpos nas sociedades tecnocientíficas contemporâneas; Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná. SCHIOCCHET, T. ; ARAGAO, S. M. . Panorama jurisprudencial da violência obstétrica e análise discursiva das decisões judiciais do sul do Brasil. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) s, v. 19, p. 1, 2023. SCHIOCCHET, T. ; PARIS, M. S. ; TIDRE, J. F. . Litigância estratégica das Clínicas de Direitos Humanos no Supremo Tribunal Federal: análise a partir da ADPF 442. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENEUTICA E TEORIA DO DIREITO ser, v. 15, p. 1, 2023. SCHIOCCHET, TAYSA; MATTOS DE ARAGAO, SUELLYN ; HAKENHAAR, PAOLA ; SIMOES DA SILVA, EXTEMPORANEO E O INCONSTITUCIONAL DA EXIGENCIA DE CONSENTIMENTO DO CONJUGE PARA FUNDAMENTAIS & JUSTICA, v. 17, p. 1, 2023. DE BIASIO KLEPA, VICTORIA ESTERILIZAGAO ; MEIRA LIMA CIRURGICA. PAIVA, DIREITOS BELLENZANI, RENATA; SCHIOCCHET, TAYSA ; BARROS DE OLIVEIRA, MARIA HELENA . SAUDE MENTAL E LIVIA ABORTO ; DECORRENTE DE VIOLENCIA SEXUAL: UMA REVISAO INTEGRATIVA DE LITERATURA. DIVERS@! (MATINHOS), v. 16, p. 294, 2023. v. 22, p. 350-372, 2023. SCHIOCCHET, T. ; CASTILHO, N. M. ; ARAGAO, S. M. ; ORTIZ, E. M. . Objeção de consciência em situações de aborto legal no Brasil: como compatibilizar esses direitos?. Cadernos De Dereito Actual 1er, SCHIOCCHET, TAYSA; Pedrosa Massaro, Ana Carolina . Panorama regulatório de la gestación por sustitución en Brasil: derecho al anonimato versus conocimiento de sus orígenes. In: Maria José Cabezedo Bajo. (Org.). Distintos enfoques de la gestación por sustitución como técnica de reproducción humana asistida. 1ed. Madrid: Dykinson, 2023, v. 1, p. 289-293. CAMPOS, G. C. ; AMORIM, F. P. ; SCHIOCCHET, T. ; SEVERI, F. C. . Análise do direito ao aborto nos tribunais superiores brasileiros: efeitos em torno da criminalização moral. In: VII ENADIR | Encontro

Nacional de Antropologia do Direito, 2023, Online - Agosto/Setembro 2023. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCHET, T.; SILVEIRA, J.; TELES, A.; SCHALLENMULLER, C. . Lei da Anistia Brasileira e a decisão do STF na ADPF 153. In Evento Online FDRP | Faculdade de Direito de Ribeirão Preto USP | Universidade de São Paulo, 2023, Online - 2023. Anais Evento, 2023. ; VICELLI, R. M. M. ; SALINO, R. E. ; ROSA, J. C. ; ARANTES, M. ; PRADO, S. M. ; SCHIOCCHET, T. EVANS, D. P. ; SIGNORELLI, M. C. . Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante. In: IV Congresso Saúde Coletiva UFPR | Universidade Federal do Paraná, 2023, Paraná. Anais Evento, 2023. BARBOSA, A. S. ; KLEPA, V. B. ; SCHIOCCHET, T. ; CAMPOS, G. C. . A constituição de barreiras documentais ao aborto legal no Brasil pela produção normativa do Executivo federal: resultados de pesquisa documental nas esferas da União e Conselhos Profissionais. In: VII ENADIR | Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2023, Online - Agosto/Setembro 2023. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCHET, T.; JACQUES, G. C. . Armazenamento de Perfis Genéticos de Apenados sob o Olhar da Bioética: A Instrumentalização do DNA como Meio de Prova e o RE 973.837. In: Simpósio em Homenagem ao Prof. Danilo Doneda | UFPR, 2023, Curitiba - PR. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCHET, T.; SILVEIRA, J.; TELES, A.; SCHALLENMULLER, C. . Lei da Anistia Brasileira e a decisão do STF na ADPF 153. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). ; VICELLI, R. M. M. ; SALINO, R. E. ; ROSA, J. C. ; ARANTES, M. ; PRADO, S. M. ; SCHIOCCHET, T. EVANS, D. P. ; SIGNORELLI, M. C. . Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). SCHIOCCHET, TAYSA; MATTOS DE ARAGAO, SUELLYN ; HAKENHAAR, PAOLA ; SIMOES DA SILVA, EXTEMPORANEO E O INCONSTITUCIONAL DA EXIGENCIA DE CONSENTIMENTO DO CONJUGE PARA FUNDAMENTAIS & JUSTICA, v. 17, p. 1, 2023. DE BIASIO KLEPA, VICTORIA ESTERILIZAGAO ; MEIRA LIMA CIRURGICA. PAIVA, DIREITOS BELLENZANI, RENATA; SCHIOCCHET, TAYSA ; BARROS DE OLIVEIRA, MARIA HELENA . SAUDE MENTAL E LIVIA ABORTO ; DECORRENTE DE VIOLENCIA SEXUAL: UMA REVISAO INTEGRATIVA DE LITERATURA. DIVERS@! (MATINHOS), v. 16, p. 294, 2023. v. 22, p. 350-372, 2023. SCHIOCCHET, T.; CASTILHO, N. M. ; ARAGAO, S. M. ; ORTIZ, E. M. . Objeção de consciência em situações de aborto legal no Brasil: como compatibilizar esses direitos?. Cadernos De Dereito Actual 1er, SCHIOCCHET, TAYSA; Pedrosa Massaro, Ana Carolina . Panorama regulatório de la gestación por sustitución en Brasil: derecho al anonimato versus conocimiento de sus orígenes. In: Maria José Cabezedo Bajo. (Org.). Distintos enfoques de la gestación por sustitución como técnica de reproducción humana asistida. 1ed.Madrid: Dykinson, 2023, v. 1, p. 289-293. CAMPOS, G. C. ; AMORIM, F. P. ; SCHIOCCHET, T. ; SEVERI, F. C. . Análise do direito ao aborto nos tribunais superiores brasileiros: efeitos em torno da criminalização moral. In: VII ENADIR | Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2023, Online - Agosto/Setembro 2023. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCHET, T.; SILVEIRA, J.; TELES, A.; SCHALLENMULLER, C. . Lei da Anistia Brasileira e a decisão do STF na ADPF 153. In Evento Online FDRP | Faculdade de Direito de Ribeirão Preto USP | Universidade de São Paulo, 2023, Online - 2023. Anais Evento, 2023. ; VICELLI, R. M. M. ; SALINO, R. E. ; ROSA, J. C. ; ARANTES, M. ; PRADO, S. M. ; SCHIOCCHET, T. EVANS, D. P. ; SIGNORELLI, M. C. . Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante. In: IV Congresso Saúde Coletiva UFPR | Universidade Federal do Paraná, 2023, Paraná. Anais Evento, 2023. BARBOSA, A. S. ; KLEPA, V. B. ; SCHIOCCHET, T. ; CAMPOS, G. C. . A constituição de barreiras documentais ao aborto legal no Brasil pela produção normativa do Executivo federal: resultados de pesquisa documental nas esferas da União e Conselhos Profissionais. In: VII ENADIR | Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2023, Online - Agosto/Setembro 2023. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCHET, T.; JACQUES, G. C. . Armazenamento de Perfis Genéticos de Apenados sob o Olhar da Bioética: A Instrumentalização do DNA como Meio de Prova e o RE 973.837. In: Simpósio em Homenagem ao Prof. Danilo Doneda | UFPR, 2023, Curitiba - PR. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCHET, T.; SILVEIRA, J. ; TELES, A. ; SCHALLENMULLER, C. . Lei da Anistia Brasileira e a decisão do STF na ADPF 153. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). ; VICELLI, R. M. M. ; SALINO, R. E. ; ROSA, J. C. ; ARANTES, M. ; PRADO, S. M. ; SCHIOCCHET, T. EVANS, D. P. ; SIGNORELLI, M. C. . Adaptação de um aplicativo de

planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). SCHIOCCCHET, TAYSA; MATTOS DE ARAGAO, SUELLYN; HAKENHAAR, PAOLA; SIMOES DA SILVA, EXTEMPORANEO E O INCONSTITUCIONAL DA EXIGENCIA DE CONSENTIMENTO DO CONJUGE PARA FUNDAMENTAIS & JUSTICA, v. 17, p. 1, 2023. DE BIASIO KLEPA, VICTORIA ESTERILIZAGAO; MEIRA LIMA CIRURGICA. PAIVA, DIREITOS BELLENZANI, RENATA; SCHIOCCCHET, TAYSA; BARROS DE OLIVEIRA, MARIA HELENA. SAUDE MENTAL E LIVIA ABORTO; DECORRENTE DE VIOLENCIA SEXUAL: UMA REVISAO INTEGRATIVA DE LITERATURA. DIVERS@! (MATINHOS), v. 16, p. 294, 2023. v. 22, p. 350-372, 2023. SCHIOCCCHET, T.; CASTILHO, N. M.; ARAGAO, S. M.; ORTIZ, E. M. . Objeção de consciência em situagdes de aborto legal no Brasil: como compatibilizar esses direitos?. Cadernos De Dereito Actual 1er, SCHIOCCCHET, TAYSA; Pedrosa Massaro, Ana Carolina. Panorama regulatorio de la gestación por sustitucion en Brasil: derecho al anonimato versus conocimiento de sus origenes. In: Maria José Cabezero Bajo. (Org.). Distintos enfoques de la gestacion por sustitucion como técnica de reproducción humana asistida. 1ed. Madrid: Dykinson, 2023, v. 1, p. 289-293. CAMPOS, G. C.; AMORIM, F. P.; SCHIOCCCHET, T.; SEVERI, F. C. . Andlise do direito ao aborto nos tribunais superiores brasileiros: efeitos em torno da criminalizagdo moral. In: VII ENADIR | Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2023, Online - Agosto/Setembro 2023. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCCHET, T.; SILVEIRA, J.; TELES, A.; SCHALLENMULLER, C. . Lei da Anistia Brasileira e a decisdo do STF na ADPF 153. In Evento Onlne FDRP | Faculdade de Direito de Ribeirão Preto USP | Universidade de São Paulo, 2023, Online - 2023. Anais Evento, 2023. ; VICELLI, R. M. M.; SALINO, R. E.; ROSA, J. C.; ARANTES, M.; PRADO, S. M.; SCHIOCCCHET, T. EVANS, D. P.; SIGNORELLI, M. C. . Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante. In: IV Congresso Saúde Coletiva UFPR | Universidade Federal do Paraná, 2023, Paraná. Anais Evento, 2023. BARBOSA, A. S.; KLEPA, V. B.; SCHIOCCCHET, T.; CAMPOS, G. C. . A constituição de barreiras documentais ao aborto legal no Brasil pela produção normativa do Executivo federal: resultados de pesquisa documental nas esferas da União e Conselhos Profissionais. In: VII ENADIR | Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2023, Online - Agosto/Setembro 2023. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCCHET, T.; JACQUES, G. C. . Armazenamento de Perfis Genéticos de Apenados sob o Olhar da Bioética: A Instrumentalização do DNA como Meio de Prova e o RE 973.837. In: Simpósio em Homenagem ao Prof. Danilo Doneda | UFPR, 2023, Curitiba - PR. Anais de Evento, 2023. SCHIOCCCHET, T.; SILVEIRA, J.; TELES, A.; SCHALLENMULLER, C. . Lei da Anistia Brasileira e a decisão do STF na ADPF 153. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). ; VICELLI, R. M. M.; SALINO, R. E.; ROSA, J. C.; ARANTES, M.; PRADO, S. M.; SCHIOCCCHET, T. EVANS, D. P.; SIGNORELLI, M. C. . Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). CAMPOS, G. C.; AMORIM, F. P.; SCHIOCCCHET, T.; SEVERI, F. C. . Analise do direito ao aborto nos tribunais superiores brasileiros: efeitos em torno da criminalizagdo moral. 2023. (Apresentagéo de Trabalho/Comunicag&o). BARBOSA, A. S.; KLEPA, V. B.; SCHIOCCCHET, T.; CAMPOS, G. C. . A constituição de barreiras documentais ao aborto legal no Brasil pela produgéo normativa do Executivo federal: resultados de pesquisa documental nas esferas da Unido e Conselhos Profissionais. 2023. (Apresentagéo de Trabalho/Comunicagéo). SCHIOCCCHET, T.; JACQUES, G. C. . Armazenamento de Perfis Genéticos de Apenados sob o Olhar da Bioética: A Instrumentalizagdo do DNA como Meio de Prova e o RE 973.837. 2023. (Apresentagéo de Trabalho/Comunicag&o). SCHIOCCCHET, T.. Elaboração do Relatório Edital nº 004/2022 - SETI - Categoria Pesquisador- Extensionista: Clínica de Direitos CDH | UFPR. 2023. SCHIOCCCHET, T.; NUNES, E. L. M.; SUTILLI, P. O. S.; PEREIRA, K. A. A.; CORREIA, L. A.; FORMAGGINE, L. P.; ANDRADE, A. L. P.; BORGES, N. V NOVAK, E.; BALTAR M.; PRIM, L.V.; FERREIRA, V. | A. . Receptora da Visita Técnica com a Juíza Federal - Coordenadora do LINC, Giovanna Mayer, no Laboratório de Inovação da Justica Federal do PR, junto com o Laboratório de Inovação do TJ PR. 2023. SCHIOCCCHET, T.. Entrevista para a Radio Eldorado FM107,3, com o tema: Aborto: Supremo pode decidir ou o tema é exclusivo do Congresso? Ouça análise de especialista. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). SCHIOCCCHET, T.. Entrevista para Estadão

Noticias, com o tema: Aborto, drogas, marco temporal? STF tem atropelado o Congresso?. 2023. (Programa de radio ou TV/Entrevista). SCHIOCCCHET, T.. Aula ministrada sobre: Clinicas juridicas, role-play e simulagdes, promovido pelo IDP | Graduagéo - Referência no Ensino Superior. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Outra). SCHIOCCCHET, T.. Docente da Disciplina de Introdução á Bioética e ao Biodireito, no Curso Pós- Graduação em Direito Médico e da Saude, promovido pela Universidade Federal do Parana | UFPR. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especializagdo). SCHIOCCCHET, T.. Coordenadora do Curso de Extensdo Legal LAB UX Design e Design da Informação, promovido pelo Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Parana. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Extens&o). SCHIOCCCHET, T.. Coordenadora da Oficina de Extensão: Teoria Fundada em Dados, promovido pelo Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Parana | UFPR. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Extens&o). SCHIOCCCHET, T.. Coordenadora da Oficina de Extens&o: Oficina de Peticionamento, promovido pelo Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Parana. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Extens&o).

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

Toda a produção bibliográfica liga-se ao projeto de pesquisa.

Formação Discentes: Indique as orientações em andamento e finalizadas em 2023 associadas a cada projeto em que participa..

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Orientação e supervisões em andamento Dissertações de mestrado: orientador principal 1. Mateus Simioni de Bittencourt. O Duplo Grau de Jurisdição e o Direito ao Recurso. 2024. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná 2. Vinicius Andre Zimmermann. Onus do Tempo Recursal e a Tutela Provisória Urgente. 2024. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná 3. Rodrigo Brasileiro. Técnicas de decisão e de interpretação constitucional. 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná 4. Eduardo Fantin Prezepiorski. Teorias analíticas da interpretação judicial. 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná Henrique Kurscheidt. Consequencialismo das decisões judiciais e AED. 2022. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Teses de doutorado: co-orientador 1. Samuel Sales Fonteles. Originalismo. 2022. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná Orientações finalizadas: Dissertações de mestrado: orientador principal 1. Carolina Amadori Cavet. Prova Digital. 2022-2024. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Gustavo de Melo Vicelli. Convencções Processuais em Matéria Probatória. 2021-2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná Guilherme Albergue Reis. ANÁLISE CRÍTICO-COMPARATIVA DA QUALIDADE EPISTEMICA DA PROVA TESTEMUNHAL E PERICIAL NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO. 2021-2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná Lucas Cavalcanti da Silva. O PODER JUDICIAL DE ADAPTAÇÃO DO PROCEDIMENTO: A FEIÇÃO FLEXÍVEL DO PROCESSO CIVIL RELEVADA NA ATIVIDADE DO JUIZ. 2019-2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná Teses de doutorado: orientador principal Luiz Henrique Krassuski Fortes. Análise crítico-epistemológica do juízo de admissibilidade nas Cortes Supremas. 2019-2023. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná René Francisco Hellmann. Inteligência Artificial e Processo Civil. 2019-2023. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná Teses de doutorado: co-orientador 1. Bruna de Oliveira Cordeiro Hanthorne. Provas Atípicas nos Juizados Especiais Cíveis. 2019-2023. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná

MARCOS WACHOWICZ

Orientações de mestrado finalizadas 1 Orientações de doutorado finalizada 1 Orientações de mestrado em andamento 2 Orientações de doutorado em andamento 2

Novos Paradigmas do Direito

CÉSAR ANTONIO SERBENA

1. RAUL NICOLAS DOMBEK COELHO. Aspectos da filosofia de Rorty na Filosofia do Direito. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 2. Caroline Salah Salmen. Modelos éticos em sistemas de inteligência artificial. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). TESES DE DOUTORADO EM ANDAMENTO 1. LUCAS GABRIEL TROYAN RODRIGUES. Impactos jurídicos da Inteligência Artificial. Início: 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 2. Juliana Vieira Pelegrini. Gentrificação e cidades brasileiras. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 3. Cesar Felipe Bolzani. VALIDADE JURÍDICA E DEVER SER NO DIREITO: INVESTIGAÇÕES SOBRE A REGRA DE RECONHECIMENTO DE H. L. A. HART E A RELAÇÃO ENTRE LEIS E NORMAS JURÍDICAS. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 4. matheus falk. Direito e novas tecnologias. Início: 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS Rafael Hekave. Os fundamentos filosóficos da interpretação jurídica. Início: 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). TESES DE DOUTORADO CONCLUÍDAS Saline macohin. Inteligência Artificial e Visualização de Dados para

o Direito. Início: 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).Supervisão de pós-doutorado EM 2023:1.Priscila da Silva Barboza. Início: 2019. Universidade Federal do Paraná, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

FinalizadasANA PAULA DOS SANTOS BITTENCOURT OKAMOTO (01715209982) MestradoDireitos Humanos e Justica - Saúde, igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades -Agenda 2030 no STFBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeFERNANDO CESAR MENDES BARBOSA - DoutoradoBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeDANILO ARNAUT SARAIVA — Pós-DoutoradoBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeAndamentoANA PAULA DOS SANTOS BITTENCOURT OKAMOTO (01715209982) DoutoradoDireitos Humanos e Justica - Saúde, igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades -Agenda 2030 no STFBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeDAISY CAROLINA TAVARES RIBEIRO (06871821902) MestradoBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeDANIEL FELICE (01286367930) MestradoBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeHIVALDO FAZILA DA SILVA SITOE (AB1247239) MestradoBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeMARIA FERNANDA BATTAGLIN LOUREIRO (06251566922) DoutoradoBiotec - Direito, biotecnologia e sociedadeTHAIS HELENA ALVES ROSSA (03067972910) Doutorado

MARCELO MIGUEL CONRADO

Mestrado: Cinema e contratos: vinculação das diretrizes artísticas e criativas da obra e efeitos damodificação do projeto audiovisual nas relações obrigacionais personalíssimas.Iniciação Científica:.ANA ALICE DE SOUZA. Os novos Capitães da Areia: uma análise sobre a efetividade da internação de jovens em conflito com a lei no Brasil.. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) -Universidade Federal do Paraná.ANDRESSA CRISTIANE VIEIRA SANT ANA HELLMANN. Realidade X Ficção: Quando a ficção setorna realidade no universo jurídico brasileiro.. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando emDireito) - Universidade Federal do Paraná.GUILHERME WERNER JUNKES. Desafios impostos à tutela jurídica dos direitos autorais decriações artísticas frente o desenvolvimento de tecnologias de Inteligência Artificial. Início: 2023.Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.MARIANA CALLIARI SVOLENSKI. DIREITOS AUTORAIS DE OBRAS DE ARTE PRODUZIDASPOR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) -Universidade Federal do Paraná.SOFIA RADUNZ KARLOH. Uma análise da Lei de Direitos Autorais brasileiras e o tratamentoofornecido as obras criadas por Inteligência Artificial. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando emDireito) - Universidade Federal do Paraná.CAROLINA TEDESCO FIORANI. Grafite e Arte Urbana: "A arte existe porque a vida não basta"Freire Gullar. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito daUFPRKAROL COUTO MARQUES. A literatura como um instrumento de promoção dos direitos dasmulheres pretas no Brasil.. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) - UniversidadeFederal do Paraná.

MARILIA PEDROSO XAVIER

Todas as pesquisas estão absolutamente vinculadas a área de pesquisa da orientadora, tendo em vista que versam sobre novos paradigmas do direito das família.MARIELE ZANCO LAISMANNMestrado Orientador 05/03/2021 15/02/2023Nome Nível Tipo Início daOrientaçãoData deMatriculaISABELLE CRISTINE DEMETRIO ESILVA Mestrado Orientador 02/03/2023 02/03/2023JULIA FERRAZZA Mestrado Orientador 02/03/2023 02/03/2023JULIANA LETICIA SUTTILI CARNIEL Mestrado Orientador 08/03/2022 08/03/2022Destaca-se a co-orientação de dissertação de mestrado em colaboração com o PPGD da FMP(Rio Grande do Sul):Julia Farias Mertins – Tema: “UNIÕES POLIAFETIVAS CONVIVENCIAIS: RECONHECIMENTODE DIREITOS, REFLEXOS JURÍDICOS E POSSIBILIDADE DE SUA CONTRATUALIZAÇÃO”

RODRIGO XAVIER LEONARDO

MESTRADO: Victor Augusto Machado Santos. Frustragdo do fim do contrato: recepçãoeconsequências no ordenamento jurídico brasileiro.DOUTORADO: Gustavo De Revorédo Pugsley. REGISTRO DE IMOVEIS NO PLANO DA EFICACIA: OREGISTRO COMO ATO INTEGRATIVO.

VICENTE DE PAULA ATAIDE JUNIOR

FINALIZADAS1. Juliana Rocha da Luz. A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS NORMATIVOS DO MAPA SOBRE ANIMAIS DE PRODUÇÃO. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do ParanáEM ANDAMENTO Giselle Ferreira Sodré. O papel dos animais não-humanos na sociedade sob a ótica do direito brasileiro contemporâneo: natureza jurídica e o reconhecimento como sujeitos de direito personificados.. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná2. Claudyvan José dos Santos Nascimento Silva. IMPEACHMENT OU RECALL À BRASILEIRA? OS LIMITES DO ACOPLAMENTO ESTRUTURAL ENTRE O SUBSISTEMA JURÍDICO E O POLÍTICO NA APURAÇÃO DE “CRIME DE RESPONSABILIDADE” NO BRASIL. 2022. Dissertação (Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba3. Lucas Afonso Bompeixe Carstens. O animal não-humano como autor de ações

judiciais. 2022. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Yuri Fernandes Lima. O DIREITO À INFORMAÇÃO LEVADO A SÉRIO: A NECESSIDADE DE IMAGENS FIDELIZADAS NAS EMBALAGENS DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

Mateus Bender (doutorado) Eduardo Schamne (doutorado)

CLARA MARIA ROMAN BORGES

Análises feministas descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal nos casos de violência de gênero. Em andamento: Fabio Augusto de Souza. A travesti sujeita de direitos. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Fernanda Pacheco Amorim. A devida diligência tecnológica como fator decisivo para cumprimento da agenda 2030: considerações a partir do ciberfeminismo. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Concluídas: Paola Bueno Drabecki. Julgamento com perspectiva de gênero: análise de casos de assédio em ambiente de trabalho à luz do feminismo decolonial. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Gabrielly Raphaela Moreira. Análise descolonial da legislação brasileira sobre os direitos das mulheres trans encarceradas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Mariana Santos de Castro. Assistência qualificada a vítima: por um maior protagonismo da mulher nos processos de violência doméstica. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Victoria Carolina da Costa Santos. Violência psicológica contra a mulher: a abertura do tipo penal e as consequências na sua aplicação. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Milene de Carvalho Gomes Demko. A Lei 14.532/2023 e a encruzilhada da cultura jurídica colonizada e do domínio neopentecostal. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Gabrielly Maciel de Oliveira. Análise sobre atuação do poder judiciário diante das decisões de desclassificação dos processos de feminicídio. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Bruna Elia Maestrelli Mendes. Análise da Lei Municipal nº 17.951 de São Paulo como instrumento de combate à revitimização de vítimas de estupro, sob o enfoque da criminologia feminista interseccional. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Maria Clara Antunes Moraes. A incompatibilidade entre os direitos humanos e as propostas de adoção de standards probatórios: uma análise feminista sobre a inviabilidade de adoção de critérios objetivos e universais para a valorização da prova no processo penal brasileiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Gabriela Beatriz Aparecida Ferreira. Análise, à luz da interseccionalidade, de artigos jurídicos da revista da faculdade de direito da UFPR que tratam sobre questões de gênero. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Eduarda Batista Nogueira. Uma análise feminista descolonial sobre boas práticas para estabelecer a igualdade de gênero nas relações da comunidade acadêmica do Curso de Direito da UFPR. 2023. Iniciação Científica. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Gabrielly Raphaela Moreira. Análise descolonial da legislação brasileira sobre os direitos das mulheres trans encarceradas. 2023. Iniciação Científica. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Yanca Beatriz Silva Rosa. Uma análise descolonial do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ. 2023. Iniciação Científica. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Observatório do Pacote Anticrime. Em andamento: Deise dos Santos Nascimento. A eficácia dos bancos de perfis genéticos para fins criminais. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Concluídas: Arthur Matsuda Seidel. Inversão do ônus da prova no crime de receptação. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Gabriel Michelli de Souza. Captação ambiental: análise do Projeto de Lei nº 2.471/2022. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges. Caio Organ Carvalho. Considerações sobre a Cadeia de Custódia da Prova Digital no caso WIV Kyle Rittenhouse. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Clara Maria Roman Borges.

DANIEL WUNDER HACHEM

Finalizadas:Rafaella Nataly Facio. A transparência no tratamento de dados nas atividades estatais parafins de seguranga publica preventiva, defesa nacional e seguranga do Estado. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: DanielWunder Hachem.Projeto: Instrumentos administrativos de tutela igualitária dos direitos sociais com vistas aodesenvolvimento — Linha: Direito, Poder e ControleFelipe Klein Gussoli. Controle de convencionabilidade pela função administrativa do Estado.2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: DanielWunder Hachem.Projeto: Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos:uma análise empírica do Poder Judiciário brasileiro — Linha: Cidadania e inclusão socialEm andamento:Vinicius Silva Nascimento. A efetividade das políticas de ação afirmativa para ingresso nacarreira da magistratura no Brasil. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) -Universidade Federal do Paraná. (Orientador).Projeto: Instrumentos administrativos de tutela igualitária dos direitos sociais com vistas aodesenvolvimento — Linha: Direito, Poder e Controle

EMERSON GABARDO

Orientação em AndamentoProjetoLinhaÁreaGabriel Strapasson Lazzarotto. A responsabilização de ilícitos administrativos praticados por sistemas de inteligência artificial. Início: 2022. (Mestrado em Direito)ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito, poder e controleDireito do Estado Juliana Horn Machado Philippi. Administração Pública e o Metaverso: a prática de atividades administrativas no metaverso no Brasil. Início: 2023. (Doutorado em Direito)ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito, poder e controleDireito do Estado Dione Jesabel Wasilewski. Administração tributária na sociedade de vigilância. Início: 2022. (Doutorado em Direito) CAPES/PRINT- ESPAÇO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOSDireito, poder e controleDireito do Estado Lucas Bossoni Saikali. Regulação e desenvolvimento tecnológico: uma releitura do setor das telecomunicações diante da economia digital. Início: 2021. (Doutorado em Direito)ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito, poder e controleDireito do Estado Orientação ConcluídaProjetoLinhaÁreaPablo Ademir de Souza. Inovação tecnológica por empresas estatais e seus instrumentos de promoção. 2023. (Mestrado em Direito) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito, poder e controleDireito do Estado Renata Carvalho Kobus. Blockchain como mecanismo de adaptação eficiente da administração pública na sociedade tecnológica. 2023. (Doutorado em Direito) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A SUA REGULAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ESTADO SOCIAL DE DIREITODireito, poder e controleDireito do Estado

ENEIDA DESIREE SALGADO

Dissertação de mestrado em andamento em 20231.João Victor Archegas. Constitucionalismo Digital: Limites Constitucionais na Nova Fronteira do Poder. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).2.Juliano Gliniski Pietzack. "Eu sou porque nós somos": uma análise da representação política a partir das candidaturas coletivas nas eleições brasileiras de 2020 e 2022. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).Tese de doutorado em andamento em 2023.1.Suellen Patrícia Moura. A natureza jurídica do mandato representativo parlamentar. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).2.Sandra Regina Merlo. Violência política de gênero e representação feminina na Assembleia Legislativa do Paraná: Uma análise a partir das candidaturas de mulheres nas eleições proporcionais de 2022. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).3.Juliana Alice Fernandes Gonçalves. A questão da democracia no Brasil e os discursos e práticas presidenciais de Jair Messias Bolsonaro pela teoria crítica feminista. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).4.Ana Cristina Aguilar Viana. The Digital State in Brazil: adaptation or reconfiguration of Brazilian public law in data society?. Início: 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Orientação em co-tutela com a Université Paris I, Pantheon-Sorbonne.5.Eduardo Borges Espínola Araújo. Alegações de fraude eleitoral e transferência do poder político: respostas das instituições e propostas de reforma. Início: 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . (Orientador).Dissertação defendida em 2023Erick Kiyoshi Nakamura. Perda do mandato de parlamentares federais por quebra de decoro no período de 1988 a 2023: uma sistematização crítica da atuação do Supremo Tribunal Federal. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Eneida Desiree Salgado.Tese defendida em 2023Daniel Monteiro da Silva. Compliance partidário-eleitoral: proposta de um modelo para prevenir candidaturas fictícias de mulheres, desvios de recursos públicos e fraudes eleitorais. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Eneida Desiree Salgado.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

Orientações em andamento: Mariana Lira de Freitas. A mulher criminosa: uma análise do crime sob a perspectiva do gênero e sua inserção no direito penal do inimigo. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador). 1. Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Criminologia e Feminismo" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". Tatiana Moraes Cosate. A mulher negra encarcerada pelo tráfico de drogas no Estado do Paraná e a culpabilidade pela vulnerabilidade: uma possibilidade de alteridade ao racismo estrutural brasileiro. Início: 2022. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. (Orientador). Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Criminologia e Feminismo" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Ofendimentos das drogas como questão de política criminal". 2. Patrícia Silveira da Silva. Um estudo criminológico crítico da perspectiva institucional e das perspectivas dos e das adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação em Curitiba/PR. Início: 2022. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. (Orientador). Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Criminologia e Feminismo" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". 3. Vanessa Fogaça Prateano. Mortes de mulheres resultantes da criminalização do aborto autoprovocado como feminicídio de Estado. Início: 2022. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. (Orientador). Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Criminologia e Feminismo" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". 4. Washington Pereira da Silva dos Reis. Rebelides: alternativas para uma política criminal redutora dos conflitos carcerários. Início: 2021. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. (Orientador). Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Segurança Pública" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". Michelle Gironda Cabrera. Início: 2022. Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. Supervisão de pós-doutorado. 5. Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Criminologia latinoamericana" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". Conta com a coorientação do Professor Doutor Marco Aurélio Nunes da Silveira. Orientações concluídas em 2023: Patrícia Silveira da Silva. Como um acordo silencioso. Críticas criminológicas e as perspectivas das(os) adolescentes internadas(os) no Centro de Socioeducação Joana Miguel Richa, Curitiba/PR. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. . Orientador: Katie Silene Cáceres Arguello. Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Criminologia e Feminismo" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". Leonardo Marcondes Machado. Letalidade policial no sistema (processual) penal brasileiro: Do silêncio dogmático tradicional ao controle político-criminal popular. 2024. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. . Orientador: Katie Silene Cáceres Arguello. Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Segurança pública" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal". 2. Fabio Wellington Ataíde Alves. Posso, sem armas, revoltar-me? Estratégias de transformação não violenta de conflitos de corpos coletivamente vitimizados. 2023. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. . Orientador: Katie Silene Cáceres Arguello. Este projeto se relaciona com a linha de pesquisa de "Segurança pública" do NCPC/PPGD/UFPR e também com meu projeto de pesquisa em "Criminologia e Política Criminal".

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Orientações de mestrado em andamento: Maria Aparecida Alves Rodrigues - Mulheres e justiça na Curitiba colonial (séc XVIII) - Projeto: Cultura jurídica na América Portuguesa: circularidade entre rústicos e letrados. Rita Cristina de Oliveira - Racismo estrutural e justiça de transição. Projeto: Memórias, Resistência e Ditadura. Orientações de doutorado em andamento: Gustavo Guth. Administração da justiça na vila de Curitiba no século XVIII. Projeto: Cultura jurídica na América Portuguesa: circularidade entre rústicos e letrados. João Felipe Ferreira de Souza Nogueira - Arte e Ditadura. Projeto: Memórias, Resistência e Ditadura.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social Orientações finalizadas: - Jéssica Oníria Ferreira de Freitas (PPGD-UFPR)- Eduardo Augusto da Silva Dias (PPGD-UFAM)- Felipe Peniche Ribeiro (UFPR) Núcleo de Direito e Saberes Psicológicos em andamento- Adrian Cosmo Nogueira (UFPR)- Caué Bueno Marques (UFPR)- Eduarda Villwock (UFPR)- Erick Caetano (UFPR)- Heloisa Marthaus (UFPR)- Jeniffer Santana (PPGD-UFGR)- Luana Antunes (UFPR)- Luciana Reisdorfer (TJPR)- Luiz Felipe Magnagnago (UFPR)

PAULO CESAR BUSATO

1) Projeto Responsabilidade penal de pessoas jurídicas. 1.1) Dissertações de mestrado: orientador principal) Roberta Martinic Cauduro. Críticas à criminalização dos delitos de posse de drogas a partir da ação significativa: entre a dogmática jurídico-penal e a política criminal. 2022. Dissertação (Direito) - Centro de Estudos Jurídicos da da Pós-Graduação da UFPRb) Leandro Oss-Emer. O dolo e sua prova na responsabilização penal de pessoas jurídicas. 2022. Dissertação (Direito) - Centro de Estudos Jurídicos da da Pós-Graduação da UFPR1.2.) Teses de doutorado: orientador principal) Mariana Cesto. A aplicabilidade das categorias do erro na responsabilidade penal da pessoa jurídica. 2022. Tese (Direito) - Centro de Estudos Jurídicos da da Pós-Graduação da UFPRb) Eduardo Emanuel Dall'Agnol de Souza. O direito à individualização da responsabilidade penal: revisão dos fundamentos da comunicabilidade das características pessoais elementares no Direito Penal brasileiro. 2022. Tese (Direito) - Centro de Estudos Jurídicos da da Pós-Graduação da UFPRc) Samuel Ebel Braga Ramos. Regras Especiais de Imputação para a Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. 2021. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Teses de doutorado: co-orientador) Mariana de Aguiar Buerger. Sucesión en la Responsabilidad penal de personas jurídicas. 2023. Tese (Doctorado en Derecho penal) - Universitat de València) Alexey Choi Caruncho. Dinero y sanción: bases para una propuesta de uso político criminal de la sanción pecuniaria. 2012. Tese (Doctorado en Criminología y Derecho penal) - Universidad Pablo de Olavide) Jaqueline Aparecida Fernandes Sousa. A utilização dos criptoativos para lavagem de dinheiro: aplicação do criminal compliance como mecanismo de prevenção à criminalidade econômica. 2023. Tese (Direito) - Centro de Estudos Jurídicos da da Pós-Graduação da UFPR. Palavras-chave: Criptomonedas. Criminal compliance. Lavagem de dinheiro. 2) Projeto Sistema criminal significativo - a teoria do delito a partir da filosofia da linguagem 2.1.) Guilherme Henrique Gonçalves. A pretensão de relevância do tipo de associação criminosa: Uma crítica aos fundamentos do injusto penal dos delitos de organização. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Palavras-chave: Pretensão de relevância, Tipo de ação, Associação criminosa, Teoria da ação significativa. 2.2.) Bruno Cortez Torres Castelo Branco. Dolo e direito penal. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Palavras-chave: dolo, Teoria da ação significativa. 2.3.) Paulo Henrique Helene. Pretensão de reprovação e responsabilidade penal de pessoas jurídicas. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Palavras-chave: Pretensão de reprovação – Culpabilidade – pessoas jurídicas. 2.4) Giulia Helena Cavassim Medeiros. Crítica aos fundamentos da causalidade na omissão a partir da filosofia da linguagem. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Palavras-chave: Omissão – causalidade e imputação – Filosofia da linguagem. 2.4.) Maria Eduarda Pereira Rattmann. Sanção penal como processo comunicativo: investigação do método de individualização da pena à luz das percepções sociais de justiça. 2023. Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Palavras-chave: Sanções Penais, Individualização da pena, Filosofia da Linguagem.

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

Orientações finalizadas e vinculadas ao Projeto Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS1- CAMILA DE AZEVEDO ANTUNES (mestrado) 2- LINDO CASTRO NOGUEIRA DE MORAIS (doutorado) 3- VALERIA MARIA LACERDA ROCHA (doutorado) Orientações em andamento e vinculadas ao Projeto Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS Doutorado: 1- JOELSON JUNIOR BOLLOTTI 2- PEDRO HENRIQUE BRAZ DE VITA 3- ROBERTO RAMOS BACELLAR 4- THIAGO WERNER RAMASCO

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1. Orientações em Andamento em 2023: 1.1 Mateus Dias Ribeiro. Planejamento Tributário e Reforma Tributária. Início: 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE. 1.2 Kelly Cristine Dominicki. Energia Solar e Seletividade: Parâmetros do Tema 745 do STF para Diminuição da Alíquota do IPL. Início: 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projetos Associados: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE e Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. 1.3 César Augusto Müller. Tipos, Conceitos e a Discriminação Constitucional de Competências Tributárias. Início: 2020. Dissertação (Mestrado em Direito em Direito do Estado - Direito Tributário) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE. 1.4 Vitor Henrique Malikoski Costa. A Regra-Matriz de Incidência Tributária do ISQN e a (Não) Incidência sobre Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE. 1.5 Bruno Wagner Teixeira. As Limitações

Constitucionais ao Poder de Tributar: As Possibilidades de Exercício da Competência Tributária no Contexto da Pandemia do SARS-COV-2. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projetos Associados: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE e Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. 1.6 Thais Savedra de Andrade. Análise Estrutural da Ciência do Direito Tributário a partir da Desconstrução Crítica do Mito do Princípio da Igualdade. Início: 2019. Tese (Doutorado em Direito do Estado - Direito Tributário) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE. 1.7 Valterlei Aparecido da Costa. Uma Teoria das Espécies Tributárias - Do Financeiro ao Tributário para Novamente ao Financeiro: "Circulus Vitosus Deus" ou "Eterno Retorno". Início: 2020. Tese (Doutorado em Direito do Estado - Direito Tributário) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial - NPDE. 1.8 Guítherme Broto Follador. O Critério Quantitativo das Taxas e a Exigência de Razoável Equivalência do seu Valor ao Custo da Atividade Estatal Descrita na Hipótese de Incidência. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito do Estado - Direito Tributário) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Projetos Associados: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE e Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. 2. Orientações Finalizadas em 2023: 2.1 Paulo Henrique Feltrin Tucunduva. Lições Doutrinárias acerca da Responsabilidade de Terceiros e a Solução do STJ quanto ao Sócio contra o qual Redirecionar a Execução Fiscal. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: José Roberto Vieira. Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE. 2.2 Lucas de Araújo Vieira. A Desuniformidade da Aplicação de Alíquotas de ICMS sob a Perspectiva do Princípio da Seletividade e da "Guerra Fiscal": Comparação entre Produtos Alimentícios dos Estados do PR e de MG. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: José Roberto Vieira. Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE. 2.3 Hudson Coutinho Hilário. A Regra-Matriz do ICMS: Um Estudo sobre Operações Interestaduais cujo Adquirente seja Consumidor Final Não Contribuinte. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: José Roberto Vieira. Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE. 2.4 Ivan Santos Ruppel Netto. Contribuição de Melhoria: A Norma de Incidência do Tertium Genus' Tributário Brasileiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: José Roberto Vieira. Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE. 2.5 Ana Luiza Busnelio de Souza. 'Fonte' para Fins de Incidência do IR: Elemento Dificultador no Estabelecimento do Regime de Reciprocidade de Tratamento entre Brasil e EUA. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: José Roberto Vieira. Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE. 2.6 Pedro Ingrisani Branco. Conflito entre ICMS e ISS em Ambiente Virtual: Um Estudo Pautado na Conceituação Constitucional. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: José Roberto Vieira. Projeto Associado: Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDE.

KATYA KOZICKI

Em andamento: Reinaldo Pereira da Silva. Início: 2023. Mestrado. Título: Perspectivas para um campo de estudo: direito e cinema - interdisciplinaridade na construção da erudição jurídica. Bolsa: CAPES. Projeto: Nicolly Jacob. Início: 2022. Mestrado. Título: Erosão Democrática e Autoritarismo. Bolsa: CAPES. Projeto: Constitucionalismo, Democracia e Populismo: nas fronteiras entre o direito e a política. Benício Fagner dos Santos. Início: 2023. Doutorado. Título: Populismo, COVID-19 e os impactos nos direitos humanos: análise dos julgados do Supremo Tribunal Federal e a erosão da democracia brasileira. Bolsa: CAPES. Projeto: Populismo, erosão democrática e crise constitucional. Leandro Garcia Algarte Assunção. Início: 2023. Doutorado. Autoridade do direito, obrigação de obedecer e normatividade: reflexões para uma descrição conceitual do direito sob as lentes do positivismo jurídico inclusivo. Projeto: Populismo, erosão democrática e crise constitucional. Ronaldo Silva. Início: 2021. Doutorado. Título: Resistência vis-à-vis reexistência na emancipação social desde o sul-global: estudo de caso da Central Única das Favelas (CUFA). Bolsa: CAPES. Projeto: Constitucionalismo, Democracia e Populismo: nas fronteiras entre o direito e a política. Emmanuella Denora. Início: 2020. Doutorado. Título: Pós-democracia à brasileira: biopolítica e ultraneoliberalismo. Bolsa: CAPES. Projeto: Constitucionalismo, Democracia e Populismo: nas fronteiras entre o direito e a política. Bruno Meneses Lorenzetto. Início: 2023. Pós-doutorado. Título: Modelagem Institucional X Destruição: Tensões Institucionais na Era do Governo dos Piores e a Construção da Memória Constitucional. Projeto: Constitucionalismo, Democracia e Populismo: nas fronteiras entre o direito e a política. Concluídas Ramon Prestes Bentivenha. 2023. Mestrado. Título: O que o STF deixa de julgar? Indígenas e territórios esquecidos na gaveta, uma análise quantitativa e qualitativa do acervo entre 2021 e 2023. Projeto: Constitucionalismo, Democracia e Populismo: nas fronteiras entre o direito e a política

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Orientações e supervisões em andamento Dissertação de mestrado 1. CHRISTIAN DOUGLAS DA SILVA COSTA. Lawfare e América Latina: a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida. Início: 2023. Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Tese de doutorado 1. LUCAS GONCALVES DE OLIVEIRA FERREIRA. Direito internacional. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 2. LUCAS SILVA DE SOUZA. Guerras híbridas e guerra jurídica. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Trabalho de conclusão de curso de graduação 1. ANA JULIA FRANCO. A guerra jurídica e a Operação Lava Jato. Início: 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 2. SAMARA VISBISKI RIBEIRO. Subversão da justiça: o papel do lawfare na manutenção da subordinação do povo preto no Brasil durante o governo Bolsonaro. Início: 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Iniciação científica 1. GIOVANA MAGNAGUAGNO. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A compreensão da guerra jurídica e seus impactos. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 2. MIRIAN VANUZA CABRAL DE ARAÚJO. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida, e sua dimensão geopolítica. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 3. AUDREY REBECA HANNAE GONCALVES SUZUKI. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida de Andrew Korybko. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 4. MARIA CLARA NOGUEIRA SZILAGYI. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida. O caso do Equador. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 5. HENRIQUE DE SOUZA LOURENÇO. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A compreensão da guerra jurídica e seus impactos. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 6. GABRIEL ALEXANDRE CANOVA TANELLO. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 7. ANTONIA PINOTTI VON HARTENTHAL. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. O caso Lula. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 8. MARIA CAROLINA WERCKMEISTER THOMAZINI. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida, e seus impactos na soberania brasileira. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 9. LUANA CRISTINE VIEIRA. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica no Brasil e a Operação Lava Jato. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 10. EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida. O caso da Argentina. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). 11. VITOR MARQUES DOS SANTOS. A GUERRA JURÍDICA - LAWFARE NO CONTEXTO DAS GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM OLHAR A PARTIR DAS TWAIL. A guerra jurídica na teoria da guerra híbrida, e sua dimensão midiática. Início: 2023. Iniciação científica (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Orientações e supervisões concluídas Dissertação de mestrado 1. LINDA NINOSKA FLORES ZAVALA. JUSTICIA PENAL EN MATERIA DE CORRUPCION Y EL LAWFARE EN HONDURAS. 2023. Dissertação (Mestrado em Derechos humanos, Interculturalidad y Desarrollo) - Universidad Pablo de Olavide. Orientador: Larissa Liz Odreski Ramina. Trabalho de conclusão de curso de graduação 1. CAMILA BONADIMAN. LAWFARE NO BRASIL: IMPEACHMENT E VIOLENCIA DE GENERO. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Larissa Liz Odreski Ramina.

MIGUEL GUALANO DE GODOY

Giovana Ribas Zandoná (Mestrado – 2022-2024) - : O Supremo Tribunal Federal, suas disfuncionalidades e déficits: que caminho tomar Leonardo Soares Brito (Mestrado – 2023-2025) : O Supremo Tribunal Federal, suas disfuncionalidades e déficits: que caminho tomar Renata Naomi Tranjan (Mestrado 2023-2025) : O Supremo Tribunal

Federal, suas disfuncionalidades e déficits: que caminho tomar Ana Gabrieli Reis (Mestrado 2023-2025) :
Constitucionalismo e Democracia: filosofia e dogmática constitucional contemporâneas Luiza Brito Ling (Mestrado
2024-2026) : O Supremo Tribunal Federal, suas disfuncionalidades e déficits: que caminho tomar

VERA KARAM DE CHUEIRI

MESTRADO Em andamento: Marcia Tavares. Crianças e adolescentes migrantes: política de migração no estado do Paraná. Início: 2022. Dissertação (Mestrado profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO Gianluca Niccochelli. Estado pandêmico e estado democrático de direito: a discussão do federalismo em tempos da Covid-19 e a legitimação da jurisdição constitucional pelo patriotismo constitucional. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO Marwan Maltaca. política pública e renda mínima. Início: 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO Nicolay Schuster. Direitos de resistência: critérios para avaliar as possibilidades, os limites e a legitimidade das formas de desobediência na democracia. Poder Constituinte com(o) direito de resistência: democracia constitucional e(m) crise. PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO DOUTORADO em andamento: Julio Eduardo Damasceno Medina. Controle de emendas: Brasil, Argentina, Colômbia. Início: 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO Luis Eduardo Peccinin. Crise do constitucionalismo democrático. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO Gustavo Dalpuppo de Lara. Experimentalism, democracy, constitutionalism. Início: 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador). constituição radical, ideias e práticas para a jurisdição constitucional: constitucionalismo progressista, política radical e experimentalismo/ PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Roosevelt Arraes. A (re)legitimação democrática da mitigação de direito na pandemia. Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO CONCLUÍDA Dissertação de mestrado 1. Julio Eduardo Damasceno Medina. O controle judicial de reformas constitucionais: aspectos teóricos, empíricos e comparados. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Vera Karam de Chueiri. Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

● Virada de Copérnico Em andamento Doutorado DIEGO FERNANDES VIEIRA. Das práticas parentais e a urgência da construção de um relacionamento parental mínimo à promoção da dignidade humana. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Francielle Elisabet Nogueira Lima. Autonomia reprodutiva e parentalidades trans: entre negociações e potenciais subversões à regulação jurídica dos corpos. 2021. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Mestrado Angélica Pavelski Cordeiro Schaitza. O exercício da guarda compartilhada através do plano parental como meio de efetivação da igualdade de gênero. 2022. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná KARINE CORREA. O TRABALHO DE CUIDADO NÃO REMUNERADO E O CÁLCULO DOS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS À EX-CÔNJUGE A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Finalizada Doutorado IGOR DE LUCENA MASCARENHAS. A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO SAVIOR SIBLING SOB A PERSPECTIVA DO ORDENAMENTO BRASILEIRO: O USO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA CONCEPÇÃO DE FILHOS-CURA. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Palavras-chave: Savior sibling, reprodução humana assistida, Planejamento familiar, Diagnóstico genético pré-implantacional. Áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Direito Privado, Direito Civil ● Direitos Humanos e Vulnerabilidades Em andamento Doutorado Michel Canuto da Sena. Adoção de Pessoa Transgênero. 2022. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Honório Braga de Araújo. Organizações Internacionais de Direitos Humanos no combate à

Discriminação contra Pessoas LGBTI. 2022. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Francielle Elisabet Nogueira Lima. Autonomia reprodutiva e parentalidades trans: entre negociações e potenciais subversões à regulação jurídica dos corpos. 2021. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Mestrado ANARA REBECA CISCOTO YOSHIOKA. AS PESSOAS E OS DISCURSOS: ANÁLISE DA PREPARAÇÃO CIVIL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Angélica Pavelski Cordeiro Schaitza. O exercício da guarda compartilhada através do plano parental como meio de efetivação da igualdade de gênero. 2022. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná TATIANA FACCHINI DA SILVA. QUEM TEM DIREITO AO AFETO? UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO ABANDONO AFETIVO. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

IV.4. Indique as orientações em andamento e finalizadas em 2023 associadas a cada projeto em que participa. Eduardo Mori. DEMOCRACIA DIGITAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR “IDEIA LEGISLATIVA” NO PORTAL E-CIDADANIA DO SENADO FEDERAL. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Ilton Norberto Robl Filho.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

Mestrado em andamento: 1. Amanda Henrique Pires. Emergência climática e o direito. Início: 2023. Dissertação (Mestrado profissional em Programa de pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). 2. Gabriela Grupp. A garantia da vida pela América Latina no não-Direito: Descolonizando corpo e território enquanto ferramenta de enfrentamento ao feminicídio negro e indígena no Brasil. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). Defesa em julho de 2024. 3. Vinícius Ricardo Tomal. Os Tribunais Constitucionais e as Pautas Socioambientais no Estado Plurinacional Latino-americano (2005-2016): Pluralidade, Extrativismos e Justiça Ambiental. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). Defesa em março de 2024. Doutorado em andamento: 1. Marina Augusta Tauil Bernardo. Não planto transgênicos para não apagar minha história: análise entre o tratamento jurídico brasileiro das sementes crioulas, erosão biocultural e a (de)colonialidade do direito. Início: 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). 2. Maria Vitória Fontolan. Mecanismos de promoção de sistemas alimentares e a realização do direito humano à alimentação adequada. Início: 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). 3. Joaquim Basso. O direito agroalimentar como contributo para uma política emancipatória e pós-extrativista de segurança alimentar. Início: 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). 4. Isabella Madruga da Cunha. A Judicialização de conflitos e produção de (in)justiças: Uma análise feminista da justiça socioambiental. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). 5. Tchenha Fernandes Maso. A arquitetura da impunidade das empresas transnacionais de mineração no Brasil: expropriação, dependência e violação dos direitos humanos. Início: 2020. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). Defesa em fevereiro de 2024. 6. Cledina Maria Fernandes. Exploração petrolífera: o sonho do desenvolvimento sustentável os desafios da governança pública local. Início: 2020. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres). Defesa em fevereiro de 2024. (MOSSORÓ/RN) Doutorado – finalizada em 2023. 1. Thais Giselle Diniz Santos. Conflitos territoriais e judicializações em Pinhão-PR: o direito e a justiça entre narrativas, violências e lutas pela sociobiodiversidade. 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Katya Regina Isaguirre. (Orientadora – Katya Regina Isaguirre Torres)

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

Alberto Luiz Hanemann Bastos - AS NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO E OS REFLEXOS NA SEGURIDADE SOCIAL

MELINA GIRARDI FACHIN

Orientações e supervisões concluídas Rafael Santos Kirchoff. Inconstitucionalidade dos Projetos da Escola Sem Partido e do Discurso da Ideologia de Gênero. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Fábio Rezende Braga. Entre assimetrias de voz, poder e capacidade: o letramento da vulnerabilidade como resistência no Direito. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Referências adicionais: Brasil/Português. Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert. Internacionalização Do Direito E O Diálogo Transjudicial Dos Tribunais Regionais De Direitos Humanos. - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Marília Martins Lopes. A EFETIVAÇÃO DOS ARTIGOS 8 E 25 DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: UM ESTUDO DAS RECOMENDAÇÕES DA CORTE IDH FACE À TESE DO MARCO TEMPORAL. 2023. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Paula Naomi Fukuda Alvarez. As comunidades terapêuticas e as reminiscências do modelo manicomial: análise à luz dos parâmetros interamericanos de Direitos Humanos. 2023. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Ana Julia Amaro Myashiro. O poder das palavras: discurso de ódio e violência política de Gênero à luz do Constitucionalismo multinível. 2023. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Orientações e supervisões em andamento Stefany Felipp. a definir. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Nahomi Santana. a definir. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Matheus Gomes Setti. a definir. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. [co-orientação] Gessica de Medeiros Santos. a definir. 2023. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Roberta Franco Massa. a definir. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Dilermando Aparecido Martins. a definir. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Caroline Godoi. a definir. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Letícia de Andrade Porto. a definir. 2023. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Kesly Gouveia Rosa. As profissionais do sexo e a (ir)renunciabilidade dos direitos fundamentais frente a perspectiva do constitucionalismo feminista. 2023. Sarah Bonotto Furman. Direito Corporativo e Constitucional feminista multinível: rumo à igualdade de Gênero. 2023. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Nara Veiga Borges. Novas perspectivas do direito constitucional: a interpretação dos princípios fundamentais a partir da lógica do constitucionalismo feminista. 2023. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Emanuelle Izabel Santos do Nascimento. O julgamento sob perspectiva de Gênero e os casos de violação ao direito da mulher. 2023. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal do Paraná Referências adicionais: Brasil/Português. Mariana Carneiro Ramos. Os impactos do protocolo para julgamento com perspectiva de Gênero na jurisprudência do Estado do Paraná. 2023. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal do Paraná

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul Orientações em andamento: Amir Hdiefia (Doutorado); Danielle Cevallos Soares (doutorado); Gabriela Manchak (Mestrado); Gessica de Medeiros Santos (Mestrado), Hermes Correa Dode Junior (Doutorado), Jaqueline Bertoldo (Doutorado), Milene Brandão Pereira (doutorado) Orientações finalizadas: Danielle Cevallos Soares (Mestrado); Beatriz de Mello (Mestrado)

TAYSA SCHIOCCHET

As orientações elencadas se associam aos seguintes projetos: Litigância e advocacy como estratégia de pesquisa e popularização dos direitos sexuais e reprodutivos; Impactos da pandemia do Covid-19 no acesso ao aborto legal por meninas e mulheres usuárias SUS: avaliação diagnóstica e estratégias de atuação na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos; Aborto legal, advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal; Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso saúde a partir de demandas por direitos; Evolución de la gestación por sustitución en el marco internacional: cuestiones esenciales para su configuración legal; - - Novos direitos e gestão biopolítica dos corpos nas sociedades tecnocientíficas contemporâneas; Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná. Alexia Luiza Pereira de Andrade. Justiça Reprodutiva e Bioética Feminista de Intervenção no Brasil: uma análise a partir da relação entre desigualdades e acesso aos direitos reprodutivos pelas mulheres. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Mariana de Almeida Baltar. Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso à saúde a partir de demandas por direitos. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador). Maria Luiza Lobato dos Santos. Novos direitos e gestão biopolítica dos corpos nas sociedades tecnocientíficas contemporâneas. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador). Nicolly Carvalho Nogueira. O 'casamento infantil' no Brasil: entre as relações de poder e a violação de Direitos Humanos. 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Taysa Schiocchet. Juliana Carvalho

Pavéo. A delimitação do princípio do melhor interesse da criança em casos envolvendo direito & saúde: uma análise sobre os bebês-medicamentos. 2024. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Taysa Schiocchet. Fernanda Abreu de Oliveira. Direitos Humanos das mulheres nas decisões do Supremo Tribunal Federal sob a perspectiva de gênero: a legitimidade democrática contramajoritária a partir de novos parâmetros hermenêuticos para a jurisdição constitucional brasileira. 2024. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Taysa Schiocchet. Natalia Martinuzzi Castilho. Os sentidos da inovação no ensino jurídico: a expansão do movimento de clínicas jurídicas no Brasil e na França 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco, em cotutela com Université Paris Nanterre (Paris X). Coorientador: Taysa Schiocchet. Coorientador: Taysa Schiocchet. Marissa Costa de Queiroz. Gênero em disputa: análise do sintagma ideologia de gênero na produção científica em ciências sociais e humanas e na produção legislativa nacional. 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Taysa Schiocchet. Suélyn Mattos de Aragão. O que os discursos em torno do termo violência obstétrica sinalizam ao direito?. 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Taysa Schiocchet. Ana Carolina Arruda Frazon. 2023. Universidade Federal do Paraná, Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em projeto de pesquisa Edital EMERGENCIAL. Taysa Schiocchet.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

MARIA DO SOCORRO DIÓGENES PINTODAIANE MACHADO PEDRO POMPEO PISTELLI FERREIRA MARLON DE OLIVEIRA XAVIER AMANDA FRANCO GRILLO ZAKIR JORGE EDUARDO MAURENTE OLIVEIRA STEPHANIE MERCEDES MEIRELES APARICIO GÉSSICA CAROLINA GOULART PINTO GIOVANNA MARIA CASAS MENEZES PABLO HENRIQUE LOPES DE CARVALHO MARIANA ROCHA MALHEIROS

Produção Intelectual/Formação Discentes: Indique destaques dos projetos nos quais participa e se existem atividades de internalização (se sim, quais, com quais instituições e professores estrangeiros).

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

MARCOS WACHOWICZ

Projeto de Internacionalização INSTITUTO MAX PLANCK DE MUNIQUE Trata-se de uma iniciativa conjunta da Universidade Federal do Paraná – UFPR e do Instituto Max Planck de Munique dentro das atividades desenvolvidas no projeto “Smart IP for Latin America”, realizada pelo o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD/UFPR. O principal objetivo do projeto da Iniciativa “Smart IP for Latin America” do Instituto Max Planck de Munique que já se desenvolve a mais de 5 anos, é produzir pesquisas na área de propriedade intelectual e concorrência que possam servir de guia para os países da região implementarem as disposições e políticas que melhor se adequem suas próprias necessidades, capacidades criativas e tecnológicas RIAPI – REDE IBERO AMERICANA DE PROPIEDAD INTELECTUAL La Red Iberoamericana de Propiedad Intelectual (RIAPI) la componen especialistas en materia de Derecho de la Propiedad Intelectual (en sentido amplio o extenso), provenientes de países del ámbito iberoamericano, a los que les une su interés por esta materia, así como su voluntad de establecer vínculos colaborativos de carácter transatlántico en este ámbito Misión de la RIAPI La Red Iberoamericana de Propiedad Intelectual (RIAPI) nace con el objetivo de generar un espacio transatlántico académico de intercambio y colaborativo, con una especial orientación en la información, formación e investigación en el ámbito del Derecho de Propiedad Intelectual (desde una dimensión extensa). En este sentido, la RIAPI constituye un foro abierto que se encuentra fundamentado en los lazos y en los intereses comunes que existen entre los países y las gentes que componen la comunidad iberoamericana, que cuenta con una fuerte vocación de servicio público, dirigido a favorecer el desarrollo social y económico en ese particular ámbito geográfico y cultural III. Líneas de Investigación: Entre las líneas de investigación de la Red Iberoamericana de Propiedad Intelectual (RIAPI) se encuentran: a) El Derecho de la Propiedad Intelectual y su regulación internacional; b) El Derecho de la Propiedad Intelectual y la defensa de los Derechos Humanos; c) El Derecho de Propiedad Intelectual y el Desarrollo Sostenible; d) El Derecho de Propiedad Intelectual y los procesos de integración regional; e) Las relaciones entre la cultura y el conocimiento, con el Derecho de la Propiedad Intelectual; f) Las relaciones entre el desarrollo científico y tecnológico de los países, con el Derecho de la Propiedad Intelectual; f) Las relaciones entre el Derecho de la Competencia y de la Competencia Desleal, con el Derecho de Propiedad Intelectual; h) La resolución de controversias regionales e internacionales relacionadas con el Derecho de Propiedad Intelectual;

Novos Paradigmas do Direito

CÉSAR ANTONIO SERBENA

REALIZAÇÃO DE PÓS-DOCTORADO EM 2023. DRA. MELANIE MERLIN DE ANDRADE. Membro do grupo de pesquisa Fundamentos do Direito PPGD/UFPR. Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory. FRANKFURT, ALEMANHA. Supervisora estrangeira: Profa. Dra. Marietta Auer. Maio, junho e julho de 2023. Egressa do PPGD/UFPR em 2020. Estágio de pós-doutorado financiado com Bolsa do Instituto Max Planck.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

-

DANIEL WUNDER HACHEM

Projeto: Comportamento judicial em relação & Convengéo Americana de Direitos Humanos: uma análise empírica do Poder Judiciário brasileiro — Linha: Cidadania e inclusão social Destaque: 1. Projeto de pesquisa financiado pelo CNJ (Série Justiça Pesquisa) e pelo CNPq (Chamada Universal) 2. Publicação de livro pelo CNJ: HACHEM, Daniel Wunder; Conselho Nacional de Justiça; Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Comportamento judicial em relação a Convengdo Americana sobre Direitos Humanos: uma análise empírica do Poder Judiciário brasileiro. 1. ed. Brasília: CNJ, 2023. 310p. 3. Publicação de artigos decorrentes do projeto: GALLO APONTE, William Ivan; BRAVO, Enrique Díaz; HACHEM, Daniel Wunder. Empresas de energías renovables y derechos humanos en América Latina. REVISTA CATALANA DE DRET AMBIENTAL, v. 14, p. 1-43, 2023. (Qualis A1)* Artigo publicado em revista estrangeira A1 em coautoria com autor estrangeiro da Universidad de Sevilla. HACHEM, Daniel Wunder; JURUENA, Cynthia Gruending; FRITSCH, Bruna. A proteção de direitos humanos das mulheres pelo Poder Judiciário mediante aplicação de tratados internacionais: análise empírica da jurisprudência brasileira. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO IMED, v. 19, p. 4898, 2023. (Qualis A2) Projeto: Instrumentos administrativos de tutela igualitária dos direitos sociais com vistas ao desenvolvimento — Linha: Direito, Poder e Controle Destaque: 1. Publicação de livro co-organizado com professor estrangeiro da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, com artigos de 5 professores de universidades francesas: HACHEM, Daniel Wunder; CAPITANT, David (Org.). Direitos fundamentais e igualdade: diálogos franco-brasileiros. 2. ed. Curitiba: Ithala, 2023. 519p.

EMERSON GABARDO

SENSED – Projeto Espaço, Sociedade e Desenvolvimento Programa Institucional de Internacionalização da CAPES Financiador: CAPES O objetivo do projeto é compreender os desafios que se apresentam ao conhecimento e interpretação do mundo contemporâneo, relacionados às dimensões espacial, econômica e social da realidade. Abordam-se os desafios atuais em suas mais variadas dimensões: social, técnica, metodológica, jurídica, econômica, ambiental, cultural, da geoinformação. A meta é oferecer interpretações a respeito das transformações sociais e espaciais em curso no mundo atual, a partir dos ganhos teóricos propiciados pela interação com a equipe estrangeira, resultando em ganhos substanciais e recíprocos para o conjunto das universidades envolvidas. A equipe nacional é formada por 26 docentes, os quais atuam em 6 PPGs da UFPR (Ciências Geodésicas, Desenvolvimento Econômico, Direito, Geografia, Políticas Públicas e Sociologia). A equipe estrangeira é altamente qualificada e foi composta por meio da priorização de relações já estabelecidas e que tiveram êxito no desenvolvimento de parcerias de trabalho no âmbito da pós-graduação. Assim, foram contatadas 28 universidades, das quais ao menos um interlocutor foi convidado. Dentre elas mencionam-se: Massey University – Nova Zelândia; Politecnico di Milano – Itália; Technion, Israel Institute of Technology – Israel; The Ohio State University – Estados Unidos; The University of Illinois at Urbana-Champaign – Estados Unidos; Universidad Autónoma de Aguascalientes – México; Universidad de Alicante – Espanha; Universidad de Guadalajara – México; Universidad de Málaga – Espanha; Universidad de Vigo – Espanha; Universidad Nacional de Tucumán – Argentina; Universidade de Girona – Espanha; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne – França; University of Angers – França; University of Pretoria – África do Sul; University of Twente – Holanda; Victoria University of Wellington – Nova Zelândia, Universidad. São instituições com larga experiência em pesquisa, ensino e, em geral, com forte presença internacional no campo da produção do conhecimento e da formação de recursos humanos de alto nível. Encontram-se bem posicionadas quando comparadas internacionalmente, e se distribuem espacialmente principalmente na Europa, Estados Unidos e América Latina. Pretende-se ampliar os vínculos existentes por meio do presente projeto, além de explorar novas possibilidades de interação, com a inserção de

novas parcerias. Principal Parceira: Université Paris I - Sorbonne (doutorado sanduíche de Renata Carvalho Kobus em 2022)

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

O projeto mais atual “política de guerra às drogas no Brasil: uma abordagem criminológica” e também o projeto mais antigo “Mulheres encarceradas por tráfico de drogas em Curitiba e região Metropolitana” são destaques. O primeiro porque recentemente me proporcionou a participação no IX Congresso Internacional da ABRAMD/Sul, onde tive contato com pessoas de diversos países e terei meu trabalho publicado nos anais do evento. O segundo projeto me proporcionou a apresentação de trabalho no México (onde tive contato com o falecido Professor da UNAM, Oscar Correa, organizador do evento, em 2013) e posteriormente a apresentação de trabalho em Oñati (Espanha), onde publiquei um artigo na Revista de Oñati Social-legal studies (em 2014) e em 2016, em Cuba, na Universidade de Havana.

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Destaque para o Projeto Cultura jurídica na América Portuguesa: circularidade entre rústicos e letrados. Com a participação de Vanessa Caroline Massuchetto, que é membro do Maria Sibylla Merian Centre Conviviality - Inequality in Latin America - Freie Universität Berlin. A pesquisadora é, inclusive, vice-coordenadora de projeto de Extensão Universitária. Catalogação de fontes jurídicas junto ao Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Projeto que tem por finalidade a catalogação das fontes (judiciais) estudadas pelas pesquisas ligadas ao projeto.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

No Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social, em 2023, convidei o Prof. Renzo Orlandi, da Università di Bologna, para contribuir com discussões sobre as reformas do processo penal

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTA DELLO

Capes/Print - Espaço, sociedade e desenvolvimento: desafios contemporâneos. Palestras: 1- Dottorato in Pluralismi Giuridici: Prospettive Antiche e attuali. Tema: Giurisdizione amministrativa in Brasile: profili critici e nuove prospettive. Organizado pela Prof. Dra. Luciana de Grazia. Dipartimento di Giurisprudenza - Università degli Studi di Palermo, Palermo (SI), Itália, 2023. Professores: Luciana de Grazia. 2- Apresentação de palestra “La Pubblica Amministrazione nel Contesto della Crisi Democratica in Brasile” al Seminario “Brasile: tra politica e amministrazione”, Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Palermo, Palermo (SI), Itália, 2023. Professores: Maria Immordino, Nicola Gullo, Cristiano Celone, Caterina Ventimiglia.

FABRICIO RICARDO DE LIMA TOMIO

Organização do evento listado anteriormente.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1. Destaques: 1.1 Do Projeto Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE: 111 Evento: II Encontro: Direito Tributário e Teoria do Direito. Modalidade: Presencial e Virtual. Âmbito: Nacional. Realização: PPGD da Universidade Federal do Paraná — UFPR. Coordenado: Prof. José Roberto Vieira e Prof. Valterlei Aparecido da Costa. Data: 20.11.2023. Conferencistas: Prof. Paulo de Barros Carvalho (Titular da USP e da PUC/SP) e Prof. Gregorio Robles Morchén (Catedrático de Filosofía do Direito — Real Academia de Ciencias Morales y Políticas de España). Livro: VIEIRA, José Roberto e COSTA, Valterlei Aparecido da (coordenadores). Direito Tributário e Linguagem. São Paulo: Almedina, 2024 (no prelo) — Obra composta por 12 (doze) artigos, produzidos pelos participantes regulares e especiais do Núcleo de Pesquisa. Livro: COSTA, Valterlei Aparecido da. Teoria Trilógica do Tributo: Um Estudo Normativo sobre Tributação, Competência e Langamento. São Paulo: Noeses, 2024. Estágio de Investigação (doutorado sanduíche): Valterlei Aparecido da Costa. Instituição: Universidad Autónoma de Madrid — UAM, Espanha. Orientação: Diego Marín-Barnuevo Fabo (Professor Catedrático de Direito

Financeiro e Tributário). Período: 1º.09.2022 a 28.02.2023. Atividades Realizadas: Presença nas aulas semanais do professor orientador, investigação dos temas das aulas semanais, conversas semanais com o orientador, exposições eventuais aos alunos espanhóis, investigações relativas à tese de doutorado, elaboração de pesquisa orientada, elaboração de trabalho resultante da pesquisa. Financiamento: bolsa da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. 1.2 Do Projeto Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. 121 Evento: Congresso sobre Benefícios Fiscais. Modalidade: Presencial e Virtual. Realização: Universidade Católica de Brasília — UCB. Coordenação: Prof. Mauricio Dalri Timm do Valle e Prof. Armindo Madoz. Datas: 28, 29 e 30.09.2023. Participação de 33 professores de todo o país. Palestra Magna: Prof. José Roberto Vieira. Livro: TIMM DO VALLE, Mauricio Dalri (coord.). Benefícios Fiscais: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva. São Paulo: Almedina, 2024 (no prelo) — Obra composta por artigos, produzidos pelos participantes do Projeto de Pesquisa. 2. Atividades de Internacionalização: 2.1 Do Projeto Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE: 213 Evento: 1º Encontro: Direito Tributário e Teoria do Direito. Modalidade: Presencial e Virtual. Realização: PPGD da Universidade Federal do Paraná — UFPR. Coordenação: Prof. José Roberto Vieira e Prof. Valterlei Aparecido da Costa. Data: 20.11.2023. Conferencistas: Prof. Paulo de Barros Carvalho (Titular da USP e da PUC/SP) e Prof. Gregorio Robles Morchén (Catedrático de Filosofía do Direito — Real Academia de Ciencias Morales y Políticas de España). Estágio de Investigação (doutorado sanduíche): Valterlei Aparecido da Costa. Instituído: Universidad Autónoma de Madrid — UAM, Espanha. Orientação: Diego Marín-Barnuevo Fabo (Professor Catedrático de Direito Financeiro e Tributário). Período: 10.09.2022 & 28.02.2023. Atividades Realizadas: presença nas aulas semanais do professor orientador, investigação dos temas das aulas semanais, conversas semanais com o orientador, exposições eventuais aos alunos espanhóis, investigações relativas à tese de doutorado, elaboração de pesquisa orientada, elaboração de trabalho resultante da pesquisa. Financiamento: bolsa da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

KATYA KOZICKI

Participação em dois eventos internacionais que dialogam com as pesquisas dos projetos: i) Democratic erosion and authoritarian populism: socio-political polarization in Brazil, 14th Annual Constitutional Law Colloquium, Loyola University Chicago, School of Law, Chicago/EUA, 2023; ii) Inter-American Dialogues Facing Discrimination Against Women. A comparative study of Brazilian and Mexican Cases, 14th Annual Constitutional Law Colloquium, Loyola University Chicago, School of Law, Chicago/EUA, 2023.

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Existem atividades de internacionalização como participando em seminários, orientando e publicando com a Universidad Pablo de Olavide. Também há parceria com a Université de Nanterre-La Défense, onde um orientado realizou doutorado sanduíche.

VERA KARAM DE CHUEIRI

- Poder Constituinte com(o) direito de resistência: democracia constitucional e(m) crise. PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO; - Democracia constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO; Loyola Law School Chicago em parceria com Barry Sullivan e Katya Kozicki- constituição radical, ideias e práticas para a jurisdição constitucional: constitucionalismo progressista, política radical e experimentalismo/ PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO. Destaque, artigo produzido em co-autoria com doutorando/orientando durante sua estada na Faculdade de Direito de Harvard, doutorado sanduíche. DE LARA, GUSTAVO DALPUPO; DE CHUEIRI, VERA KARAM. RAMO RECONSTRUTIVO, MINICONSTITUIÇÕES E BYPASSES INSTITUCIONAIS. REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, v. 9, p. 241-263, 2023.; destaque palestra na NSSR- Digitally mediated far-right discourse in Brazil and its effects on the rights of women and LGBTQ+ community (PROJETO EM REDE NACIONAL E INTERNACIONAL) DHS e Democracia, cidadania e inclusão e Democracia

constitucional e(m) crise: premissa normativa, diagnóstico, intervenção propositiva PERSPECTIVAS DA DOGMÁTICA CRÍTICA/DIREITO DO ESTADO. Esse projeto de pesquisa dialoga com as duas áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa a que estou vinculada. Também por isso, merece destaque: capítulo em co-autoria com SILVA, J. P. ; CHUEIRI, V. K. de . Feminism for a future of Brazilian Constitution. In: Irene Spigno; Valentina Rita Scotti; Janaína Penalva da Silva. (Org.). The rights of women in comparative constitutional law. 1ed. London and New York: Routledge, 2023, v. 1, p. 1-296. Internacionalização. Há uma rede formada entre a UNB (Janaína), Universidad Autónoma de Coahuila (Irene), New Vion University (Tbilisi, Georgia) (Valemtina), UFPR (Vera) que pesquisa direitos das mulheres, feminismo, constitucionalismo feminista e temas afins.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

Participação no projeto Transformando Universidades para um clima em Mudança (Climate-U). Professor: Tristan Mac Cowan. Universidade Colégio de Londres Pesquisadora colaboradora da Universidade de Liège (unidade de socioeconomia, ambiente e desenvolvimento (SEED), campus Arlon/Bélgica. Professor: Pierre Marie Stassart.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul - Jaqueline Bertoldo - Doutorado Sanduíche/CAPES Print - período: novembro 2022/ abril 2023 - University of Ottawa - Canadá.

TAYSA SCHIOCCHET

- podcast "Aborto com Ciência"; Como o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (Compa - UFPR), a produção do - Na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que trata sobre a descriminalização do aborto até a 122 semana de gestação. Esse protocolo foi realizado em parceria com Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos — NESIDH e a Clinique du Droit de l'Université Paris Nanterre — EUCLID - Organização, fundação e coordenação do Fórum de Aborto Legal do Paraná que nos auxiliou a compilar os dados junto aos órgãos públicos via Lei de Acesso à Informação com a criação de infográficos sobre os fluxos de acesso aos serviços de aborto legal.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

I Prêmio ANPUR de Extensão Universitária, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 2023, pela participação na articulação extensionista Planejamento Territorial e Assessoria Popular (PLANTEAR) com o projeto de extensão MAJUP Isabel da Silva/UFPR (projeto de extensão que articula estudantes de graduação e pós-graduação). Eventos e publicações em parceria com Prof. Dr. José Rubén Orantes García da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Centro de Investigaciones Multidisciplinarias sobre Chiapas y la Frontera Sur (San Cristóbal de Las Casas, Chiapas). Organização de evento com presença (virtual) do Prof. Dr. Alfredo Saad Filho (King's College London). Organização de evento com presença (virtual) dos professores José Gonzalo Trigos Agudo (Bolívia) e Carlos Rivera-Lugo (Porto Rico).

Produção Intelectual/Formação Discentes: **Parcerias nacionais e internacionais (informar a universidade e o país, se internacional; informar o PPG, a universidade e o estado, se nacional). 1.a Com intercambio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercambio, finalidade[realizar doutorado sanduiche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país)**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

MARCOS WACHOWICZ

Associação Portuguesa de Direitos Intelectuais – APDI – PORTUGALA Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI), é uma associação cultural, de raiz universitária, com âmbito nacional e reconhecida como entidade de utilidade pública, constituída em 10 de outubro de 1995. A APDI tem por atribuição principal o estudo, o ensino e a divulgação do Direito Intelectual, abrangendo todos os domínios neste compreendidos – o Direito de Autor e os Direitos Conexos, o Direito da Sociedade da Informação, e o Direito Industrial (ou Propriedade Industrial). Abrange também domínios afins, como o Direito da Concorrência, a Concorrência Desleal, o Direito da Publicidade e o Direito do Consumidor.

Novos Paradigmas do Direito

CÉSAR ANTONIO SERBENA

REALIZAÇÃO DE PÓS-DOCTORADO EM 2023. DRA. MELANIE MERLIN DE ANDRADE. Membro do grupo de pesquisa Fundamentos do Direito PPGD/UFPR. Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory. FRANKFURT, ALEMANHA. Supervisora estrangeira: Profa. Dra. Marietta Auer. Maio, junho e julho de 2023. Egressa do PPGD/UFPR em 2020. Estágio de pós-doutorado financiado com Bolsa do Instituto Max Planck. 5. Informar a eventual condução de estratégias inovadoras em educação (clínicas de direitos, uso de tecnologias, métodos inovadores. Informar qual a atividade mediante resumo e indicar também quais os fatores de destaque, parcerias, número de participantes e outras informações relevantes). ENSINO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO. Treinamento em sistemas básicos de inteligência artificial para estudantes de Direito. Programação básica de redes neurais e aplicações no Direito. Curso ministrado através de disciplina optativa no curso de Direito da UFPR. Participantes: 10. Co-docência: Dra. Aline Macohin, analista de sistemas do SERPRO.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

.Fernando Cesar Mendes Barbosa — Doutorado Sanduiche - in Villanova University's Office of the Provost, Strategic Initiative Group (SIG) on Migration and Refugee Protection for the period September 1, 2022 (Start Date) through February 28, 2023 (End Date). Bolsa Print CAPESThais Helena Alves Rossa — Doutorado Sanduiche - King's College London Bush House - NorthEast Wing 02/2023 a 08/2023 — Bolsa Print CAPES

MARCELO MIGUEL CONRADO

.Membro da ANPAP – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Membro do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da Comissão de Direito Autoral. 5. Informar a eventual condução de estratégias inovadoras em educação (clínicas de direitos, uso de tecnologias, métodos inovadores. Informar qual a atividade mediante resumo e indicar também quais os fatores de destaque,

parcerias, número de participantes e outras informações relevantes). Clínica de Direito e Arte. Foram realizadas atividades de extensão.

MARILIA PEDROSO XAVIER

Coordenadora Geral da Escola Superior de Advocacia do Paraná Diretora Estadual do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM Diretora Nacional do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. Membro do Conselho Editorial das seguintes revistas: Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões Bimestral ISSN 2358-3223 Classificação Qualis/Capes: A4 Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil Bimestral ISSN 1807-0930 Classificação Qualis/Capes: B1 Revista Brasileira de Direito Contratual Trimestral ISSN 2674-967X CONSELHO EDITORIAL Classificação Qualis/Capes: Ainda não avaliada

RODRIGO XAVIER LEONARDO

Participo como um dos coordenadores da REDE DE DIREITO CIVIL CONTEMPORANEO, que congrega grupos de pesquisa das principais universidades públicas brasileiras e várias universidades estrangeiras ((USP, Humboldt-Berlim, Coimbra, Lisboa, Porto, Roma 2 — Tor Vergata, Girona, UFMG, UFPR, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, UFC, UFMT, UFBA, UFRJ e Ufam). A Rede de Direito Civil Contemporaneo coordena um periódico científico (qualis A-S, SCOPUS), a REVISTA DE DIREITO CIVIL CONTEMPORANEO (THOMSON-REUTERS), em atividade desde 2014 e, semanalmente, coordena a coluna DIREITO CIVIL ATUAL, no Conjur. No ano de 2003, a REDE DE DIREITO CIVIL CONTEMPORANEO, também sob minha coordenação, organizou na UFRGS O Encontro Nacional de Pesquisadores, reunindo professores e pesquisadores da UFPR, UFRGS, UFPE, UFBA, UFCE, entre outras. A respeito do PPG, a universidade e o estado. PARTICIPEI, COMO CONSULTOR, DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CAPES EM 2023, EMITINDO PARECERES ACERCA DE PROGRAMAS DE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO.

VICENTE DE PAULA ATAÍDE JUNIOR

WORLD ANIMAL PROTECTION – Produção de material

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

-

CLARA MARIA ROMAN BORGES

TRAVAR o debate para TRANSVERSALIZAR direitos PPGD-UCB — Brasília Financiamento CNPq

DANIEL WUNDER HACHEM

Membro da Diretoria do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, associada e fundada em 1992, que promove a difusão do estudo do Direito Administrativo no Estado do Paraná. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. Visita a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (Franga), na condição de professor visitante, nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, para as seguintes atividades: (i) conferência na Escola Doutoral de Direito; (ii) aulas no Mestrado em Direito Comparado, na disciplina de História Constitucional Comparada; (iii) reunião para renovação do convênio de cooperação internacional entre PUCPR e Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; (iv) banca de doutorado em cotutela entre as duas instituições.

EMERSON GABARDO

. IBDA - Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (Brasil) IPDA – Instituto Paranaense de Direito Administrativo (Brasil) AIDA – Associação Internacional de Direito Administrativo (atualmente com sede no México) Trata-se das principais organizações de juristas da área do Direito Administrativo nos respectivos âmbitos de atuação: estadual, nacional e internacional.

ENEIDA DESIREE SALGADO

Eduardo Borges Espínola Araújo, 01/01/2023 a 30/06/2023, Doutorado sanduíche, Universidade da Califórnia, Los Angeles, Estados Unidos. Juliana Alice Fernandes Gonçalves. Setembro/2022 - Fevereiro/2023. Doutorado-sanduíche. Professora orientadora: Dra Flavia Freidenberg. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Ciudad de México/México. 1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). Orientanda Juliana Alice Fernandes Gonçalves. Pesquisadora no Observatorio de Reformas Políticas en América Latina, 2023, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Ciudad de México/México.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

2. Participação em organizações da sociedade civil relevantes para o programa (informar qual organização, o país e a relevância). Participo como um dos membros fundadores da ABRAMD/SUL, que pretende irradiar as discussões das ações da ABRAMD (Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas) na Região Sul do país (temos representantes do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). As ações da ABRAMD têm impacto não apenas nacional, mas internacional, divulgando o que há de mais atual nos estudos sobre drogas através de equipes multidisciplinares. 3. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Destaco a minha participação na ABRAMD/SUL como um dos membros fundadores. Nosso trabalho visa a fortalecer as ações e discussões da ABRAMD na Região Sul e vice-versa. O impacto está relatado acima, no item 2. Destaco também a participação como voluntária na Frente Estadual para o Desencarceramento no Estado do Paraná, que é associada a Frente Nacional pelo Desencarceramento. O hiperencarceramento no Brasil é uma das maiores chagas sociais, ele se volta a criminalização de pessoas vulnerabilizadas: jovens, pobres, negras, moradoras de periferia, as quais são submetidas a prisões que são como “campo de concentração para miseráveis” (Loic Wacquant). Apesar de já ter sido declarado pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, o “estado de coisas inconstitucionais” nas prisões brasileiras (torturas, maus-tratos, suicídios, homicídios, alimentação insuficiente e estragada, doenças como tuberculose, aids, hanseníase etc.) praticamente nada mudou, continua-se a encarcerar muito e mal no Brasil. A Frente Estadual para o Desencarceramento é um movimento que envolve os familiares, egressos e equipes multidisciplinares para denunciar a violação cotidiana aos direitos fundamentais dos(as) presos(as) e de seus familiares. O lema da Frente é “por um mundo sem prisões”, com mais escolas e universidades e menos prisões. 6. Informar se, mediante projetos, comprou material permanente ou de expediente para o PPGD (informar quais foram as eventuais aquisições). Idealizei e coordenei, junto com o Professor Juarez Cirino dos Santos, o 1º Projeto Escola de Altos Estudos do PPGD/UFPR (2008), intitulado Democracia, Consenso Social e Penalidade, ministrado pelo Professor Massimo Pavarini, da Universidade de Bologna. Na oportunidade, as aulas foram gravadas em DVD's (54 horas/aula) e deixadas à disposição da biblioteca da Faculdade de Direito da UFPR, além disso, conseguimos comprar R\$ 20.000,00 em livros da área da criminologia para a biblioteca da Faculdade de Direito com a verba da CAPES, os quais ficaram à disposição de acadêmicos e professores da graduação e da pós-graduação em Direito.

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). Projeto de Pesquisa: Cultura jurídica na América Portuguesa: circularidade entre rústicos e letrados. Com a participação de Vanessa Caroline Massuchetto, que é membro do Maria Sibylla Merian Centre Conviviality - Inequality in Latin America -

Freie Universität Berlin. Participação em organizações da sociedade civil relevantes para o programa (informar qual organização, o país e a relevância). Participação, como representante da Universidade, junto ao Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná, com íntimo relacionamento com o projeto de Pesquisa: Memórias, Resistência e Ditadura.

PAULO CESAR BUSATO

1.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). - Envio de estudante para a Universidad de Valencia para realização de doutorado em cotutela com o Prof. José Luiz González Cussac. Acadêmica Mariana de Aguiar Buerger. 1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). - Proposição de projeto para a plataforma Erasmus Mundi (AK-171) apresentado em janeiro de 2024 à comissão Erasmus pela Universidad de Valencia, propondo parceria com a UFPR. 4. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. - Estágio pós-doutoral como na Universidad de Valencia, durante o período compreendido entre 14 de março e 20 de junho de 2023.

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

3. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. 1-Membro consultivo da Comissão Especial de Direito Urbanístico (CEDU) da OAB Nacional, quadriênio 2022/2025- Brasil. 2-Membro consultivo da Comissão de Direito à Cidade da OAB Paraná, triênio 2022/2024 - Brasil. 3-Membro da Comissão de Assuntos Culturais da OAB Paraná, triênio 2022/2024 — Brasil. 4- Membro da Comissão de Gestão Pública da OAB Paraná, triênio 2022/2024 — Brasil. A participação em comissões da OAB Nacional e Subseção estadual tem relevância na medida em que, por ser uma entidade representativa da advocacia, desperta o interesse de colegas para cursarem o Mestrado e o Doutorado, propiciando a melhoria na atividade advocacia (contenciosa e consultiva). Igualmente dá destaque ao Programa em eventos, onde se verifica que, por serem docentes do PPGD, o currículo fornece visibilidade à docência, e somos constantemente requisitados para dar palestras na OAB de outros Estados e em outras universidades, uma vez que muitos membros são também docentes. 5- Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA) — Brasil. O IPDA reúne os professores e profissionais dedicados ao Direito Administrativo, com congressos todos os anos, em que os temas relevantes da Administração Pública são discutidos, aprimorando e, por vezes, dão origem a textos a serem publicados. 6- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) - Brasil. O IBDA congrega anualmente professores e juristas de todo o Brasil, trazendo as reflexões acadêmicas sobre os assuntos atinentes ao Direito Administrativo, resultando em produção científica (coletânea e produção individual) como ocorreu em 2021. 4. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. - Participação de reunião de trabalho para operacionalização do Acordo entre a UFPR e a UNIPA (Università Statale degli Studi di Palermo). O destaque se assenta na importante ação entre as universidades ao celebrar o Adendum para formalizar e fortalecer o intercâmbio de docentes ediscentes entre Faculdade de Direito da UFPR e a Facoltà di Giurisprudenza da UNIPA. 5. Informar a eventual condução de estratégias inovadoras em educação (clínicas de direitos, uso de tecnologias, métodos inovadores. Informar qual a atividade mediante resumo e indicar também quais os fatores de destaque, parcerias, número de participantes e outras informações relevantes). 1- Clínica de Direito e Arte (O projeto da Clínica Direito e Arte promove a aproximação entre as áreas do direito e arte por meio de agentes extencionistas. Ambas as áreas foram distanciadas por força da especialização do conhecimento. As atividades de extensão serão divididas em

3 eixos: voltadas para (i) artistas (ii) instituições e (iii) público em geral. São realizadas atividades para integração da arte e do direito, tais como direitos autorais, arte urbana, empreendedorismo cultural, direito e cinema, direito e literatura, liberdade de expressão, dentre outros. O projeto de extensão tem como finalidade constituir-se como um locus de excelência (no âmbito acadêmico/extensionista) para convergir e aprofundar reflexões sobre arte e direito. (UFPR) 04 pesquisadores / 21 participantes

2- Território Caigara: Harmonizando Direitos nas Comunidades Tradicionais das Ilhas das Pegas do Superagui
Descrição: Apesar de muito frequente, a presença de comunidades tradicionais em unidades de conservação de proteção integral não é legalmente instituída. Fruto de uma condicionante colocada pelo ICMBio à Petrobras no âmbito do licenciamento da etapa 3 de exploração do Pré-Sal, o presente projeto pretende contribuir para uma melhor gestão do Parque Nacional do Superagui (PNS) ao criar subsídios cartográficos e documentais que possam vir a promover o reconhecimento legal dos territórios ocupados historicamente pelas comunidades tradicionais caigaras. Os objetivos principais deste projeto são, portanto, a elaboração e a aplicação de metodologias de diagnóstico fundiário e cartorial de ocupantes do PNS e entorno imediato. Neste sentido, assumem-se os desafios: i) de associar elementos técnicos de cartografia e topografia ao levantamento participativo de informações sobre os modos de habitar e viver o território pelas comunidades caigaras e ii) de promover uma reflexão sobre as alternativas legais de destinação de terras a estes grupos. (CTC-TECA — UFPR/Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais)

3- Impactos Jurídicos e Territoriais das Novas Configurações da Regularização Fundiária Urbana
Descrição: As novas flexibilizações dos sistemas de titulação, transmissão, parcelamento, uso, ocupação e aproveitamento da terra no Brasil promovem alterações no território, na organização social da população e na resposta do Estado, no que diz respeito às políticas públicas, serviços, obras e orçamento. Ainda que o anúncio de mudanças já tivesse sido indicado em legislações anteriores, a concepção e os institutos jurídicos presentes na Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017 promovem alterações substanciais no Direito e na Cartografia, que repercutem em outros fundamentos para a compreensão sobre os espaços urbano, rural e ambiental. A pesquisa tem por objetivo compreender tais mudanças a partir da leitura de demandas judiciais de regularização fundiária, que entre os anos 2009 e 2017 foram propostas no Estado do Paraná considerando como tais ações podem ser compreendidas antes e depois da nova Lei, dadas as consequências geralmente suportadas pelos diversos agentes atingidos, sendo estas em benefício ou em prejuízo de direitos individuais, coletivos e difusos. CEPPUR/ UTFPR/ ONSV (Observatório Nacional de Segurança Viária e Veicular) 12 pesquisadores/ 9 doutorandos/ 9 mestrandos/ 1 mestrando profissional/ 28 graduandos/ 22 outros

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). Parceria Nacional (com o PPGCP/UFPE) através do Grupo de pesquisa <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3390948404276304> Parceria nacional com o projeto de pesquisa, com a participação, além dos pesquisadores do PPGD/UFPR, com pesquisadores do PPGCP/UFPE, PPGCP/USP, PPGCP/UFPR (sem financiamento atual, último financiamento concluído em 2020 do CNPq/Universal): Instituições políticas, processo legislativo e controle abstrato de constitucionalidade: estudo comparativo das relações Executivo/Legislativo, da Jurisdição Constitucional e da produção legislativa nas unidades subnacionais. LASA - Latin American Studies Association - Sede: Pittsburgh, Pensilvânia, EUA IPSA - International Political Science Association - Sede Montreal, Canadá ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política - Sede Rio de Janeiro-RJ ALACIP - Asociación Latinoamericana de Ciencia Política - Sede Rio de Janeiro-RJ (UENF)

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). 1.a.1 Estágio de Investigação (doutorado sanduíche): Valterlei Aparecido da Costa. Instituição: Universidad Autónoma de Madrid — UAM, Espanha. Orientação: Diego Marin-Barnuevo Fabo (Professor Catedrático de Direito Financeiro e Tributário). Período: 1º.09.2022 a 28.02.2023. Atividades Realizadas:

presença nas aulas semanais do professor orientador, investigação dos temas das aulas semanais, conversas semanais com o orientador, exposições eventuais aos alunos espanhóis, investigações relativas à tese de doutorado, elaboração de pesquisa orientada, elaboração de trabalho resultante da pesquisa. Financiamento: bolsa da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. 1.1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). 1.1.b.1 Projeto Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário Empresarial — NPDTE: Universidade Federal do Paraná — UFPR, Financiamento da Fundação CAPES (bolsa): apenas para o Estágio de Investigação. 1.1.b.2 Projeto Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva: Universidade Católica de Brasília — UCB e Universidade Federal do Paraná — UFPR, Financiamento: Fundação de Apoio & Pesquisa do Distrito Federal.

KATYA KOZICKI

Professora visitante na Loyola University Chicago School of Law. Chicago/EUA. Bolsa CAPES de professor visitante sênior no exterior

LARISSA LIZ ODRISKI RAMINA

1.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). LUCAS SILVA DE SOUZA, Université de Nanterre-La Défense, doutorado sanduíche, ano 2023. 1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). A Guerra jurídica - lawfare no contexto das guerras híbridas no Brasil e na América Latina. Um olhar a partir das Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional — TWAIL. Universidad Pablo de Olavide. 2. Participação em organizações da sociedade civil relevantes para o programa (informar qual organização, o país e a relevância). CLAJUD — Conselho Latino-americano para a Justiça e Democracia. Entidade internacional, com membros de várias nacionalidades. Site para informações: <https://www.grupodepuebla.org/clajud/INSTITUTO JOAQUIN HERRERA FLORES>. Site para informações: <https://joaquinherreraflores.org.br/MUSEU DA LAVA JATO>. Site para informações: <https://museudalavajato.com.br/>. 3. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (nome de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. CLAJUD — Conselho Latino-americano para a Justiça e Democracia. Entidade internacional, com membros de várias nacionalidades. Site para informações: <https://www.grupodepuebla.org/clajud/INSTITUTO JOAQUIN HERRERA FLORES>. Site para informações: <https://joaquinherreraflores.org.br/MUSEU DA LAVA JATO>. Site para informações: <https://museudalavajato.com.br/>

MIGUEL GUALANO DE GODOY

Participação em Projeto de Pesquisa do PPGD da PUC-Minas 2020 - Atual Grupo de Estudos Avançados em Direitos Fundamentais, Processo Democrático e Jurisdição Constitucional. Descrição: O Grupo de Estudos avançados em direitos fundamentais, processo democrático e jurisdição Constitucional, possui como escopo possibilitar investigações sobre o Direito Constitucional e o Estado Democrático de Direito, e a interdependência teórica e prática das duas dimensões estruturantes do Estado e da sociedade na contemporaneidade. O Grupo de Pesquisa estudará os direitos fundamentais e formas de participação sociais na esfera público-política como elementos indispensáveis ao Estado democrático de Direito, especialmente em contextos tardios de desenvolvimento político, social e econômico com vistas a aperfeiçoar os direitos políticos e jurisdicionais institucionalizados. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (5). Integrantes: Miguel Gualano de Godoy - Integrante / Álvaro Ricardo de Souza Cruz - Coordenador / Jose Adercio Leite Sampaio - Integrante / Jose Alfredo de Oliveira Baracho Junior - Integrante. LAUT - Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo – Membro do Conselho Fiscal

VERA KARAM DE CHUEIRI

1.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país).- Gustavo Dalpuppo de Lara – Harvard doc sanduíche – rede com os estudos sobre experimentalismo bolsa capes print- Ana Claudia Milani e Silva – Simon Fraser University, Vancouver, Canadá participação no LegalGeographic Group do Departamento de Geografia. Doc sanduíche bolsa capes printUFMG – Timea – Loyola Law School – Chicago – Barry Sullivan e Katya Kozicki (UFPR/PUCPR)1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). UFPR/UFMG/UNB Janaina, Thimea, Vera. Edital CAPES ou CNPQ2. Participação em organizações da sociedade civil relevantes para o programa (informar qual a organização, o país e a relevância). REDE INTERNACIONAL DE DIREITO E LITERATURA, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Filosofia do Direito ABRAFI. Braço brasileiro do IVR3. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função medianter resumo que indique também quais os fatores de destaque. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Filosofia do Direito ABRAFI. Braço brasileiro do IVR

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

Projeto de pesquisa: Clínica de Direitos Humanos Instituições parceiras: Universidad Nacional de Educación a Distancia; Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales; Université Paris-Ouest Nanterre la Défense; Escola Superior Dom Helder Câmara.

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

1. Parcerias nacionais e internacionais (informar a universidade e o país, se internacional; informar o PPG, a universidade e o estado, se nacional). 1.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). 1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). Membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Secretário Geral da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD Tel: (41) 3310-2685 <https://ppgd.ufpr.br/> ppgdufpr@gmail.com Membro da Associação Ítalo-Brasileira de Professores de Direito Administrativo e de Direito Constitucional (AIBDAC) Presidente Maria Immordino Vice-Presidente Estefânia Maria de Queiroz Barboza Secretário geral Cristiano Celone Consiglio Direttivo per la Repubblica italiana, Cristiano Celone, Alfredo Contieri, Fabrizio Fracchia, Nicola Gullo, Maria Immordino, Francesco Manganaro; per la Repubblica brasiliana, Estefania Maria de Queiroz Barboza, Katya Kozicki, Vera Karam de Chueiri, Raquel Dias da Silveira Motta, Paulo Roberto Ferreira Motta, Fabrício Macedo Motta.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

1.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). 1.b - TRANSFORMANDO UNIVERSIDADES PARA UM CLIMA EM MUDANÇA. Proposta de Pesquisa-Ação Participativa para universidades afiliadas ao Projeto Climate U: Transforming universities for a changing climate (Transformando Universidades para um Clima em Mudança), em andamento (fevereiro de 2020 a janeiro de 2023), com financiamento da UKEconomic and Social Research, como parte do Global Challenges Research Fund. A participação da Universidade Federal do Paraná se dará por meio da Pesquisa-Ação Participativa, tendo como foco a emergência climática e sua relação com a educação, o direito, a saúde coletiva e o ambiente. Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). País: Brasil. Relevância: Os esforços da ABA-Agroecologia têm sido o de apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais

que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; dialogar com a sociedade para despertar o interesse por questões de caráter socioambiental; analisar e propor políticas públicas coerentes como desafios contemporâneos; e, defender a proteção da biodiversidade como condição indispensável para o alcance de agroecossistemas sustentáveis. A ABA-Agroecologia participa de importantes espaços de debate público como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Fórum de Agroecologia da Embrapa; o Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condruf); a Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção; a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); a Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) – responsável pela elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Além de ser parceira da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

Informações disponíveis em: [https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/Terra de Direitos](https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/Terra%20de%20Direitos): organização de direitos humanos. País: Brasil. Relevância: A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca). A organização surgiu em Curitiba (PR), em 2002, para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano. Atualmente, a Terra de Direitos incide nacional e internacionalmente nas temáticas de direitos humanos e conta com escritórios em Santarém (PA), em Curitiba (PR) e em Brasília (DF). Informações disponíveis em: <https://terradedireitos.org.br/quem-somos/sobre> Orientanda Marina Augusta Tauil Bernardo. Atuação como coordenadora do Grupo de Trabalho Mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Atuação na coordenação do eixo: Gênero, feminismos e diversidades na organização do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (2023). Fator de destaque: formação de parcerias entre pesquisadoras envolvidas nas discussões que envolvem políticas públicas de gênero e agroecologia. 5. Informar a eventual condução de estratégias inovadoras em educação (clínicas de direitos, uso de tecnologias, métodos inovadores. Informar qual a atividade mediante resumo e indicar também quais os fatores de destaque, parcerias, número de participantes e outras informações relevantes). 1. Realização de seminário participativo. Paraná, 22 a 26 de novembro de 2024. Durante a 20ª Jornada de Agroecologia (2023) realizamos, pelo núcleo Ekoa, o seminário “Reforma Agrária Popular e Justiça Climática, em conjunto com o professor doutor Alfio Brandenburg e o professor doutor Francisco de Assis Mendonça, respectivamente vinculados aos programas de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento e geografia. O seminário foi ofertado ao público interno e externo à universidade e contou com a participação de agricultoras, agricultores, técnicos e pesquisadores(as). A metodologia utilizada valeu-se da problematização a partir de temas geradores (Freire, 1987), aproximando o conhecimento científico e popular, procurando estimular a fala participativa para construção de uma síntese dos resultados. Total de participantes: 30. 2. Realização de seminário participativo. Paraná, 22 a 26 de novembro de 2024. Durante a 20ª Jornada de Agroecologia o Núcleo Ekoa organizou o Seminário: Mulheres, Quintais Produtivos e Territórios Livres com o objetivo de dialogar sobre como as mulheres constroem sistemas agroalimentares sustentáveis carregados de ancestralidade e desconhecimentos tradicionais manifestados através de suas organizações e manejos escolhidos quanto ao modo de produzir e cultivar em seus quintais produtivos. A metodologia utilizada foi a exibição do Documentário “Apodi Livre: Mulheres, Quintais e Agroecologia”, produzido pela Associação Brasileira de Agroecologia, com o apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil, no âmbito do Projeto “Territórios Livres” com abertura para posterior debate, troca e compartilhamento de experiências e práticas relativas à temática. Organização: Associação Brasileira de Agroecologia, Terra de Direitos: organização de Direitos Humanos e Ekoa – UFPR. Participantes: 30. 3. Exposição Tecidos de Luta: águas para a vida. Organização de curadoria compartilhada com as mulheres do movimento de atingidos por barragens para exposição das Arpilleras. As Arpilleras são técnicas de bordado utilizadas no Chile, durante a ditadura militar, que as mulheres do MAB produzem para denunciar as violações de direitos ocorridas em seus territórios. A metodologia utilizada foi a curadoria compartilhada, com a realização de oficinas preparatórias da exposição. Parceria na organização: Núcleo EKO (PPGD/UFPR), projeto de extensão Máquina de

ativismo em direitos humanos, direitos em movimento, Sacode e Movimenta (comunicação), Emaranhado lab (Design), Participantes: 4.505 pessoas

MELINA GIRARDI FACHIN

. COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, CONSELHO FEDERAL. MEMBRO. COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, IAB. MEMBRO. COMISSÃO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL PR. MEMBRO. 3. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, CONSELHO FEDERAL. MEMBRO. COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, IAB. MEMBRO. COMISSÃO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL

TAYSA SCHIOCCHET

- Litigância e advocacy como estratégia de pesquisa e popularização dos direitos sexuais e reprodutivos - Edital CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 (Universal) - Universidade Estadual de Londrina; - Universidade Federal do Estado da Bahia; - do Impactos da pandemia do Covid-19 no acesso ao aborto legal por meninas e mulheres usuárias SUS: avaliação diagnóstica e estratégias de atuação na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos - Edital CAPES/EPIDEMIA - Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surto, Endemias, Epidemias e Pandemia.; - Université Panthéon-Assas Paris 11, UPAP II, França; - Université de Nanterre, UN, França; - Centro Universitario de Brasília; - Universidade da Região de Joinville; - Universidade Federal do Rio Grande; - Universidade da Região de Joinville; - Universidade La Salle; Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. - Aborto legal, advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal (Edital nº 06/2021: PRPPG/UFPR/FUNPAR (APOIO A ATIVIDADES DE PESQUISA). Université Panthéon-Assas Paris 11, UPAP II, França; - Université de Nanterre, UN, França; - Centro Universitario de Brasília; - Universidade da Região de Joinville; - Universidade Federal do Rio Grande; - Universidade da Região de Joinville; - Universidade La Salle; Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do - à Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso saúde a partir de demandas por direitos - Edital 11/2020. PPSUS - EDIGAO 2020/2021 (FUNDAGAO ARAUCARIA-PR / SESA-PR / DECIT / SCTIE/MS / CNPQ). Université Panthéon-Assas Paris 11, UPAP II, França; - Université de Nanterre, UN, França; - Centro Universitario de Brasília; - Universidade da Região de Joinville; - Universidade Federal do Rio Grande; - Universidade da Região de Joinville; - Universidade La Salle; Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do - Mato Grosso do Sul. Evolucion de la gestacion por sustitución en el marco internacional: cuestiones esenciales para su configuración legal. Al amparo de la Orden CNU/320/2019, de 13 de marzo, se aprobaron las bases reguladoras para la concesión de ayudas públicas del Programa Estatal de Generación de Conocimiento y Fortalecimiento Científico y Tecnológico del Sistema de I+D+i y del Programa Estatal de en I+D+i, Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades. Orientada a los Retos de la Sociedad, el marco del Plan Estatal de Investigación Científica y Técnica y de Innovación 2017-2020. European Commission - Outra. 2. Participação em organizações da sociedade civil relevantes para o programa (informar qual a organização, o país e a relevância). As ações desenvolvidas no projeto compactam com diversas organizações da sociedade civil, a saber: - Com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) para desenvolvimento de curso de capacitação para profissionais do Sistema Único de Saúde. - Com o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná e com o apoio da Rede Feminista de Saúde (RFS) e da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiras Obstetras no Paraná (ABENFO-PR) para criação, coordenação e promoção do Fórum de Aborto Legal do Estado do Paraná. Com o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (Compa - UFPR), a produção do podcast "Aborto com Ciência"; - Com Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos — NESIDH e a Clinique du Droit del'Université Paris Nanterre — EUCLID, Clínica de Atendimento à Violência da Universidade Federal do Pará -

CAV|UFPA e Clínica de Direitos Humanos das Mulheres da USP - CDHM|USP, Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS (GRITAM) e da Rede Nacional Feminista de Saúde - Regional Parana; Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres - Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUDEM), CCONS; CDH|Univille; CAV-UFPA; CLADEM; DPU; NEDIGE; RENAP; Themis; NESIDH; NEDIGE; Grupo VIDA; Conversas Civilísticas; NEBID - UNIFACS; Direito e sexualidade (UFBA), todos para desenvolvimento de estratégias relacionadas a litigância estratégica. - Com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ PR), o Laboratório de Inovação e Criatividade (LINC) da Justiça Federal do Paraná (TRF — 42 região), no desenvolvimento das atividades e oficinas no âmbito do Grupo de Pesquisa Clínica de Direitos Humanos (CNPq) e da disciplina de Prática Jurídica em Direitos Humanos. 3. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Participação na organização e coordenação do Fórum de Aborto Legal (FAL) do Paraná em parceria com a Rede Feminista de Saúde e Defensoria Pública do Estado do Paraná. 4. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. Visita técnica realizada no Laboratório de Inovação e Criatividade (LINC) da Justiça Federal do Paraná (TRF — 42 região), no desenvolvimento das atividades e oficinas no âmbito da disciplina de Prática Jurídica em Direitos Humanos. 5. Informar a eventual condução de estratégias inovadoras em educação (clínicas de direitos, uso de tecnologias, métodos inovadores). Informar qual a atividade mediante resumo e indicar também quais os fatores de destaque, parcerias, número de participantes e outras informações relevantes). Com o Grupo de Pesquisa (CNPq), o projeto de pesquisa e o projeto de extensão todos intitulados Clínica de Direitos Humanos, vem sendo possível viabilizar a efetiva indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão para a compreensão e concretização dos direitos humanos em perspectiva de gênero, notadamente no que toca a forma como a tecnologia afeta nossas vidas, a dos animais e do planeta como um todo. A CDH UFPR pauta-se pelo intercâmbio de saberes a partir da integração entre ensino e pesquisa científica, em temas relacionados a concretização dos direitos humanos das parcelas mais vulneráveis da população. A partir dessa concepção, a Clínica conta com um histórico de projetos desenvolvidos com apoio e financiamento público que possibilitaram, de forma inovadora, a produção de conhecimento e a divulgação científica por meio de materiais de impacto social, sobretudo para o campo da educação e popularização dos direitos humanos. As atividades voltaram-se, nesse período, para o fortalecimento de direitos fundamentais de adolescentes e mulheres usuárias do sistema público de saúde. Tais projetos envolveram pesquisas teóricas, documentais e empíricas associadas, by design, a atuação de impacto social, como as práticas extensionistas voltadas a educação em direitos humanos, ações de litigância estratégica, ações de advocacy tradicional e digital, bem como estratégias de popularização do conhecimento científico. Pensar em estratégias de transformação social a partir da atuação universitária, portanto, exige a construção de parcerias capazes de promover uma real e efetiva troca de saberes, a partir da qual seja possível elaborar ações e ferramentas pedagógicas, técnico-jurídicas e sociais que gerem impactos sociais relevantes para as questões enfrentadas. No caso da temática de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas usuárias do SUS, a atuação jurídico-política pautada pelos princípios extensionistas, já desenvolvida em projetos anteriores da CDH, foi o diferencial para que a Clínica avançasse no desenvolvimento de ações cada vez mais comprometidas com a qualidade e com a abrangência dos resultados a serem alcançados. O intercâmbio de saberes e a construção de parcerias fazem parte da concepção de trabalho da CDH | UFPR porque, durante a trajetória do grupo, foi possível perceber a importância da atuação dialógica não apenas com relação ao impacto produzido pelos projetos, mas sobretudo diante dos ganhos em termos de formação crítica e cidadã de todos os envolvidos, consequências diretas da interação horizontal entre universidade e comunidade. Nesse sentido, listamos a seguir alguns exemplos de atividades e articulações que ilustram como essa concepção se desenvolve nos projetos atualmente em curso: Langamento e Co-coordenação do Fórum

Estadual dos Serviços de Aborto Legal do Paraná (FAL/PR), em parceria com o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR): Constituído como espaço de troca de saberes e experiências entre pares, o FAL-PR reúne trabalhadoras de serviços hospitalares, gestoras de políticas e organizações da sociedade civil, com o objetivo de qualificar e promover a oferta e o acesso aos cuidados em saúde para o aborto conforme previsto em lei. Com apoio da Rede Feminista de Saúde do Paraná (RFS/PR) e Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiras Obstetras no Paraná (ABENFO/PR), o grupo foi instituído em 19 de outubro de 2022, e mantém uma agenda mensal de reuniões. O primeiro ciclo de cinco encontros contou com apresentação descritiva dos fluxos, avanços e desafios dos serviços especializados de Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá. Com sessões remotas divulgadas de modo direcionado aos grupos e interlocutores de interesse, mais de 100 pessoas já participaram dos encontros, entre pesquisadoras e ativistas, mas, principalmente, trabalhadores da área da saúde. A condução do Fórum Estadual dos Serviços de Aborto Legal do Paraná (em cooperação com as organizações abaixo indicadas), potencializa a capacitação para fortalecimento do sistema de saúde; e as atuações na frente de litigância estratégica: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) para desenvolvimento de curso de capacitação para profissionais do Sistema Único de Saúde; Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná; Rede Feminista de Saúde (RFS); Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiras Obstetras no Paraná (ABENFO-PR). Comitê Consultivo Comunitário - Plano de Engajamento Público e Intercâmbio de Conhecimento: Em 2023, como parte das estratégias das articulações e esforços para promover cooperação técnica com parceiros de outros setores, tais como órgãos governamentais, gestores de políticas públicas, representantes da sociedade civil organizada e a comunidade externa a UFPR em geral, a CDH UFPR reorganizou tais ações em um “Plano de Engajamento Público e Intercâmbio de Conhecimento”. Este terá como atividade principal a composição e implementação de um Comitê Consultivo Comunitário que será coordenado e integrado às atividades científicas do grupo de pesquisa. Espera-se assim garantir maior participação de membros da comunidade externa nos projetos, construindo oportunidades de “co-design em pesquisa”. Por meio do Comitê, pretende-se formalizar a participação da comunidade em todas as etapas do projeto de extensão e de pesquisa (planejamento, execução, avaliação contínua e/ou final). Trata-se de modelo e prática adotado por estudos de excelência na área da saúde, que tem por objetivo incluir a expertise específica dos usuários finais aos quais se destinam os resultados do projeto. O estabelecimento do Comitê Consultivo na CDH visa, ainda, garantir a efetiva participação de “especialistas por experiência”, o que pode ser especialmente relevante para este projeto dado que avalia e dissemina produtos e intervenções sociais complexas. Litigância estratégica, advocacy e promoção de direitos humanos com abrangência nacional: As ações de litigância estratégica e advocacy são ferramentas utilizadas, especialmente a partir do início do século XXI e por diversos atores sociais, no intuito de promover avanços em termos de garantia e da efetividade dos direitos humanos, sem discriminação, para todos os setores da sociedade. As iniciativas voltadas a integrar a mobilização social e a atuação jurídico-política popularizaram-se, ao mesmo tempo em que diversificaram as possibilidades e meios a partir dos quais a universidade, por meio da função social do conhecimento, pode contribuir com processos de ampliação, promoção e efetivação de tais direitos. Nesse sentido, a abordagem de questões complexas, ao mesmo tempo em que exige visões e práticas interdisciplinares, impulsionam a construção de parcerias e interlocutores da academia com atores capazes de potencializar e qualificar as práticas extensionistas. Com base nessa concepção, a CDH | UFPR elaborou, conforme indicaremos no tópico seguinte, uma série de ações técnico-jurídicas que, construídas em conjunto com organizações e institutos parceiros, têm como objetivo qualificar, ampliar e promover os direitos humanos, especialmente de mulheres e meninas usuárias do sistema público de saúde. Para produzir os resultados aqui apresentados, a Clínica mantém uma política de fomento e consolidação de parcerias com setores da sociedade civil, projetos de pesquisa e extensão, clínicas jurídicas e pesquisadoras individuais que incidem especialmente em projetos afetos a direitos humanos com perspectiva de gênero e em direitos sexuais e reprodutivos. As parcerias - nacionais e internacionais - objetivam atuação conjunta em

ações e iniciativas que gerem impacto social nas temáticas relacionadas. A título exemplificativo, listam-se as parcerias com os seguintes grupos: Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos da UFPR (NESIDH | UFPR); Clinique de Droit de l'Université Paris Nanterre (EUCLID): por meio dessa parceria, foi possível apresentar os resultados do Projeto de Extensão desenvolvido pela CDH UFPR durante o ano de 2021/2022, que tinha como objetivo contribuir para o enfrentamento e combate à violência de gênero na UFPR. Os resultados dessa pesquisa e das ações de extensão desenvolvidas foram apresentadas junto à Université Paris Nanterre e à École des hautes études en sciences sociales (EHESS), em Paris, durante o período de estudos, como professora visitante, da coordenadora da Clínica; Clínica de Atenção à Violência da Universidade Federal do Paraná (CAV | UFPA); Clínica de Direitos Humanos das Mulheres da USP - (CDHM | USP); Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS RIO); Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GRITAM); Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR); Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da UFPR (SIPAD | UFPR): trabalhamos especificamente na elaboração de um curso de formação e acolhimento para casos envolvendo violência de gênero na UFPR; Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR); Rede Feminista de Saúde (RFS) Curso da SESA - Saúde Sexual e Reprodutiva no SUS: Desenvolvimento de conceito e aprovação de escopo de curso de formação em cooperação técnica com a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná (SESA/PR). O programa do curso será desenvolvido em parceria entre as instituições, com conteúdo programático estratégico para promoção da saúde, direitos humanos e justiça reprodutiva; em formato híbrido presencial prática online assíncrono; ofertado pela Escola de Saúde Pública do Estado do Paraná (ESPP) e o Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (CFRH), instâncias responsáveis pela política de formação e qualificação para o SUS no Paraná. Carga horária prevista de 20h teóricas e 50h práticas, para trabalhadores de toda a rede estadual de saúde. Previsão de lançamento em 2024. Projeto "Se as paredes da UFPR falassem": Também conhecido por "#seasparedesdaUFPRfalassem", o Projeto de extensão surgiu a partir da iniciativa de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, no desenvolvimento de uma atividade didática para a "Disciplina Prática Jurídica em Direitos Humanos", ministrada pela Prof. Taysa Schiocchet, no ano de 2017. Diante do crescente número de denúncias e relatos de casos de violência de gênero nas universidades, a atividade visava a conscientização da comunidade acadêmica por meio da divulgação de um questionário simples, totalmente anônimo, com o objetivo de identificar os números e as formas de violência a que estariam submetidas as mulheres no âmbito institucional, social e pessoal da Universidade Federal do Paraná, englobando também os círculos sociais, eventuais relações exteriores, originados na convivência universitária. A popularidade e o alcance da iniciativa estenderam-se não apenas aos outros cursos da Universidade, mas também à comunidade exterior, o que impulsionou a sua formalização da campanha como projeto de extensão e pesquisa desenvolvida pela CDH | UFPR. Mais informações podem ser vistas na página do projeto, que no período de sua execução atingiu o número de 934 seguidores no Facebook: < <https://cdh.ufpr.br/seas-paredes-da-ufpr-falasse/> > Plano de Advocacy Digital - Hub de Comunicação & Advocacy CDH | UFPR O termo "hub" é frequentemente utilizado para descrever um ponto central que atua como um concentrador ou ponto de conexão para diferentes elementos. Essa ideia foi trazida do ambiente de tecnologia e da inovação no mundo do trabalho para o contexto da realização de práticas extensionistas porque consiste em uma poderosa metáfora para descrever plataformas ou organizações que unificam esforços e recursos em torno de causas importantes. No contexto tecnológico, um "hub" de rede é um dispositivo central que conecta várias outras redes e dispositivos, permitindo a transferência de dados entre eles. Essa mesma lógica é aplicada às estratégias de comunicação e advocacy. Nesse cenário, pretende-se que as plataformas conectem e se coordenem, facilitando a troca de informações e mensagens-chave sobre a causa em questão. Portanto, a expressão "hub de comunicação e advocacy" abrange um significado abrangente: é um ponto central de conexão, coordenação e disseminação de informações relevantes sobre direitos humanos. Em 2023, o Hub de Comunicação & Advocacy da CDH/UFPR foi

organizado para consolidar e coordenar as estratégias adotadas pelo Grupo de Pesquisa para a promoção do conhecimento e a sensibilização sobre direitos humanos, sexuais e reprodutivos; incluindo disseminação, translação e o intercâmbio de conhecimento científico, com o engajamento de comunidades e da sociedade civil; e, completando o ciclo da aplicação dos benefícios da ciência ao desenvolvimento social. Com isso, as produções e atividades desta linha de trabalho passam a ser projetadas, monitoradas e avaliadas por indicadores de impacto social, tais como: i) Promoção e uso de comunicação leiga e acessível em materiais de divulgação; ii) Número de parcerias e cooperações com a comunidade; iii) Desenvolvimento de materiais educativos com sínteses de evidências científicas em mídias diversas; iv) Organização de eventos públicos para disseminação e intercâmbio de conhecimento; v) Campanhas de comunicação pública sobre direitos em redes sociais; vi) Veiculação de informes internos para atualização das equipes; v) Influência em tomadas de decisão e opinião relacionadas às leis, regulamentos, políticas e comportamentos. Vide documentário *Aborto Legal: Além da Lei* Além do curta-metragem já disponível gratuitamente no YouTube da CDH | UFPR, que, em 2022, foi legendado para o inglês. Em 2023, finalizamos a edição do documentário em sua versão longa-metragem. O produto está em etapa de tratamento do áudio e será lançado tão logo possível, contribuindo com a sensibilização tanto de profissionais que atuam em casos de aborto, quanto à sociedade civil em geral. Além de sensibilizar, o documentário produzido é um importante veículo para disseminação de todo o conhecimento de qualidade produzido no âmbito da Clínica de Direitos Humanos, em especial no âmbito dos seus projetos de pesquisa e extensão temáticos em direitos reprodutivos. Concentramos nossos esforços na ampliação da divulgação desse conteúdo nas redes sociais, o que resultou em um aumento significativo no número de visualizações dos materiais, especialmente os vídeos curtos, que atingiram a marca de 40 mil visualizações no YouTube. O documentário foi, inclusive, objeto de uma pesquisa de mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste. A dissertação intitulada *(Des)obrigadas a gerar, (des)obrigadas a parir: discursos sobre o aborto legalizado no documentário 'Além da lei: o aborto legal no Brasil'* foi defendida em 08 de março de 2023. Esse evento demonstra a importância e o impacto das ações extensionistas e dos produtos oriundos da atuação da CDH na disseminação e estímulo a pesquisas comprometidas com o desenvolvimento social. Desenvolvimento e publicação de lançamento da “Circular CDH” - boletim informativo trimestral para assinantes. A “Circular CDH | UFPR” é um boletim informativo trimestral enviado por e-mail, projetado para atualizar integrantes do grupo de pesquisa, parceiros e interessados, dos principais destaques do período, incluindo resultados e avanços da pesquisa e a programação adiante. A edição de lançamento, Circular CDH | UFPR N. 01, foi publicada em 12 de abril de 2023, para 30 endereços eletrônicos.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

INSTITUTO DE PESQUISA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS (IPDMS) – BRASIL: INSTITUTO NACIONAL, COM MAIS DE 10 ANOS DE ATUAÇÃO À ÁREA. Informar a eventual participação em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. INSTITUTO DE PESQUISA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS (IPDMS) – BRASIL: CONSELHEIRO DO INSTITUTO E COORDENADOR DE GRUPO TEMÁTICO. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. Visita técnica ao Território Indígena Kókúnh Já Mã, com a finalidade de realizar atividade de extensão, junto a outros grupos da UFPR, de assessoria jurídica popular.